



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

Hérika R. Rocha Fernandes

ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE A CRIAÇÃO DE ALAS
EXCLUSIVAS PARA APENADOS DO GRUPO DE LÉSBICAS,
GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

João Pessoa
2016

HÉRIKA R. ROCHA FERNANDES

**ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE A CRIAÇÃO DE ALAS
EXCLUSIVAS PARA APENADOS DO GRUPO DE LÉSBICAS, GAYS,
BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia

Orientador: Dr. Eduardo Sérgio Soares Sousa

João Pessoa
2016

F363e Fernandes, Hérika R. Rocha.

Estudo sociológico sobre a criação de alas exclusivas para apenados
do grupo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais /

Hérika R. Rocha Fernandes.- João Pessoa, 2016.

174 f. : il.-

Orientador: Drº. Eduardo Sérgio Soares Sousa.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHL

1. Sociologia. 2. LGBT. 3. Apenados. 4. Alas Exclusivas.
5. Homofobia. 6. Abuso Sexual. 7. Violência Sexual. I. Título.

UFPB/BC

CDU – 316(043)

HÉRIKA R. ROCHA FERNANDES

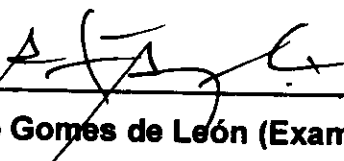
**ESTUDO SOCIOLÓGICO SOBRE A CRIAÇÃO DE ALAS
EXCLUSIVAS PARA APENADOS DO GRUPO DE LÉSBICAS, GAYS,
BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS**

Defesa realizada em: ____ de ____ de 2016

BANCA EXAMINADORA



Dr. Eduardo Sérgio Soares Sousa (Orientador – PPGS/UFPB)



Dr. Adriano Gomes de León (Examinador – PPGS/UFPB)



Dra. Anúbes Pereira de Castro (Examinadora – PPGCJ/UFCG)

João Pessoa
2016

“Eu tenho uma espécie de dever, dever de sonhar, de sonhar sempre, pois sendo mais do que um espetáculo de mim mesmo, eu tenho que ter o melhor espetáculo que posso. E, assim, me construo a ouro e sedas, em salas supostas, invento palco, cenário para viver o meu sonho entre luzes brandas e músicas invisíveis.”

(Fernando Pessoa)

**Dedico este trabalho a minha mãe Régia Rocha por sempre acreditar e
incentivar todos os meus sonhos!**

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, de forma grandiosa, a minha avó materna Ivete Rocha, uma mulher forte e guerreira, que sempre acreditou que o estudo é um bem precioso e que a família é a nossa maior riqueza. Minha segunda mãe, o meu Maior Exemplo, a minha Baraúna! Não saberia a dimensão do amor se não tivesse sentido, através de Vovó, suas cores e sabores!

Ao meu avô materno Josimar Rocha (*in memoriam*) por ter sido um exemplo paterno de um homem fino e educado. Com o seu jeito manso e intelectual me mostrou que o conhecimento é um caminho sem volta e, por sua vez, encantador.

À minha linda e admirável mãe, Régia Rocha, palavras não seriam suficientes para expressar o meu amor e a minha alegria por conviver e aprender que as nuances da generosidade nos torna amáveis e felizes! Ao lembrar da minha mãe sinto a positividade e a fé renovarem o meu ser!

Ao meu pai José Hermes pelas lições de coragem e simplicidade! Aos meus avós paternos e ao meu tio Hélio Fernandes pelo importante incentivo aos estudos!

Aos meus irmãos-filhos, Brunna Rocha e Brunno Matheus, por serem a minha maior inspiração!

A todos da família da minha querida e amada Tia Yara Rocha, agradeço por tudo o que fizeram por mim, serei eternamente grata pelo amor, apoio e acolhimento.

À Elyzanne Rodrigues por fazer a sua alegria invadir os meus dias e torná-los mais coloridos e amáveis!

Aos meus amigos Elson Rocha, Rogério Varela, Samuelson Wagner, Daniel Carvalho, Filipe Guimarães por me apoiar e compreender as minhas ausências! Agradeço demais aos meus queridos! Em especial a amiga Melissa Páulissen por ter sonhado, acreditado e contribuído de forma substancial na concretização deste trabalho! A amizade de vocês será um bem precioso que irei guardar por toda a vida!

Quero agradecer de maneira especial ao meu amigo e orientador, Profº. Dr. Eduardo Sérgio por todo o empenho na construção desse trabalho, por todas as observações valorosas e pelo precioso aprendizado sociológico. Serei eternamente grata por essa oportunidade!

A minha prima Micheline que sempre me apoiou na elaboração desse sonhado trabalho. Aos colegas de turma que me proporcionaram riquíssimos debates sociológicos, em especial ao amigo Johnatan do Vale por tornar a sociologia um estudo prazeroso.

Aos meus amigos do trabalho Cleber Carneiro, Rogério Antunes, Ronaldo Izidro, Jonatha Vieira, Líbia Costa, Illa Aguiar, Vitor Martorelli, Juliana Brasileiro, Elizabete Leônia, Anderson Oliveira por conviverem comigo de forma harmoniosa e pacífica, e serem sempre solícitos quando preciso. Em especial ao meu chefe Dr. Glauberto Bezerra por me ensinar que somos capazes e que o impossível só demora um pouco mais.

Aos funcionários e gestores do sistema penitenciário Desembargador Flósculo da Nóbrega – Roger, da GESIP e da SEAP que autorizaram e contribuíram na realização da pesquisa.

Ao representante do Movimento Espírito Lilás (MEL) Renam Palmeira pelas importantes informações repassadas durante a pesquisa de campo.

Quero agradecer de forma especial e carinhosa a todos os apenados da ala LGBT, pessoas que me acolheram e me ensinaram determinados valores que levarei por toda a minha vida, foi uma experiência inesquecível. Pessoas que contribuíram na desconstrução e construção de um novo olhar, um novo paradigma que surgiu através de uma convivência amistosa e afável.

A todos os professores do PPGS/UFPB, que compartilharam comigo os seus conhecimentos, em especial a Prof.^a Dra. Simone Brito que me ajudou bastante com suas fantásticas aulas de Sociologia da Moral, ao Prof.^o Dr. Adriano de Léon pela sua desenvoltura e capacidade de entusiasmar os alunos em suas aulas enigmáticas. Ao prof.^o Dr. Giovanni Boaes pela solicitude e aprendizado.

Quero agradecer a Deus e a Nossa Senhora por todas as dádivas em minha vida, pela minha linda família, minha saúde, meu emprego e por sempre me protegerem!

RESUMO

As violências e constantes abusos sexuais praticados contra homossexuais são práticas correntes nas unidades carcerárias do Brasil. Este trabalho é uma reflexão do resultado da pesquisa de campo realizada na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega em João Pessoa, no Estado da Paraíba, sobre a criação de uma ala exclusiva para a população de gays, bissexuais, travestis e transexuais. Durante onze meses de trabalho, foram feitas análises dos documentos referentes a criação da ala no estado da Paraíba, a etnografia da prisão, a observação participativa junto aos apenados, entrevistas dos gestores, dos funcionários e de todos os apenados dessa ala. Identificamos a inexistência de documentos que comprovassem o caráter oficial da política e assegurassem a sua implementação e permanência. Realizamos a etnografia e reconhecemos as regras de convivências deste novo ambiente prisional. Evidenciamos, através da observação e das narrativas dos apenados, as experiências e peculiaridades dos efeitos sociais da separação da ala baseada no critério da orientação sexual, bem como as circunstâncias e contextos da aplicação dessa política. Compreendemos que os apenados mostraram-se satisfeitos com a redução da violência física praticada, mas reclamam da privação de sua liberdade quando comparados aos outros apenados na mesma instituição carcerária. Finalizamos com o entendimento de que a política segregacionista instituída diminuiu a violência física, mas não minimizou a estigmatização, nem a fragilidade na sociabilidade, já que eles são impedidos de participar de todos os espaços a que os outros apenados têm direito. Assim sendo, alguns optam por achar que a ala LGBT deve permanecer, e outros ignoram e almejam a não permanência da ala, uma vez que preferem abrir mão da segurança a ter a sua liberdade suprimida.

Palavras-chave: sociologia, LGBT, apenados, alas exclusivas, homofobia

ABSTRACT

Violence and constant sexual abuse of homosexuals are common practices in Brazilian prisons. This work is a reflection of the results of the field research carried out at the Penitentiary Chief Justice Flósculo da Nóbrega in João Pessoa, State of Paraíba, on the creation of an exclusive area for the population of gays, bisexuals, transvestites and transsexuals. During the last eleven months of work, analyzes were made of the documents regarding the creation of this area in the State of Paraíba, the ethnography of the prison, the participatory observation with the victims, interviews with managers, employees and all those who were convicted. We identified a lack of documents that prove the official character of the policy and ensure its implementation and permanence. We conduct the ethnography and recognize the rules of coexistence of this new prison environment. Through the observation and narratives of the convicted, we show how experiences and peculiarities of the social effects of the separation of the spaces based on the criteria of sexual orientation, as well as the circumstances and contexts of the implementation of this policy. We understand that the convicted are satisfied with the reduction in physical violence practiced, but they complain about their freedom when compared to others in the same prison institution. We end with the understanding that the policy of segregation instituted decreased the number of physical violence, but it has not minimized stigmatization, nor the fragility in sociability, considering they are prevented from participating in all spaces to others. Thus, some choose to think that the LGBT area should continue, and others ignore and long for non-permanence of the space, since they prefer to give up security to have their freedom suppressed.

Key words: sociology, LGBT, convicted, exclusive áreas, homophobia

LISTA DE SIGLAS

CP -Código Penal

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

CEDH – Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba

GESIPE – Gerência Executiva de Administração Penitenciária do Estado

LEP – Lei de Execução Penal

SEAP – Secretaria de Cidadania e Administração Penitenciária

PAC – Programa de Aceleração de Crescimento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Contagem geral dos presos.....	123
Figura 2 – Pavilhão da Diversidade Homoafetiva.....	123
Figura 3 – 1ª Ala LGBT do Brasil.....	124
Figura 4 – Salão principal da ala LGBT.....	125
Figura 5 – Horário do almoço.....	125
Figura 6 – Horário do almoço.....	126
Figura 7 – Caxanga da Magali.....	126
Figura 8 – Caxanga da Fabrícia.....	127
Figura 9 – Caxanga da Gisele.....	128
Figura 10 – Caxanga da Susana.....	129
Figura 11 – Caxanga da Lucinha.....	129
Figura 12 – Cozinha da ala LGBT.....	130
Figura 13 – Banheiro da ala LGBT.....	130
Figura 14 – Apenadas da ala LGBT.....	131
Figura 15 – Apenadas da ala LGBT.....	131
Figura 16 – Apenadas da ala LGBT no salão principal da cela.....	132
Figura 17 – Momento de despedida.....	133
Figura 18 – Primeiro presente: uma flor de papel.....	134
Figura 19 – A gueixa.....	135
Figura 20 – Cisne de Origame.....	136
Figura 21 – Festinha de final de ano.....	137
Figura 22 – Festinha de final de ano.....	137
Figura 23 – Apenadas da ala LGBT com a prof. ^a Aparecida.....	138
Figura 24 – Produtos para doação.....	139
Figura 25 – Lençóis e lancheirinhas para doação.....	139

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – ENCARCERAMENTO LGBT.....	23
1.1 Prisão e Direitos Humanos	
.....	23
1.2 Estrutura da Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega	29
1.3 Instabilidade Legal: a saga dos documentos.....	30
1.4 Uma etnografia na prisão.....	39
1.4.1 Autorização do Diretor do Presídio.....	40
1.4.2 Diferenciais de Poder.....	43
1.4.3 Barreiras físicas e simbólicas.....	48
1.4.4 Corpo Diretor X Corpo Controlado.....	54
1.4.5 Gíria Institucional e punições	62
CAPÍTULO 2 – REGRAS DO PRESÍDIO.....	71
2.1 Codificação.....	79
2.2 Rebelião.....	85
2.3 Perda da autonomia.....	86
2.4 Entrega dos “kits”	94
2.5 Relações de Poder.....	101
2.6 Segregação.....	105
2.7 O encontro.....	109
2.8 Costela, Timbalada e Coquinho.....	110
2.9 Percepção das entrevistas na ala LGBT.....	113
CAPÍTULO 3 – VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA.....	140
3.1 Acepção da Moral sociológica de Émile Durkheim.....	142
3.2 Características essenciais do ato moral.....	143
3.3 A relação do sagrado com: a Moral, a Moral Laica e a Educação Moral.....	148
3.4 Finalidade de toda atividade moral: a sociedade.....	151
3.5 A ciência da Moral de Émile Durkheim.....	153
3.6 A moral no encarceramento LGBT.....	155
3.7 Abordagem sociológica da moralidade.....	160

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	171
ANEXOS.....	174

Introdução

Este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a criação de uma ala exclusiva para a população de gays, bissexuais, travestis e transexuais na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, mais conhecida como Presídio do Roger, localizada na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba.

Diante do número significativo de denúncias realizadas pelas Comissões Estaduais de Direitos Humanos, em relação às violências físicas, psicológicas, bem como aos constantes abusos sexuais praticados por parte dos apenados heterossexuais contra homossexuais e, principalmente, contra os travestis em unidades carcerárias do país, alguns estados brasileiros estudaram a possibilidade de criar alas restritas aos reclusos do grupo LGBT com o intuito de amenizar os ataques homofóbicos que ocorriam em conjunturas variadas de hostilidade.

Os ambientes prisionais carregam uma multiplicidade de situações que acabam por facilitar e proporcionar um panorama violento dentro de seus grupos. E, por apresentarem padrões comportamentais, de gênero e de sexualidade distintos daqueles que se enquadram nos paradigmas socialmente impostos, os apenados LGBT's passam por um processo de estigmatização que extrapola os limites essenciais de uma vida minimamente digna. Leva-se em consideração que a problematização apresenta significativo simbolismo no que tange à dignidade, à proteção, aos estigmas e ao preconceito, o que propicia conjunturas de desacordos sociais. De tal forma, a cultura sexual brasileira é fortemente marcada por categorias de gênero que ainda hierarquizam e marginalizam indivíduos estigmatizados pela identidade social, tornando-os “menores” socialmente. (GOFFMAN, 1988)

Conforme o Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil, constatamos avanços significativos nas últimas décadas:

O Brasil vive atualmente um movimento paradigmático em relação aos direitos humanos da população de transexuais, travestis, lésbicas, bissexuais e gays – LGBT. Se por um lado conquistamos direitos historicamente resguardados por uma elite heteronormativa e aprofundamos o debate público sobre a existência de outras formas de ser e se relacionar, por outro assistimos a aterroradora reação dessa mesma elite em sua pretensão de perpetuar o alijamento desses sujeitos e seus afetos. (BRASIL, 2012, p.09)

As persistentes violações de Direitos Humanos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais têm encontrado respaldo em um quantitativo expressivo, ainda que insuficiente, de políticas públicas direcionadas, a fim de amenizar as constantes transgressões homofóbicas. No que diz respeito ao controle da funcionalidade da prisão, nesse viés, fazem-se necessárias reformas de suas políticas, ainda consideradas contemporâneas à criação do sistema carcerário moderno, na tentativa de opor-se às associações que remetem ao seu fracasso.

A prisão se encontrou, desde o início, engajada numa série de mecanismos de acompanhamento, que aparentemente devem corrigi-la, mas que parecem fazer parte de seu próprio funcionamento, de tal modo têm estado ligados a sua existência em todo o decorrer de sua história. [...] A prisão não deve ser vista como uma instituição inerte, que volta e meia teria sido sacudida por movimentos de reforma. A “teoria da prisão” foi seu modo de usar constante, mais que sua crítica incidente – uma de suas condições de funcionamento. A prisão fez sempre parte de um campo ativo onde abundaram os projetos, os remanejamentos, as experiências, os discursos teóricos, os testemunhos, os inquéritos. (FOUCAULT, 2013, p.220, 221)

A prisão institui uma recodificação da existência diversa da simples supressão da liberdade e da “simples mecânica de representações com que sonhavam os reformadores na época da Ideologia.” (FOUCAULT, 2013, p. 222) A técnica de agir da prisão, direcionada à releitura da existência dos submetidos, consiste, para o autor, a priori, no isolamento, com suspensão das relações horizontais, trocadas por relações verticais de domínio hierárquico. “[...] o isolamento dos condenados garante que se possa exercer sobre eles, com o máximo de intensidade, um poder que não será abalado por nenhuma outra influência; a solidão é a condição primeira da submissão total.” (FOUCAULT, 2013, p. 223).

Desta forma, com demandas sociais que vislumbravam a efetivação de direitos individuais, difusos e coletivos sendo aceitas pelas autoridades de alguns estados brasileiros, observamos uma inovação no sistema prisional, a qual visa à proteção dos detentos LGBT's contra as agressões físicas, psicológicas e morais nesses ambientes prisionais.

O primeiro estado do Brasil a implantar essa política de alas exclusivas aos apenados do grupo LGBT foi o Estado de Minas Gerais, na Penitenciária Jason Soares Albergaria; o segundo foi o Rio Grande do Sul, no Presídio Central de Porto Alegre; o terceiro foi o Mato Grosso, no Centro de Ressocialização de Cuiabá.

(SINÉSIO, 2013); e, enfim, o Estado da Paraíba, na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega (Róger).

O empenho que executamos neste trabalho, resultado de uma pesquisa de campo que durou onze meses de muita dedicação, teve como principal objetivo compreender os efeitos sociais da separação de alas baseada no critério da orientação sexual dos apenados do Presídio do Roger, situado no município de João Pessoa, desmistificando as possíveis particularidades que surgiram dessa implementação. Além dessa problemática, também perscrutamos identificar as circunstâncias e contextos da aplicação da política de separação de alas, fazendo toda uma varredura nos órgãos públicos da capital, para termos acesso a documentos que explicassem todo o processo de formação dessa política segregacionista no presídio do Roger, bem como descrever o perfil dos apenados que recepcionou a separação das alas. Outro aspecto estudado foi a caracterização da conjuntura anterior e posterior à criação das alas destinadas ao público LGBT, procurando entender os significados da segregação para estas pessoas.

Hodiernamente, fala-se abundantemente sobre o respeito à diversidade. Apesar das importantes conquistas dos movimentos LGBT's, ainda há muito que pleitear pelos direitos dessa parcela da população, tais como o direito à liberdade sexual e de pensamento. Em convívio social, é comum nos defrontarmos com diversos preconceitos sociais que se concretizam por meio de símbolos ou de empecilhos efetivos à manifestação e à vivência absoluta da sexualidade. Por isso, no contexto da sociedade atual, é importante a abordagem de novas políticas que surgem com intuito de proteger uma minoria, já execrada e marginalizada socialmente, da violência, questão essa que representa um grave problema e que está entre os temas de grande relevância social.

A importância deste estudo está, também, em buscar inserir reflexões teóricas e conceituais sobre os efeitos sociais da segregação dos apenados de acordo com a orientação sexual, motivada por denúncias de violência física e psicológica, bem como de abusos sexuais. Neste sentido, pretendemos trazer à luz elementos desta segregação social ainda não problematizados em contextos sociológicos, principalmente relacionados às consequências sociais de tal fenômeno nas relações interpessoais dos internos objetos da análise.

O instrumento da pesquisa metodológica se apropriou do método de trabalho de campo etnográfico, sendo uma pesquisa qualitativa, pois tratou-se de um grupo pequeno de apenados (total de 11 apenados) que foram entrevistados na ala LGBT. Além disso, tal método foi dividido em dois segmentos de atuações: o primeiro voltado para a observação etnográfica para compor o diário de campo, e o segundo centrado na confecção de entrevistas individuais e direcionadas, possibilitando uma maior interação com os entrevistados.

O primeiro passo da pesquisa se restringiu à observação do cenário carcerário. Sendo assim, procuramos interagir com os apenados de forma que não percebessem o ritmo formal de uma pesquisa, provocando conversas alheias e informais, deixando-os livres para introduzir os assuntos que quisessem, almoçamos juntos algumas vezes, tomamos café e, assim, fomos nos adaptando ao grupo de forma a buscar reduzir paulatinamente o distanciamento inicial, o que acabou por estabelecer certa confiança entre todos. Desta forma, nos sentimos mais à vontade, para desenvolver os próximos passos da pesquisa.

Posteriormente, optamos por fazer entrevistas individuais, uma vez que o primeiro contato em conjunto já havia ocorrido. O intuito foi de desenvolver um diálogo mais íntimo, criando a possibilidade de fazermos perguntas e obtermos as respectivas respostas de modo que nenhuma apenada se sentisse intimidada por qualquer motivo, incitando uma conversa com maior privacidade e desprendimento das condicionantes que as relações naquele ambiente causariam. Foi aí que a pesquisa se tornou mais interessante, com dados que nortearam todo o desenrolar do trabalho. Atentamos para que nada ficasse subtendido nas respostas proferidas. Preocupamo-nos em apontar as questões que ficaram ocultas nos discursos dos entrevistados, através de seus gestos e das suas expressões faciais, destacando, assim, o manuseio indispensável da metodologia da fenomenologia, verificando aspectos relevantes que ficaram ocultos nas entrelinhas das informações fornecidas pelas apenadas, gestores e idealizadores que fazem parte desse contexto de encarceramento LGBT.

Decidimos fazer as entrevistas em um lugar reservado, onde pudesse haver mais privacidade com as apenadas LGBT, sempre com o fulcro de criar um ambiente com maior descontração e liberdade, para que fossem proferidas as colocações que

lhes aproovessem, bem como para evitar, ao máximo, a possibilidade de interferências e interrupções que atrapalhassem o andamento da pesquisa. Sendo assim, as apenas disponibilizaram uma “caxanga”, para que ficássemos mais à vontade. “Caxanga” é o nome dado ao quarto delas, que são revestidos de lençóis e um colchão, que fica em cima de uma cama de cimento. Nem todas as apenas possuem caxangas; somente, as mais antigas têm esse direito. A partir dessa ferramenta, gravitamos sobre o universo carcerário, precisamente a ala LGBT, observando o cotidiano e os principais conflitos que norteiam as relações sociais entre os apenas LGBT.

A população carcerária estudada na ala LGBT é composta por travestis, gays, bissexuais e um heterossexual. Este último consiste em um caso particular que especificaremos mais à frente, uma vez que, por se tratar de uma ala exclusiva para apenas LGBT, é evidente que esse apenas não deveria estar ali inserido. Todas essas pessoas carregam, em sua trajetória de vida, uma carga significativa de discriminação e preconceitos de toda ordem, devido a sua orientação sexual e identidade de gênero.

De acordo com os dados colhidos na Penitenciária do Roger, no dia 13 de novembro de 2015, a sua população total consistia em 1383 presos. Esse número oscila bastante, pois todos os dias saem e entram detentos. A ala LGBT dispõe de um total de 12 (doze) apenas, sendo entrevistadas 11 (onze), com exceção de uma que se encontrava bastante debilitada, pois era portadora do vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) e não estava recebendo o tratamento apropriado, segundo informações das outras apenas.

Buscar-se-á compreender a prisão, instituição peculiar à modernidade, partindo de autores consagrados no campo da sociologia, quais sejam: Norbert Elias, representante da chamada sociologia figuracional; Erving Goffman, expoente da sociologia interacionista, e Michel Foucault, representante de conceitos significativos no âmbito prisional, que mostra as particularidades que abarcam a criminalidade e a delinquência em combate com a repressão e a punição. Para tanto, utilizaremos algumas obras fundamentais para a elucidação do trabalho, quais sejam: *Os estabelecidos e outsiders* (2000), de Elias, *Manicômios, prisões e conventos* (1961), de Goffman, e *Vigiar e punir* (2013), de Foucault.

Tentaremos compreender a prisão nos baseando nos autores supracitados devido à problemática intitulada “Estudo sociológico sobre a criação de alas exclusivas para apenados do grupo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, localizada no bairro do Roger, na cidade de João Pessoa – PB”. O exercício de compreensão e explicação do contexto prisional ajudará na interpretação sociológica do diário de campo extraído da convivência intensa de onze meses na ala LGBT.

Observaremos as características ideais típicas da *instituição total*, seus mecanismos de *negociação* e *conflito* (Goffman), bem como sobre a “situação do internado”, a ulterior modificação da “estrutura do eu”, sobre as possíveis relações *estabelecidos x outsiders* que podem se desenvolver no âmbito prisional (Elias), para depois expor as problemáticas implicadas na criação da ala LGBT. Adentrando para as técnicas de dominação representadas por Foucault, de todo o sistema que torna o indivíduo útil, dócil e disciplinado, abordando os rituais de poder que compreendem, bem como o controle sobre seus gestos, hábitos, atitudes, comportamento dentre outros. Fez-se, assim, uma análise centrada da teoria foucaultiana, figuracional e interacionista.

Norbert Elias propôs um modelo de explicação dos conflitos sociais, denominando-o de relação universal *estabelecidos x outsiders*. Para tal empreitada, analisou o conflito gestado no seio de uma pequena comunidade inglesa, chamada pelo autor de “Winston Parva”. Nesse contexto, relevou como os grupos sociais entram em conflito e como essa ‘briga’, que culmina na estigmatização do grupo outsider, corresponde a fatores sociais diversos para sua emergência. Como exemplo, Elias se refere ao componente do conflito da comunidade citada, que estava calcada no tempo de moradia no local (algo que especificaremos detalhadamente adiante). A ferramenta teórica proposta por Elias ajuda no processo de compreensão da relação presos heterossexuais e presos da ala reservada aos LGBT’s no presídio do Roger, tendo em vista que esse grupo sofre constante inferiorização e violência no contexto prisional.

Erving Goffman demonstra como a prisão apresenta mecanismos de controle e repressão, mas também como um contexto de produção de negociações e conflitos entre indivíduos enclausurados e agentes disciplinadores. Goffman critica o

posicionamento de Foucault, que achava o poder prisional um poder que tudo abarca, tornando os indivíduos “adestrados”, formando corpos dóceis. Para Goffman, os efeitos deletérios do enclausuramento existem, porém, nem tudo é poder repressor e disciplinador no contexto prisional.

Pretendemos fazer uma análise sociológica da moralidade referente à implantação de alas exclusivas para apenados do grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Procuraremos entender a ordem de formação da moralidade, fazendo uma associação com o contexto do grupo LGBT, principalmente no que tange às violências homofóbicas, basilar razão para a segregação dos apenados LGBT em algumas penitenciárias do Brasil.

Verificaremos os segredos que correspondem aos códigos morais em sua cadeia de articulação social. Tentaremos apreender as características essenciais do ato moral, com seus pressupostos fundamentais para a sua efetivação: o dever, o bem, a obrigação, a autonomia, a autoridade e disciplina. Bem como os processos de racionalidade imanentes. Procuraremos mostrar a relação do sagrado com a moral, dos aspectos religiosos associados à moralidade laica e a educação moral. Esperaremos elucidar com precisão todo o aparato que envolve o ideal social, o ideal moral e sua ligação com o ideal real. A partir da explanação das múltiplas etapas de discussão apresentadas, opta-se por observar apontamentos que abarcam a teoria moral durkheimiana, o que torna possível apreender a concepção do autor a respeito da finalidade de toda atividade moral, fazendo uma associação com aspectos que envolvem a criação da ala LGBT no presídio do Roger.

Pretendemos elencar, a partir do diário de campo, partes importantes em que os apenados da ala reservada aos LGBT's do presídio em questão tornam-se “agentes” negociadores e atuantes. Também explanaremos como a vida nessa instituição total é acompanhada de fenômeno responsável pela mortificação do eu, bem como de inferiorização e estigmatização entre os próprios apenados. Mais adiante, observaremos como a criação de uma ala LGBT em presídios pode acarretar conflitos sociais com as demais, uma vez que os apenados LGBT's podem ser concebidos como *outsiders* nesse contexto, dado o índice de violência praticado contra o grupo.

O foco do trabalho dissertativo recairá sobre a situação desses internos e em como ocorrem as relações com os demais apenados, bem como com a equipe dirigente. Para tanto, aplicaremos a ferramenta teórica proposta por Elias (2000), para entender a situação dos presos LGBT's, tendo em vista a estigmatização e violência reincidentes no panorama prisional motivadas pela orientação sexual, pelos "trejeitos" e pela linguagem utilizada pelo grupo. Nesse sentido, procuraremos analisar os diferenciais de poder utilizados para o processo de construção da estigmatização do grupo outsider. Ainda, pretendemos verificar as barreiras emocionais de evitação no âmbito institucional e as problemáticas implicadas, bem como o processo de assimilação da inferiorização posta em prática pelo grupo dos estabelecidos. Também estaremos munidos da ferramenta teórica exposta por Goffman (1961), uma vez que o autor se debruça sobre os aspectos mortificadores do "eu", sofridos pelos apenados, concentrando-se, também, na "agência" dos atores sociais, nas representações de "si" e do "outro", seja a equipe dirigente ou outros grupos sociais envolvidos na interação interinstitucional.

CAPÍTULO 1 – ENCARCERAMENTO LGBT

1.1 Prisão e Direitos Humanos

A prisão, enquanto instrumento de encarceramento, surge na Idade Média. Não apresentava uma função condenatória, mas objetivava fazer com que os presos refletissem, isoladamente sobre a ilegalidade cometida. Foi, apenas, no século XVIII que os países europeus criaram estabelecimentos penais com a finalidade de cumprimento de pena. Michel Foucault (1987, 207) apresenta a prisão enquanto um instrumento de dominação característica de um tipo particular de poder. Sua constituição está ligada a relação com o corpo social que reparte os indivíduos e os fixa, classificando-os, mantendo-os visíveis dentro de um aparelho que os registram.

Historicamente, as sociedades têm divisões em classes, outras em castas sociais etc., não à toa, dividem-se assim, pois uma das classes, na maioria das vezes, sobrepõe-se à outra, através de algum meio, seja ele a força física, a cultura, a ideologia. O direito, por exemplo, é também uma das formas de as classes dominantes imporem suas ideias, suas convicções às classes subalternizadas. Assim entendeu, em sua obra *Vigiar e Punir*, Michael Foucault:

ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo em nome de todo mundo; que é mais prudente reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros; que em princípio ela obriga todos os cidadãos, mas se dirige principalmente às classes mais numerosas e menos esclarecidas; que, ao contrário do que acontece com as leis políticas ou civis, sua aplicação não se refere a todos da mesma forma; que nos tribunais não é sociedade que julga um dos membros, mas uma categoria social encarregada da ordem. (FOUCAULT, 1987).

Foucault, nesta obra, realiza uma profunda análise histórica das formas de tornar dóceis os sujeitados. Ele faz um apanhado das formas de punição desde o suplício até a pena de prisão, além de fazer uma análise do conceito de delinquente, diferenciando-o do mero infrator. No trecho supracitado se constata a clara percepção de Foucault quanto às leis e, portanto, quanto ao direito enquanto formas de dominação entre classes sociais.

No Brasil, como em todo o mundo, a prisão tem suas estruturas pensadas para abrigar homens que cometem delitos. E, por muito tempo, excluiu de seus

arranjos a figura da mulher que comete crime, uma vez que esta era enxergada enquanto um ser dócil e frágil, impossibilitada de cometer algum tipo de ilegalidade. Assim os estabelecimentos prisionais possuíam uma natureza estritamente masculina.

No Brasil, apenas durante o período Imperial se percebeu que homens e mulheres ficavam recolhidos em um mesmo prédio, sendo separados unicamente por celas, e eram essas as condições deficientes e insalubres (SANTOS, J; SANTOS, I, 2014, p.08'). Foi apenas no século XX que as mulheres passaram a cumprir pena em estabelecimentos próprios. Hoje, no século XXI, um novo processo de exclusão e segregação existente em alguns estabelecimentos penais resultou na separação do grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. É o que podemos observar na Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega, que implantou alas exclusivas para a população LGBT.

É necessário apontar que, em pleno século XXI, a prisão ainda não está, efetivamente, gerando o efeito para o qual foi idealizada, qual seja: reintegrar o condenado à sociedade de forma que consiga viver de forma digna. Para isso, é preciso que seja revista a forma como o processo de ressocialização está sendo realizado. A Resolução Conjunta nº 1 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, publicada em 17 de abril de 2014, estabelece os parâmetros de acolhimento de pessoas LGBT em privação de liberdade no Brasil. Garantindo o direito do preso a roupas adequadas, à sua identidade de gênero, como também à manutenção dos cabelos longos, suprimindo a necessidade de que haja o processo de corte da penitenciária. Tal aspecto foi relatado pelos apenados da ala LGBT do presídio do Roger, de modo afirmativo. Vejamos o que colocou a apenada Rafaela, durante a entrevista:

Há alguns anos atrás, quando um homossexual caía dentro de uma cadeia, ele tinha que passar pelo mesmo procedimento dos demais, de cortar cabelo, de ir para reconhecimento. E isso para nós não é preciso mais, já vem direto para cá, e a gente se sente mais à vontade. Tem o lado bom e tem o lado negativo também.

A visita íntima é outro ponto que está disposto na Resolução Conjunta nº 1 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e o Conselho Nacional de

Política Criminal e Penitenciária, contudo, é necessário que as pessoas gays ou travestis manifestem o desejo do direito a visita íntima na administração do presídio. Quanto à visita íntima, de acordo com o diretor do Presídio do Roger, o senhor Felinto Dantas, foi apontado que para que seja efetivada, é necessário que a apenada apresente comprovação de casamento civil ou união estável com o companheiro. No presídio, ainda segundo o diretor, “hoje, tem um que recebe” visita íntima. A problemática que foi observada pelo Coletivo Movimento Espírito Lilás (MEL), que atua na defesa dos direitos do grupo LGBT, há visita íntima, quando os dois companheiros estão presos no mesmo estabelecimento prisional. Depois de longos debates com o coletivo – MEL, o senhor Felinto Dantas sugeriu a seguinte solução:

Fiz um acordo com o pessoal do MEL, do movimento que, se eles quisessem ter essa visita íntima, que fizessem toda a praxe que é feita como quem vem de fora, união estável e etc e tal. O próprio preso daqui. E que, assim, eu iria ao dia da visita íntima retirar o preso da cela e colocar na ala deles, pra eles poderem ter essa visita íntima, né? Mas isso eu passei pra eles, mas até agora não apareceu, não.

O diretor do presídio do Roger, no diálogo sobre as questões dos direitos dos apenados LGBT's, é bem flexível e está proposto a direcionar esforços para que o espaço exclusivo, nos presídios masculinos, seja mais humano e acolhedor. No entanto, ao mesmo tempo em que propõe espaços adequados à população LGBT, essas alas exclusivas privamos apenados de direitos inerentes a todos os detentos. Assim, evidenciamos que o poder instalado em cada estrutura prisional está centrado em suas próprias políticas de atuação.

Hoje, temos consciência de que a realidade operacional de nossos sistemas penais jamais poderá adequar-se à planificação do discurso jurídico-penal, e de que todos os sistemas penais apresentam características estruturais próprias de seu exercício de poder que cancelam o discurso jurídico-penal e que, por constituírem marcas de sua essência, não podem ser eliminadas, sem a supressão dos próprios sistemas penais. A seletividade, a reprodução da violência, a criação de condições para maiores condutas lesivas, a corrupção institucionalizada, a concentração de poder, a verticalização social e a destruição das relações horizontais ou comunitárias *não são características conjunturais, mas estruturais do exercício de poder de todos os sistemas penais.* (ZAFFARONI, 1999, p.15, grifos do autor)

Em regra, o apenado, ao chegar ao estabelecimento prisional para o cumprimento de pena privativa de liberdade, nos termos da Resolução Conjunta nº 1 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, deve mostrar concordância para ser alojado na ala específica para os LGBT's. Consequentemente, conclui-se que a compulsoriedade acaba por violar direitos. É possível observar, a partir do diálogo com o diretor da penitenciária, que esse direito de escolha vem sendo violado corriqueiramente, uma vez que, ao chegar ao estabelecimento prisional, a triagem necessária para encaminhamento às alas é realizada por funcionários que não questionam sobre a sexualidade do apenado, mas a interpretam a partir do estereótipo do detento. Vejamos o que apontou o diretor:

É voluntária. O que acontece? Quando o preso chega na triagem, a gente geralmente pergunta se tem algum homossexual e que queira ir destinado pra esse pavilhão. É feita a triagem, quando é transexual e travesti, essa situação fica mais fácil identificar, né? Mas o homossexual é um pouco mais complicado e pelo fato da cadeia tá muito lotada e esse espaço é o espaço que tem até alguns benefícios, até pelo que a lei prega, é, mais benefícios do que outros presos, alguns até dizem que são, pra poder ir pra essa ala, porque sabe que lá é mais folgado etc e tal. Mas na triagem mesmo a gente dá pra ver quem é e quem não é, né? E pra ver se vai descer ou não pro pavilhão.

Contudo, ao ser indagado sobre as travestis que visivelmente são identificadas, aponta que não existe escolha em ir ou não cumprir pena na ala LGBT, coercitivamente são encaminhadas como uma forma de “prevenção da integridade física”.

Essa parte aí é coercitiva. Até porque é uma questão de preservar a vida deles, que é uma obrigação do Estado, então, assim, eu tenho certeza que lá eles não vão aceitar, né? Lá, eles não vão aceitar, então, a gente acaba obrigando eles a ficar nesse espaço, porque é um espaço, como minha obrigação é resguardar a integridade física deles também, onde eu vou conseguir fazer isso.

Nesse ponto, a dignidade da pessoa humana é posta em xeque e direitos fundamentais tendem a colidir. Por um lado, priva-se a liberdade de escolha de estar ou não em convívio com presos heterossexuais, contudo, busca-se proteger a

integridade física do indivíduo. Diante disso, é mister que haja uma ponderação de princípios, com fulcro de manter a paz dentro do presídio e proteger pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, qual seja a identidade de gênero negada historicamente pela sociedade normativista.

Ainda, fica garantido o direito ao benefício do auxílio-reclusão às pessoas dependentes da pessoa presa, podendo incluir cônjuge ou companheiro/a do mesmo sexo, sob os mesmos critérios utilizados para a população cárcere em geral, como ter trabalhado e contribuído com o INSS por X tempo e mediante a comprovação da condição de dependente legal. (SESTOKAS, 2015).

A Resolução Conjunta nº 1 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária trabalha no sentido de promover as condições de igualdade material à população LGBT, porém é preciso que o poder público estadual promova condições materiais para adequar o espaço de encarceramento específico aos LGBT's. Vemos que é necessária uma atuação coercitiva para que essa implantação seja realizada efetivamente, pois não existe sanção para os estabelecimentos penais que não cumprirem a Resolução citada no enunciado acima.

Entender o direito à identidade de gênero e à orientação sexual como um direito subjetivo é uma forma de garantir a dignidade da pessoa. No caso do ambiente prisional, esta é uma garantia fundamental, pois se trata de um ambiente favorável a uma vulnerabilização ainda maior dessa população. A Resolução Conjunta nº 1 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária é um passo na direção da garantia de direitos básicos de grupos específicos dentro de um ambiente já intrinsecamente vulnerabilizador. Mas o trabalho ainda não terminou. A população LGBT apresenta uma dupla vulnerabilidade no sistema prisional.

Sobre execução penal, a legislação brasileira não estabelece nenhum direito especial para diminuir a desigualdade existente entre gays, lésbicas, travestis e heterossexuais, o que faz com que os direitos da personalidade dos LGBT's sejam feridos de forma mais latente.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, aponta que todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, cor, etc. Assim, a identidade de gênero do ser humano não pode ser empecilho para negar qualquer tipo de direito a ele inerente apenas pela condição de ser humano. A Lei de Execução Penal Brasileira (Lei nº 7.210/84) pode não trazer especificamente, em seus dispositivos, a necessidade de espaços de encarceramento específicos para a população LGBT, porém, em conformidade com a Resolução Conjunta nº 1 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, tais direitos previstos na LEP devem ser executados de forma efetiva a possibilitar que a pena na ala LGBT seja cumprida de forma digna.

Na LEP, há direitos que são assegurados aos apenados e deveres que deverão ser cumpridos (artigo 39 e 41 da Lei n. 7.210/84). A ideia central que difere das concepções anteriores, principalmente antes da CF/88, conduz à concepção do apenado/preso ser encarado como sujeito de direitos e deveres, não mais como mero objeto da administração, fantoche a serviço da ordem e segurança.

Dessa forma, sustenta-se que os ditames constitucionais deverão prevalecer, como, por exemplo, um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, que é o princípio da dignidade da pessoa humana, jamais poderá ser desprezado. O Brasil convive com um abandono do sistema prisional, que deveria ser um instrumento de ressocialização, muitas vezes, funciona como escola do crime, devido à forma como é tratado pelo Estado e pela sociedade. O sistema prisional é ineficaz no sentido de ressocializar e reintegrar o condenado a sociedade.

No Brasil, além dos direitos Constitucionalmente garantidos, a Lei de Execução Penal prevê o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios. Na realidade, os condenados vivem constantes violações de direitos, em contraste à ideia de que a pena privativa de liberdade deve ser cumprida em estrita observância ao princípio da humanidade, e nenhuma punição desnecessária, cruel ou degradante deverá ser aplicada, sob pena de serem contrárias ao princípio da legalidade. Todo o sistema carcerário brasileiro se mostra cercado de problemas estruturais e administrativos, servindo como depósitos humanos de grupos que são excluídos socialmente. No Estado da Paraíba, isso não é diferente.

Atitudes homofóbicas e transfóbicas ainda são profundamente corriqueiras em todo lugar, expondo lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) de todas as idades a flagrantes violações de direitos humanos. Para mudar esta realidade, as agências e programas das Nações Unidas no Brasil desenvolvem diversas ações e programas. Esses programas visam garantir direito a saúde, a trabalho, a identidade de gênero, etc.

1.2 Estrutura da Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega

A Penitenciária Desembargador Flósculo da Nóbrega é conhecida popularmente como Presídio do Roger, está localizada no bairro do Roger, na cidade de João Pessoa, abriga atualmente 1383 internos, segundo informações colhidas no dia 13 de novembro de 2015, no próprio presídio, de acordo com a contagem dos detentos no dia. No entanto, a instituição possui capacidade de apenas 540 vagas. Dispondo de 70 agentes penitenciários, que fazem revezamento de plantões, trabalhando diariamente, em média, 16 agentes.

Sete defensores públicos estão lotados naquela unidade com a função de orientar e garantir a assistência jurídica aos presos. O objetivo é Impedir que o acesso à justiça seja negado àqueles que não possuem condições financeiras para constituir advogado particular. De acordo com as informações coletadas, as visitas na unidade prisional ocorrem nas segundas, quartas e sextas-feiras. Apenas os apenados que vivem em união estável possuem o direito a visita íntima, incluindo também os apenados da ala LGBT. As visitas aos apenados da ala acontecem aos domingos. A administração institucional decidiu diferenciar os dias para os apenados LGBT, a fim de evitar constrangimentos ou qualquer meio de discriminação. Todos os internos têm direito a uma hora de “banho de sol” duas vezes por semana, no entanto, esse direito é, muitas vezes, negado aos presos da ala LGBT, como relatou Luana:

Está faltando assistência médica, direito ao advogado que a gente não está tendo, direito ao banho de sol que não estamos tendo e estamos numa cadeia aberta e não temos esse banho de sol. E outras coisas a mais que a gente não pode citar.

De acordo com o relatório do Conselho Estadual de Direitos Humanos da Paraíba, de novembro de 2014, os prédios que compõem o estabelecimento são antigos e segundo informações colhidas, eles foram construídos no século passado, por volta da década de 40. A Unidade Prisional é composta de um prédio central onde está instalada a área administrativa, quatro pavilhões antigos e mais um prédio que foi construído recentemente.

A área onde funcionava um refeitório foi transformada em uma grande cela que abriga mais de 130 presos e é denominada PB4. Ao lado, a parte onde funcionava uma sala de aula foi transformada na “Cela da Diversidade Homoafetiva” ou ala LGBT, termo mais utilizado por todos, a qual abriga 12 presas, até o momento da pesquisa.

Todo o presídio apresenta uma estrutura precária e insalubre, os espaços nos remetem a lugares sombrios e inóspitos. A ala LGBT é composta apenas por uma cela, que devido ao baixo número de presos não passa por problema de superlotação, diferentemente dos demais pavilhões.

A ala LGBT é um grande quadrado em que as divisões são organizadas na sequência em que as “caxangas” estão colocadas. Mesmo não existindo superlotação, a estrutura da cela não se distancia da mesma precariedade estrutural encontradas nos outros pavilhões, pois a higiene, a alimentação, a assistência à saúde e o acesso à justiça são precários.

1.3 Instabilidade Legal: a saga dos documentos

Ao pensar em tratar da temática das alas exclusivas para apenados LGBT no Estado da Paraíba, buscamos subsídios documentais para embasar e ajudar no direcionamento da pesquisa. A resolução nacional sobre o tema (Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de combate à discriminação) está disponível na internet e é de fácil acesso. Assim, segui à procura da resolução estadual, ainda online, através de vários sites de busca, e partindo de várias palavras chaves. A partir das inúmeras reportagens lidas e assistidas sobre a implementação desta política pública, procurei qualquer menção de qual seria a

resolução responsável. Nada fora mencionado a respeito de qualquer meio legal assegurador da política de implementação de alas em nenhum site que tenha tratado do assunto.

Ainda por meio das informações colhidas nas reportagens, consegui entender em que época foi estabelecida a criação das alas. A partir disso, comecei uma procura pelo Diário Oficial do Estado e achamos somente uma portaria da SEAP – Secretaria de Administração Penitenciária – datada de 27 de junho de 2013, resolvendo que os diretores de estabelecimentos prisionais deveriam encaminhar, ao Secretário da SEAP, um relatório simplificado acerca da existência de apenados de orientação sexual diversa da heterossexual, bem como sobre o cadastro dos companheiros dos apenados que fariam visitas íntimas.

Diante da falta de disponibilização online, resolvi entrar em contato com o pessoal da SEAP por telefone. Liguei para o gabinete do atual secretário, onde me disseram que a informação não estaria com eles, quando foi repassada a ligação para a chefia de gabinete. Falei com uma moça, que anotou as informações que eu queria e disse que iria retornar a ligação assim que encontrasse, pois ela estava chegando naquele momento e o computador estava sendo ligado. Com a demora, liguei mais uma vez, ao que me foi informado que ainda não teriam encontrado nada, mas que ela retornariam assim que possível. De fato, ela retornou no dia seguinte, pedindo mais especificidades do que eu havia solicitado, ratificou o assunto e confirmou algumas informações que eu havia dado.

Nos três dias seguintes, liguei repetidas vezes, repassaram para vários setores e nada da informação. Falei com a Luzia Maia, do setor de ressocialização, à qual me informou que eu teria que enviar um e-mail, fazendo uma solicitação ‘oficial’ que contivesse o fulcro da minha solicitação, para que eles me retornassem. Assim o fiz. Solicitei via e-mail, mas não recebi qualquer resposta. Na semana seguinte, resolvi ir à Secretaria, no Centro Administrativo, localizado no bairro de Jaguaribe, em João Pessoa, por achar que seria mais viável que tudo fosse resolvido pessoalmente.

Quando cheguei ao Centro Administrativo, fui ao segundo prédio, como informaram por telefone, e perguntei onde seria o setor de ressocialização para o

rapaz que estava trabalhando no elevador. Chegando à ressocialização, falei com um rapaz chamado Rodrigo. Ao me identificar, apesar de não termos nos falado anteriormente, ele já sabia quem eu era e do que se tratava, por conta das inúmeras ligações que fiz durante toda a semana anterior. Rodrigo me disse que não tinha nada em mãos, que ninguém havia deixado nada com ele, mas que daria uma procurada. Buscou no computador, me passou o número de uma portaria, mas disse que não conseguiu achar o documento na íntegra, que provavelmente haveria uma cópia na própria penitenciária e que certamente estaria no órgão que homologou a documentação, porém não soube me dizer que órgão seria esse.

Diante da minha insatisfação, ele ligou para algumas pessoas, bem como para outros setores e me informou que não acharam nada, me pediu que aguardasse um instante, para que fosse a outras salas em busca de alguma resposta mais sólida. Quando ele voltou, informou que, de fato, ninguém da SEAP possuía mais esse documento, que, sempre que muda a gestão, eles jogam fora os arquivos da gestão anterior, fato que estranhei muito e que me deixou embasbacada. Ele pediu o número do meu telefone, pois tentaria obter alguma informação a respeito do que eu solicitara e que me avisaria sobre qualquer êxito em sua busca. Alguns minutos depois da minha saída da Secretaria, recebi uma mensagem do Rodrigo, dizendo que o número da portaria que ele me informara estava errado e que tinham passado para ele que eu poderia procurar o Conselho Estadual de Direitos LGBT, pois eles poderiam ter o que eu precisava. Procurei pelo endereço na internet e cheguei à Secretaria Executiva de Obras do PAC (Programa de Aceleração de Crescimento), onde não souberam me dizer onde era o Conselho LGBT. Fui até o fim da rua e virei a esquina.

Cheguei à Defensoria Pública da União, onde me disseram que o Conselho fica junto à Secretaria da Mulher, duas ruas acima de onde eu estava. Quando cheguei, fui recebida por Débora, uma moça muito simpática que me informou que eles jamais tiveram acesso a esse documento, que eu não era a primeira pessoa que apareceu a procura dele, que toda essa saga havia sido desnecessária, me pedindo desculpas, inclusive, em nome do Estado. Ela ligou do telefone pessoal dela para a Luzia Maia, que a informou que aquele documento não existia, simplesmente.

Finalmente, já ciente da resposta sincera de toda a minha procura, fui pra casa, sem a portaria e com a preocupação da instabilidade legal que a ala LGBT possui.

Ainda insatisfeita por não obter uma sustentação significativa sobre a existência do documento que teria sido responsável pela criação da ala LGBT, insisti em falar com o Secretário da Administração Penitenciária através da assessora do gabinete. Marquei uma reunião com o intuito de obter uma entrevista, expliquei a importância da minha pesquisa e da eminente necessidade em saber do Secretário de Estado o desenrolar dos fatos. A assessora de gabinete recebeu-me com muita cortesia, pediu para que eu sentasse na sala ao lado enquanto ela verificava um horário na agenda do Secretário. Agradei a gentileza e aguardei ansiosamente o chamado. Ela marcou o encontro para o dia 20 de outubro de 2015, numa quinta feira, às 15h.

Cheguei à SEAP por volta das 14h30, aspirando por uma entrevista que tirasse todas as minhas dúvidas referentes à formalização da implantação da política da criação de alas exclusivas para apenados do grupo LGBT, no presídio do Roger. Fui informada pela assessora do gabinete do Secretário que ele não poderia me receber naquele momento, porque tinha acontecido um crime de grande repercussão no Estado e que todas as diligências estavam voltadas para esse caso. Fiquei curiosa para saber quem seria a vítima. A assessora notando o meu desapontamento, diante de mais uma tentativa frustrada, explicou-me que se tratava do assassinato da Diretora do presídio de Ingá, uma pessoa muito dinâmica na área prisional e querida por todos da SEAP. Explicitei os meus sentimentos e perguntei se eu poderia remarcar para outra data. Foi marcada para a próxima semana.

Cheguei no dia e horário marcado para tentar obter a tão almejada entrevista, ao passo que, mais uma vez, fui informada que o Secretário tivera uma reunião urgente e que não se encontrava no local. A assessora, comovida com o meu empenho e, provavelmente, desconfiando de que eu não desistiria, explicou que o gerente da GESIPE se encontrava no local. Disse que ele era responsável por todas as medidas referentes aos presídios do Estado, e que, certamente, estaria mais atualizado e por dentro dos assuntos prisionais do que o próprio Secretário. Naquela altura, eu já não podia desperdiçar qualquer tentativa de busca,

imediatamente aceitei a oferta e pedi para que ela me encaminhasse até o gerente. Depois de alguns telefonemas perpetrados pela assessora de gabinete para conseguir uma entrevista, fui informada de que a mesma seria concedida pelo assessor técnico da GESIP, que ele poderia passar as informações de que eu precisava. Agradei, afavelmente, a disponibilidade e empenho em me ajudar. Fiquei realmente muito grata.

Ao perguntar ao Senhor Ricardo, assessor técnico da GESIPE, como surgiu a iniciativa para justificar a criação de uma ala LGBT no presídio do Roger e onde estaria o documento da criação dessa política, já que eu tinha, incansavelmente, procurado em vários outros órgãos públicos e não obtivera sucesso, ele me disse que não tinha conhecimento, naquele momento, e me pediu um prazo de uma semana para que pudesse captar todas as informações para me repassar. Eu expliquei toda a minha dificuldade em obter tais documentos e que seriam de suma importância para substanciar a minha pesquisa. Depois de uma semana, fui a SEAP para encontrar o Ricardo. Atendeu-me muito bem e disse-me que estava pronto para responder a entrevista. Eu agradei pelo empenho e comecei a entrevista.

Não poderia perder tempo, e numa praticidade inominável, questionei sobre a inexistência da documentação que criou a ala LGBT, onde estaria esse documento e do que se tratava, quem tinha elaborado essa “lei” (eu não sabia como me referir ao documento, se era lei, resolução, portaria), de quem teria surgido essa iniciativa, ao que me foi prontamente respondido:

Na Verdade surgiu através da iniciativa da própria reivindicação pelos próprios apenados, da necessidade de, vamos dizer assim, uma adequação a um espaço propício ou diferenciado para as necessidades deles, vamos dizer assim, para os homossexuais. Não, como eu disse, surgiu da necessidade dos apenados de exigir essa adequação de uma ala, e aí eles, acredito, que amparados e assistidos pelo conselho de CEDDHC que é o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Homem e do Cidadão, provocou a secretaria através do ofício número 2246 datado em 2013. Acredito que no mês de maio ou julho, provocando a administração penitenciária no sentido de que houvesse essa adequação dentro de uma ala do pavilhão do Roger, para atender às necessidades desse público alvo, desses apenados. E aí a secretaria prontamente no mês de Julho, dia 22 de Julho de 2013 oficializou através de um ofício de número 2981 da GESIPE a resposta ao Conselho, dando ciência da adequação do pavilhão da criação desse pavilhão para atender as necessidades das pessoas humanas, dos travestis, homossexuais e bissexuais.

De acordo com o relato do assessor técnico da GESIPE, a criação da Ala LGBT foi provocada pelos próprios apenados com o apoio do CEDDHC que enviou um ofício solicitando a criação de uma ala específica para os apenados LGBT, ao que foi prontamente atendido pela administração penitenciária da época. Perguntei sobre a existência dos ofícios e se eu poderia ter acesso a tais documentos, ao que fui informada que a SEAP não disponibilizava de tais ofícios e que ele tinha apenas uma cópia do ofício, sem assinatura do gerente da GESIPE, que respondeu a CEDDHC dando ciência para adequação de um pavilhão que atendesse e respeitasse a dignidade da pessoa humana dos travestis, homossexuais e bissexuais. Indaguei sobre as facilidades e dificuldades de implantação de cada etapa da criação da Ala LGBT, se a SEAP acompanhava a implementação da política de separação e se o ofício atendera as expectativas, ao que me foi respondido:

As dificuldades na época foram de conseguir um espaço, teve que se deslocar uma parte de uma ala do presídio do Roger de um pavilhão em específico para que fosse adaptada toda a estrutura para a melhor adequação da convivência dentro desse espaço. Então, assim, foram criadas cores diferentes, o ambiente foi estilizado diferentemente, e direcionado ao público alvo dos homossexuais, travestis e bissexuais. Atualmente esse acompanhamento é mais interno do Roger, a gerência aqui, a gente obtém os dados de população, é uma forma geral, a gente aqui não tem esse dado específico. A gente atende mais de uma forma generalizada, a gente não tem esse dado desse acompanhamento direto não. Eu acredito que tenha atendido as expectativas sim, até porque o pleito dos próprios apenados que receberam, de certa forma, um amparo do Estado para manter e ter um pouco mais de dignidade e respeito lá dentro do Roger. A gente sabe que hoje o preconceito ainda é muito grande e aí a criação dessa ala serviu justamente para diferenciar e proteger, porque se criou uma parte segura mais para eles, porque saberiam que iam conviver ali apenas com apenados que teria a mesma opção, orientação sexual e não iriam sofrer tanto preconceito se fossem colocados dentro de uma unidade prisional, porque a gente sabe que eles poderiam passar por inúmeras situações de perigo e até da própria vida e integridade física deles.

Ao ser questionado sobre o motivo dessa implementação segregacionista não ter sido expandida para outros presídios da capital paraibana ou até mesmo para o interior do Estado, o assessor técnico da GESIPE justificou com a seguinte afirmação:

Hoje, atualmente, a gente tem a criação no Roger e a gente tem os projetos pilotos que tem a necessidade maior, até por causa do volume da demanda de apenados no Silvio Porto, que a gente tá com quase 1300 apenados, e aí já existe essa necessidade da criação dessa ala, até porque ela exige mais pela demanda. A gente só consegue fazer se tiver um público alvo específico. E lá a gente tem um grande número de pessoas com esse perfil da orientação sexual, bissexual e homossexual. E aí, tem sim esse projeto lá, hoje, atualmente, só no presídio do Roger. Na verdade, é uma necessidade que parte de dentro para fora. Então, assim, se dentro daquele espaço, daquele convívio, a direção junto com o chefe de disciplina, os agentes penitenciários, sentirem a necessidade devido ao número de visitantes, porque no horário de visita quem tem visita íntima, mulher que tá presa ou homem vai ter do mesmo sexo, então tem toda essa movimentação que vai depender justamente da demanda. Se existir, vamos dizer assim, um pedido e uma demanda, uma necessidade de que seja feita diferenciação ou nas outras unidades em Patos, Campina, Serrotão, nas grandes unidades da Paraíba, com certeza eu acredito que... Com certeza, a administração ou o executivo acredita que junto com o judiciário não haveria problema da criação dessas alas. O presídio feminino tem peculiaridade um pouco diferente, lá se você separar vai dar problema. O universo feminino é diferente, lá elas sentem a necessidade de estarem convivendo umas com as outras. Não tem esse preconceito, diferenciação de orientação sexual, pelo contrário, se você criar uma ala LGBT vai criar uma confusão lá. Como eu disse, parte de dentro para fora. Então a necessidade de hoje do presídio feminino não cabe. No Roger teve, justamente pelo preconceito. Então, a realidade, a necessidade foi quem permitiu e que foi fonte criadora dessa necessidade. O presídio do Roger precisava dessa estrutura para poder dar mais dignidade a esse povo, esses apenados.

Diante de tais informações coletadas, através da entrevista, constata-se que não existe nenhum documento que respalde a legitimidade da criação da Ala LGBT perante os órgãos públicos, não há documento legal que oficialize e garanta a existência da ala. Compreende-se que toda a logística de formação da política segregacionista no presídio do Roger foi regida por um ofício que não mais se encontra nos órgãos responsáveis pela implantação. Sem esse documento normativo que assegure a garantia da existência da Ala LGBT fica evidenciado uma total negligência com os direitos LGBT no Estado da Paraíba.

Ainda insatisfeita com essa situação de total indiferença, entrei em contato com Renan Palmeira da Costa (Representante do Conselho Estadual dos Direitos Humanos), a fim de obter mais informações sobre a criação da Ala LGBT e se foi elaborado algum documento normativo que assegurasse as garantias de existência e sua possível continuidade. Ao perguntar como e de quem surgiu a iniciativa para criação da ala, respondeu-me:

Surgiu a partir de vistorias dentro do sistema penitenciário. Eu sou militante do movimento LGBT e faço parte de uma entidade que é o Movimento do Espírito Lilás que é o MEL. O MEL tem um acento no Conselho Estadual dos Direitos Humanos, então nós somos representantes da sociedade civil dentro do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, representando o segmento LGBT. Nas vistorias do sistema penitenciário, a gente encontrava pessoas LGBT'S dentro do sistema prisional de forma bastante vulnerável, numa relação que era uma relação de sofrimento, porque elas eram vítimas de preconceitos que já é algo inato à população penitenciária, mas eram vítimas também dentro do sistema tanto dos agentes penitenciários, da direção, como também por parte dos apenados também, que produziam violações. Nós também tivemos casos de LGBT'S, principalmente transexuais que foram presos e depois procuraram o movimento e colocaram como era a realidade dentro do sistema penitenciário. Então, foram esses os motivos que nos inquietou, para tentar ações de políticas públicas, que pudessem garantir a integridade física da população LGBT dentro do sistema penitenciário.

Em entrevista, Renan Palmeira, relatou-me que foi preciso algumas reuniões com representantes do Sistema Prisional e do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, assim como da Secretaria da Mulher da Diversidade dos Direitos Humanos, e outros representantes que fazem parte da Comissão da Ordem dos Advogados do Brasil da Paraíba, a fim de discutir as peculiaridades que compreendiam o processo de formalização da criação da Ala LGBT. Além do mais, ele deixou claro que, na época, saiu uma recomendação das construções de celas LGBT's no sistema carcerário, para que fosse construída uma ala no presídio de Campina Grande e outras alas, em dois presídios situados em João Pessoa. Tal recomendação fazia menção à construção em três unidades prisionais.

Ademais, perguntei como poderia ter acesso a essa recomendação, uma vez que fiz uma grande busca nos órgãos públicos, mas não obtive nenhuma informação. Ele respondeu-me:

Teve uma ata na hora, mas não sei também onde ficou essa ata, coisas de movimentos, não teve um secretário, a gente produziu uma ata com esse ponto, mas não sei onde está, teria que depois procurar, não sei onde estaria e se a gente guardou de fato, mas saiu essa recomendação que seriam dessas três unidades. Na época, saiu na imprensa, sendo que dois meses depois nada foi construído. Na época houve alguma coisa escrita que criou, inclusive saiu na mídia essa recomendação. Teve algum documento que a gente viu, alguma recomendação, ou talvez tenha sido um informativo, né?! Eu acho que eles devem ter um informativo interno da secretaria que se chegou, mas algum documento escrito se teve, agora eu não vou saber falar aqui para você se foi uma portaria, se foi..., mas alguma coisa escrita teve, que a gente pegou em mão, que a gente leu, algum documento escrito saiu nesse processo. Agora eu acho que a gente meio que... Viajou na ideia de que seria uma portaria, uma resolução e era algum

informativo, alguma coisa meramente para as unidades, mais informal para as unidades prisionais. Assim, pode até ser ignorância da minha parte, mas se foi uma recomendação porque eu acho que foi uma recomendação na verdade, deve ter sido. É algo que é flexível, você pode tirar. Eu acho que o que deu muita força para a ala específica continuar, foi a repercussão pública, então a repercussão pública ela foi mais forte do que de fato o interesse político, não houve interesse político, não houve. Depois que se criou, que começou a dar uma repercussão, porque a repercussão foi muito grande, muito grande.

Na verdade, o que ocorre é que a criação da Ala LGBT não disponibiliza de nenhum fundamento legal para a sua existência, pois não ficou consolidado em nenhum meio jurídico a sua criação. Além disso, fui informada que sua implantação depende do interesse da administração penitenciária, fato este que deixa todos os apenados LGBT's sem uma segurança legal para garantir a efetividade dos seus direitos assegurados e legitimados.

Percebi que a cela que abriga as apenadas da ala LGBT apresenta uma placa retangular de cor branca do lado direito da grade, logo na entrada, especificando os idealizadores políticos desta iniciativa e contendo a seguinte frase, que me chamou atenção por duas afirmações equivocadas diante do contexto investigado no decorrer da pesquisa: “1ª ALA LGBT DO BRASIL”.

Primeiro equívoco encontrado faz referência à afirmação de que seria o Presídio do Roger o precursor no Brasil da criação de alas exclusivas para apenados do grupo LGBT. Ao fazer um comparativo com alguns documentos pesquisados anteriormente, observei que se tratava de uma afirmação falaciosa. Diante dos dados investigados, João Pessoa não foi a pioneira desta iniciativa de segregação dos apenados, outros Estados haviam implantado essa política anteriormente.

Ao perguntar ao militante do movimento LGBT, Renan Palmeira, sobre quem teria elaborado o documento que possibilitaria a criação da ala LGBT, ele respondeu:

Na verdade, já existia a experiência do Rio Grande do Sul, que tinha celas LGBT's, e lá é uma ala LGBT que tem para transexuais, então eu meio que vi essa experiência pela internet e achei bastante interessante, parece que os tinha no Rio Grande do Sul, então a Paraíba não foi o primeiro estado a ter essa experiência, ela fez até um marketing que sim, mas também não teve nenhum interesse político para isso naquele momento.

O segundo ponto a ser discutido, refere-se à sigla LGBT, que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, utilizada para identificar todas as orientações sexuais e identidades de gênero diferentes da heteronormatividade. A penitenciária do Roger trata-se de um presídio masculino, então não caberia a sigla LGBT, haja vista que não existem lésbicas dentro do sistema carcerário do Roger, sendo assim teria que ser suprimida a letra “L”, o que restringiria o fundamento da ala a Gays, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Todas essas considerações ratificam o descaso estatal em tratar temas relacionados à identidade de gênero.

1.4 Uma etnografia na prisão

As leituras de célebres autores no campo da sociologia proporcionaram um maior entendimento na análise dos dados colhidos, fundamentais para traçar um caminho de estudo acerca do encarceramento LGBT no Presídio do Roger. Dentre os autores, destacamos Michel Foucault representante de conceitos expressivos no universo prisional, o qual mostra as particularidades que abrangem a criminalidade, bem como as técnicas de dominação que tornam os indivíduos úteis, dóceis e disciplinados, discutindo os rituais de poder que compreendem. Erving Goffman analisará como a prisão, enquanto instituição total, reprime, adentra e despersonaliza os indivíduos, como também procura dar relevância ao papel dos agentes (ou atores sociais – internados) no processo de reconstrução de uma nova “personalidade” no âmbito prisional. Goffman cita que analisará a “situação do internado”. Sua preocupação central recai sobre os internos, a mortificação do seu eu (ou de sua personalidade), os conflitos subsequentes a esse enquadramento institucional e as estratégias de negociação postas em prática na instituição.

Erving Goffman inicia seu trabalho caracterizando as “instituições totais”, munindo-se da ferramenta heurística proposta por Max Weber. Sendo assim, recorta características ideal-típicas a vários agrupamentos de instituições totais, dentre as quais: sanatórios, manicômios e leprosários, cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração; outras instituições reservadas à realização de tarefas de trabalho, tais como escolas internas, campos de trabalho,

navios, e estabelecimentos destinados para a “fuga do mundo”, tais como as abadias, mosteiros, conventos e outros tipos de claustro.

1.4.1 Autorização do Diretor do Presídio

O objetivo da primeira visita à Penitenciária Flósculo da Nóbrega consistiu em obter permissão do diretor Felinto Dantas, para realizar a pesquisa na ala LGBT. Cheguei à instituição carcerária por volta das 15h25min. Neste momento, encontrava-me com muito receio de adentrar ao presídio, pois tinha feito uma pesquisa na internet sobre os principais fatos ocorridos nos últimos tempos, e fiquei estarrecida com a quantidade de notícias e situações horripilantes que aconteceram dentro do ROGER. Logo vi, naquele momento, que se tratava de um lugar de alta periculosidade, onde estaria depositado o que há de mais “perigoso” e “assustador”.

Tratando-se do meu primeiro trabalho de campo em um ambiente prisional e também por desconhecer toda a logística que envolve o contexto carcerário, eu me encontrava muito assustada. Sabia que, para conseguir alcançar resultados contundentes em minha pesquisa, eu precisaria superar os meus medos, precisaria me introduzir e me misturar com todo o aparato que envolve o sistema penitenciário.

Partindo desse pressuposto, resolvi, primeiramente, fazer um trabalho de aproximação, fazendo visitas sem me preocupar em praticar anotações no caderno de campo, apenas tentando captar as imagens, os sons, os cheiros, os movimentos, as pessoas, precisaria assimilar calmamente cada detalhe de toda a estrutura prisional. Encontrava-me temerosa, meio atordoada por se tratar de um ambiente hostil e intimidador, com medo de estabelecer contato com tais pessoas “perigosas”.

Diante do meu receio, Adeline, professora dos apenados, se mostrou muito solícita para comigo durante todo o percurso de pesquisa, tirando todas as minhas dúvidas, afirmou que eles não agiriam de forma violenta, contanto que os tratasse com respeito e dignidade. Ressaltou que ela mesma já se deparou com a posse de instrumentos cortantes (navalhas, estiletes) por parte dos (as) apenados (as), mas nada ocorreu (aliás, ela atua como professora há um bom tempo e nunca foi agredida pelos apenados). Adeline ressaltou que o diretor do presídio, o Sr. Felinto, era muito tranquilo e que permitiria a pesquisa no local. Cheguei ao presídio. Adeline

tinha me informado que eu poderia estacionar na parte privativa, reservada aos funcionários da instituição. Visualizei um agente penitenciário em uma das guaritas (o presídio porta 7 guaritas), observando o meu comportamento ao sair do veículo. O agente de guarda observa o “entra e sai” do estacionamento.

À primeira vista, deparei-me com um ambiente extremamente degradado, lembrando que ainda me reporto ao estacionamento supracitado. Tinha chovido e como não é calçado o chão do estacionamento, havia muita lama, buracos, fezes de animais e muitos sacos de lixos amontoados na parte lateral ao fundo do estacionamento. A parede externa do presídio estava sendo pintada por um agente. Deixei o celular e a bolsa no carro, pois Adeline disse que, “para não termos problemas, era melhor que deixássemos no carro”. Toda informação fornecida acerca do lugar era levado em consideração. Cheguei ao portão principal.

O presídio estava movimentado, era dia de visita. Só para constar, as visitas ao Roger ocorrem nas segundas, quartas e sextas. Adeline disse que nesses dias seria impossível a visitação na ala LGBT. Entrei no local. Não fui submetida à revista, tampouco fui barrada na entrada. Informei ao agente de plantão que tinha uma autorização expressa do Secretário de Segurança e que precisaria falar com o diretor Felinto. Pediu para que eu entrasse e cordialmente me informou o acesso para chegar até a sala da direção, no primeiro andar do presídio, uma porta à direita.

O Sr. Felinto recebeu-me muito bem. Demonstrou ter muita experiência e segurança ao falar do sistema prisional, e percebi nas entrelinhas que detinha uma serena articulação com o sistema político e com os representantes dos Direitos Humanos. Pareceu-me que era um diretor progressista, visto que enfatizou ser o promissor da criação da ala LGBT na localidade. O diretor perguntou sobre o objetivo da pesquisa, ao que respondi: “objetivo analisar os efeitos sociais da criação da ala LGBT no presídio, tentando perceber os modos de sociabilidade e de vivência do grupo na instituição carcerária”. Ele afirmou que as “críticas seriam acolhidas”, e repliquei que o meu objetivo não era criticar a gestão dele em si, e que os problemas, inerentes ao sistema prisional são estruturais, não pessoais. Isso o fez relaxar, estabeleci a confiança.

Havia outro homem na sala, que não conversava muito, é o vice-diretor, chama-se Cícero. Cada qual tinha uma mesa, acima dessas mesas havia muito

papel e objetos posicionados de forma desordenada. Na mesa de Sr. Felinto tinha uma faca grande, escondida pela “bainha” e ao me olhar observando os seus instrumentos, desviei o foco para a primeira pergunta: indaguei sobre a época em que a ala foi criada e por que criar tal ala específica, ao que ele respondeu: “Quando eu cheguei aqui, existia um problema com tais apenados, eles eram explorados na cozinha, faziam almoço pros outros presos, eram obrigados, eles também os obrigavam a lavar as roupas de todos os pavilhões, teve até alguns estupros” (ele falou com cautela sobre o estupro, ou quis dar a entender que era o menos comum de acontecer). Lincoln disse que o presídio tinha mais de 1000 apenados, na ala LGBT esse número variava bastante (tinha 13, agora só tem 12).

Puxei conversa com Cícero, que analisava um monitor contendo diversas câmeras. Ele aproximava a câmera de tal modo que era possível visualizar, com uma imagem nítida, o rosto e as expressões faciais/corporais dos apenados. Alguns apenados conversavam com familiares, dispersos pelo terreiro dos pavilhões (áreas externas às celas). Lembrei-me de Foucault e sua reflexão sobre o panóptico de Jeremy Bentham, devido ao esquema de visualização total das condutas dos prisioneiros.

O Sr. Felinto disse que em dia de visita é “impossível” realizar visitação à ala LGBT, pois “o movimento dentro do presídio é intenso e o controle sobre os apenados pode ser problemático”. Disse que não permitia a minha entrada por questões de segurança. Ele pareceu-me bem sincero ao dizer isso. Desse modo, ficou acertado que as minhas visitas, dependendo da permissão do diretor, ficariam restritas as terças, quintas e sábados. Sim, também só poderia visitá-los durante o dia. O diretor disse que eu poderia retornar na terça-feira, dez dias após a primeira visita, para que desse tempo de dar uma “pintada nas paredes da ala LGBT”, que não foi bem cuidada no curto espaço de tempo em que foi substituído por questões políticas. Fato que não aconteceu, terminei a pesquisa e a ala se encontrou do mesmo jeito, ou seja, com as paredes sujas e um aspecto fortemente deteriorado.

Na prisão, instituição totalitária, funciona uma rede de vigilância hierárquica escalonada, todos se vigiam, se policiam a si mesmos, normalizando-se pessoalmente e, assim, aos demais. O instrumento de vigilância que compreende a instituição total funciona automaticamente, exercendo uma política de controle

interna, onde a disseminação do poder é espalhado simultaneamente, sem que os integrantes atuantes percebam as mudanças que se operam entre eles. Observa-se que todo o sistema é construído através de uma fachada de representação para driblar e se enquadrar nos trâmites que a instituição total compreende.

O diretor permitiu a pesquisa no local e ressaltou que eu fosse compreensiva quando ele não permitisse a minha entrada na ala LGBT, sempre estaria relacionado a questões de segurança. Concordei e agradei pela gentileza em me conceder a autorização para que eu fizesse a minha pesquisa. Despedi-me do diretor e do vice, e saí em direção às escadas para chegar à recepção principal, mas não pude evitar aquela vista do primeiro andar, diretamente para os pavilhões e a quadra, os espaços externos às celas, lugares de socialização dos apenados. Eles viram que eu estava observando-os, e começaram a “encarar”, como se estivessem incomodados com a minha presença. Imediatamente desviei o olhar e caminhei para a saída, pois lembrei que, geralmente, os presidiários não gostam que fiquem olhando para eles, devo ter captado essa informação de algum filme ou livro envolvendo prisões. Saí do presídio e esperei, ansiosamente, o dia da próxima visita.

1.4.2 Diferenciais de Poder

Não pude visitar o presídio durante a semana. Um indivíduo assassinou um membro de uma das facções da localidade nas ruas. Adeline disse que, ao chegar ao presídio, o “homicida” pediu para ficar no pavilhão VI, tendo em vista o encontro com amigos encarcerados em tal pavilhão. Chegando ao pavilhão, encontrou os amigos do homem vitimado aqui fora, logo, foi assassinado sumariamente. Por questões de segurança, foram anuladas as visitas (bem como a minha visitação).

Dirigi-me ao presídio, no sábado, chegando por volta das 9h e 40min. Tinha que seguir o protocolo de segurança, estabelecido por mim, conforme orientações fornecidas gentilmente pela professora: guardar o celular no carro, despir-me dos brincos, relógio, anéis, óculos e/ou quaisquer utensílios para evitar algum constrangimento. O portão principal, todo de ferro, de cor azul, tem uma pequena abertura pela qual nos identificamos e pedimos autorização para entrar.

Deparei-me com um agente, chamado Tota, que perguntou o motivo da visita. Expliquei que se tratava de uma pesquisa de mestrado na ala LGBT e que já tinha sido autorizada pelo Diretor. Mesmo assim, disse-me que precisaria certificar-se de tal informação, por isso entraria em contato com o diretor. Ligou pra Felinto e ele não atendeu. Em seguida, ligaram para Cícero que permitiu, de imediato, a minha entrada. Paralelamente a isso, dois indivíduos, bem magros, tinham acabado de chegar à prisão. Estavam com as mãos na cabeça, descalços, e Tota recolhia seus pertences e registrava tudo em um documento. Logo depois, um agente os levou para dentro. Afirmou Tota: “Desse jeito, meu amigo, a gente nunca termina essa contagem, todo dia entra gente, todos os dias”. Outro agente se aproximou de mim e disse: “tem que soltar esse povo, o Estado tem que soltar, tem mais espaço não” e Tota retrucou: “soltar, eles vão cair matando o povo na rua, tem é que matar mesmo, exterminar essas peças...”

Em seguida, Tota pediu que um dos agentes me conduzisse à ala LGBT. Quando estava entrando, ele perguntou: “tá com celular aí?”, respondi que não. Entrei em um corredor que deu para uma grade bem grossa, com um ferrolho grande. Outro agente abriu a grade e adentrei no presídio. Alguns apenas das alas “normais” trabalhavam, passei por uma cozinha, visualizei várias caldeiras, os fogos acesos, a comida sendo preparada. Cabe ressaltar que a ala LGBT fica localizada diante da cozinha (possível associação entre feminilidade e serviço na cozinha). A professora Adeline se encontrava no presídio e pediu para que o agente me conduzisse para a sala de aula, que é colada com a cela. Eles e Elas correram para se arrumar. Entramos na sala de aula e ajeitamos as carteiras, criando um “círculo” para fazer a apresentação. Falei sobre o objetivo da pesquisa, disse que os visitaria semanalmente, com o intuito de entender a vida deles ali dentro, no sistema prisional. Luana, pessoa que se identifica como travesti, disse que elas sofrem muito lá dentro. Relatou que sofreu com o corte do cabelo, antes da criação da ala, claro, disse que não têm direito à hormonização, que não podem reclamar que vão para o isolado, que não têm comida de qualidade e etc.

Apreendemos que a sociedade, bem como o ambiente prisional está em constantes mutações e que a coletividade é responsável pelo processo inovador e transformador dos atos morais. Assim, compreendemos que as violências

destinadas aos grupos, no caso LGBT, acompanham toda uma perspectiva histórica e cultural, fazem parte de um contexto social que se configura de acordo com as diretrizes padronizadas das representatividades estabelecidas pelo período em vigor ou época. As pessoas da ala LGBT se identificam de duas formas: ou se declaram homossexuais ou travestis. Perguntei se elas se identificam como transexuais, elas disseram que não. Luana falou que a ala os segrega muito. Nos dias de visita, por exemplo, elas (eles) ficam confinadas naquele espaço, sem poder caminhar livremente pelo terreiro que fica de frente aos pavilhões. Afirmaram também que não têm banho de sol, algo comum para os outros presos. Fomos visitar a cela. Elas ficaram muito animadas com a nossa presença, principalmente pelo fato de muitas não terem visitas, os parentes moram em cidades do interior e não vêm e/ou não podem visitá-las. Dessa forma, tornam-se pessoas solitárias, carentes, a meu ver.

O dormitório de Luana é todo estilizado, tinha um adesivo com o seguinte dizer: “o senhor é meu pastor e nada me faltará”. O de Rafaela também é bem bonitinho, tinha uma bíblia aberta na cabeceira da cama. Esse dia foi importante para estabelecer os primeiros contatos, foi uma visita rápida, centrado mais na apresentação mesmo. Despedi-me de todos (as) e pedi para que o agente me acompanhasse até a saída.

Compreendemos que quando Elias escreve a obra *Os estabelecidos e os outsiders* (2000), pretende dialogar com as bases teóricas marxistas, que compreendia o conflito entre grupos sociais como lutas movidas por uma lógica econômica. Quando Marx afirmou que “a história de toda a sociedade é a história do conflito de classes”, supôs que todo e qualquer conflito social remete para a posse ou não posse de bens materiais e/ou do monopólio da violência física. Portanto, quando Elias propõe outro modelo de explicação dos conflitos sociais, que envolve o que ele chama de “diferenciais de poder”, de certo modo anula a compreensão puramente econômica da conflitualidade entre grupos sociais. Vejamos o modelo alternativo proposto por Elias.

Norbert Elias se deparou com um conflito pardo entre dois grupos sociais em uma pequena comunidade inglesa. Percebeu que na localidade havia um grupo social neutro no conflito, um grupo de classe média (que habitava a chamada zona 1). Os grupos em conflito não eram antagônicos em termos de classe social, pois

todos estavam empregados nas indústrias locais, eram “trabalhadores”. Tampouco diferiam em termos de raça/etnia ou nacionalidade. Elias percebeu que a zona 2 se autodenominava como o “povo da aldeia”, que estavam estabelecidos no local desde a fundação da comunidade (há cerca de oitenta anos) e se portavam como indivíduos “superiores” em termos de *carisma grupal*; por outro lado, o grupo que passou a habitar a zona 3 estavam desenraizados, em virtude de guerra, e eram recém-chegados ao local, sendo caracterizados como os “novatos”. Sobre a aparente homogeneidade entre os grupos, afirma Elias (2000, p. 21):

Andando pelas ruas das duas partes de Winston Parva, o visitante ocasional talvez se surpreendesse ao saber que os habitantes de uma delas julgavam-se imensamente superiores aos da outra. No que concerne aos padrões habitacionais, as diferenças entre as duas áreas não era particularmente evidentes. Mesmo examinando essa questão mais de perto, era surpreendente, a princípio, que os moradores de uma área tivessem a necessidade e a possibilidade de tratar os da outra como inferiores a eles e, até certo ponto, conseguissem fazê-los sentirem-se inferiores. Não havia diferença de nacionalidade, ascendência étnica, “cor”, ou “raça” entre os residentes das duas áreas, e eles tampouco diferiam quanto a seu nível de ocupação, sua renda e seu nível educacional – em suma, quanto a sua classe social.

Elias percebeu que o diferencial de poder utilizado para inferiorizar um grupo social específico não remetia para poder econômico. Como afirmamos, os grupos sociais eram compostos por trabalhadores assalariados. O diferencial de poder utilizado estava assentado na ideia de “tempo de moradia” e de “carisma grupal”. Sobre essa questão, escreve Elias (2000, p. 23):

Todos eles concordavam [os moradores antigos] em que as pessoas “de lá”, da parte mais nova, eram de uma espécie inferior (...). Era fácil perceber, nesse contexto, que a possibilidade de um grupo afixar em outro um rótulo de inferioridade humana e fazê-lo prevalecer era função de uma figuração específica que os dois grupos formavam entre si.

Nessa figuração específica, entendemos que o grupo antigo portava-se como “melhor” ao afirmar que se constituía como uma grande família e que mantinha laços sociais estabelecidos por longa data. Nesse sentido, compreendemos que o grupo estabelecido se caracterizava como “superior”, como se deduz das narrativas colhidas por Elias (2000, p. 112), pondo em evidência a “imagem do outro” instituída pela área 2:

“UMA DONA-DE-CASA: “Eles simplesmente não têm os mesmos padrões que nós””.

“UMA DONA-DE-CASA: “Eles não têm a menor autoridade sobre os filhos””.

“UMA DONA-DE-CASA: “Lá eles estão sempre brigando””.

“UMA DONA-DE-CASA: “Eles têm uma moral muito baixa””.

Para opor à imagem idealizada de “si”, os moradores antigos cerravam fileiras contra os *outsiders* (novatos), chamando-os de “ratos” e moradores do “beco dos ratos”. Por outro lado, o grupo inferiorizado entrava na teia da estigmatização, afirmando não serem felizes com a localidade e aceitando a retórica intimidadora, assumindo-se inferiores enquanto indivíduos. Elias (2000, p. 113) cita alguns depoimentos dos “outsiders”:

UMA JOVEM DONA-DE-CASA: Não gosto daqui. Estou economizando para ir embora.

UMA JOVEM DONA-DE-CASA: Gostaríamos de nos mudar antes da chegada do bebê, porque não queremos que ele cresça com esses garotos desbocados daqui.

A chamada “sociodinâmica da estigmatização” corresponderia a uma “constante universal”, segundo o autor. Implica dizer que em todas as sociedades existirão grupos sociais, portadores de um determinado diferencial de poder, lutando e se opondo a outro grupo despossuído, no sentido de terem carência de tal diferencial, e que termina por assimilar a dinâmica estigmatizante. Em determinado ponto do trabalho, o autor cita as sociedades indianas, em que *párias* são concebidos como *outsiders* por ocuparem papéis que os aproximem daquilo que a sociedade local concebe como “sujo”, como “indigno”. Logo, tais indivíduos são marcados, evitados, devido ao “medo da poluição”, afirma Elias. Dessa maneira, os moradores da zona 3 (*outsiders*) não participavam (ou participavam minimamente) da rede de associações locais (clubes, igreja e etc.), fundada pela zona 2, nem se integravam ou se enquadravam na rede de famílias antigas.

Basta lembrar o fato, citado por Elias, em que os moradores da zona 3 (os novatos estigmatizados) eram rechaçados a partir da criação de “barreiras emocionais de evitação”, algo corroborado por toda a comunidade. Quando algum “aldeão” tentava manter relações sociais com os membros da zona 3, tais indivíduos

eram humilhados, ouviam piadas, eram rechaçados pela comunidade. A estratégia de controle para os aldeões que se insurgissem contra o *status quo* da estigmatização consistia na utilização da chamada *fofoca depreciativa*, ou seja: basta entrar em contato com os “ratos” e você se tornará um deles. Por isso a dinâmica estigmatizante surtia efeito social durável e constante.

Desse modo, podemos afirmar que os conflitos entre grupos sociais podem estar calcados na renda, na etnia, no gênero, no tempo de moradia, dentre múltiplos fatores para sua emergência. Sendo assim, o exercício sociológico do pensar os conflitos sociais dependerá dos fatores sociais imprescindíveis para seu aparecimento em dada figuração. O diferencial de poder utilizado para inferiorizar o grupo gestado na ala específica no presídio do Roger está assentado na orientação sexual e na identidade de gênero. A segregação do grupo LGBT é evidenciada pela forte relação de conflitos sociais que existe entre os apenados heterossexuais e os apenados homossexuais e as travestis, consistindo na utilização de uma *fofoca depreciativa*, por isso a dinâmica estigmatizante surte efeito social de forma contínua e uniforme.

1.4.3 Barreiras físicas e simbólicas

Cada visita era seguida pelo ritmo dos acontecimentos que abarcava o presídio, e, nesse primeiro contato, foquei em estabelecer os laços com os apenados, centrando sempre nas conversas livres para criar uma maior interação. Tive um pequeno atraso por conta do trânsito, chegando à prisão às 08h14min. Estacionei no espaço para funcionários. Passei por alguns agentes que estavam largando do serviço, eles conversavam na entrada do estacionamento. Cumprimentei-os respeitosamente e segui até o portão principal. Disse, como de praxe, para o agente da porta de entrada, que tinha permissão para entrar no presídio, e ele me ignorou, pois estava preocupado com a saída de quatro apenados para uma audiência. Vários policiais saíram, nesse momento, escoltando os apenados. Eles portavam fuzis. Confesso que fiquei um tanto quanto assustada. Fiquei um pouco afastada nesse momento. Os policiais colocaram os apenados no carro da “escolta penitenciária” e partiram.

Voltei a falar com o agente que estava responsável pela entrada pelo portão azul, dessa vez, ele me escutou calmamente e permitiu que entrasse e falasse com o agente da recepção. Expliquei os motivos da minha visita, ele pediu que um dos agentes fosse “chamar a professora” para confirmar a minha entrada. O agente voltou sozinho. Disse que tinha falado com a professora e ela confirmou o meu “trabalho com os apenados da ala LGBT”.

As características comuns de tais instituições são apontadas por Goffman. A primeira delas é a tendência ao “fechamento”, que demonstra seu *caráter total*, significando que sua existência é marcada por barreiras físicas e simbólicas (portas fechadas, muros altos, arame farpado, fossos) que vetam o contato social com o mundo externo.

Entreí no presídio. Tive medo. Vários apenados, os de “confiança”, caminhavam livremente nesse espaço entre os pavilhões, a cozinha e a ala LGBT. Passei por alguns e dei “bom dia”, eles responderam respeitosamente, sem manter muito contato visual. Passei pela cozinha, cheguei à ala e vi a professora na sala de aula, que se localiza vizinho à ala LGBT. Entreí e a cumprimentei. Algumas meninas da ala LGBT queriam muito assistir aula, a professora disse que elas voltassem para a cela, visto que eu estava ali para realizar “o trabalho”. Elas se dirigiram a mim: “você fica chateada se a gente for assistir à aula?”, ao que respondi: “de jeito nenhum, podem ir”. Mas o agente saiu e nos deixou trancadas, ia pedir que as reconduzissem à sala de aula. Adeline me falou que elas esperam ansiosamente o momento da aula, é o único momento em que elas saem da cela e uma excelente oportunidade para interagir com os outros apenados. Ficou uma situação chata, inicialmente.

Algumas apenadas estavam sisudas, pareciam manifestar incômodo com a minha presença ali, logo cedo da manhã. Para “quebrar o gelo”, falei pra Luana que tinha visto o documentário realizado por Fernando Gabeira com elas/eles. Ela me ofereceu um doce de banana num copo, experimentei e disse que estava “delicioso”, e estava. Elogiei os dotes culinários dela, ela afirmou que “Susana quem fez o doce”. Depois me ofereceram café, eu aceitei. Estava bem gostoso. Sentei-me em uma cadeira de plástico, dois meninos (homossexuais) da ala ficaram conversando comigo. Júlia lavava roupa, estendia, cantava. Outras discutiam, fofocavam,

principalmente pelo fato de alguns apenados das outras alas irem até a janela da cela para conversar, paquerar. Ficava aquele burburinho, eu não entendia bem o teor das conversas. Gisele contou-me como “entrou para o crime”. Disse que se envolveu com o tráfico de drogas por querer respeito. Afirma que nunca foi respeitada, principalmente por ser homossexual, e o tráfico deu esse respeito a ela. Ela disse que pegava um carregamento de drogas em Natal, contratava um alternativo e levava a “maconha” até Recife. Disse que fez isso por quatro anos. Já chegou a transportar uma mercadoria de 110 kg. Disse que nunca teve muita oportunidade na vida, ganhando 450 reais mensais. Quando começou a transportar a droga sua vida melhorou muito. Teve dia que recebeu 2000 reais pelo transporte, melhorando sua vida significativamente. Disse Gisele:

Tá, você trabalha tanto e nunca tem nada, não é respeitada, em um dia eu tirava muito mais que o ordenado do mês todo, era muito bom. Mas eu creio que cair aqui me fez pensar na vida. Minha família quer me dar oportunidade, quer que eu mude de vida, minha mãe, meus familiares, creio que se eu continuasse lá fora eu nem estivesse viva pra contar história.

Eu disse que já tinha lido várias histórias de pessoas que entraram para o mundo do crime por falta de oportunidades. Rafaela, que tinha sentado no colchão do meu lado, disse: “É, mas também tem gente que se acostuma com a vida fácil, não quer batalhar por nada na vida.” Enquanto isso, Luana conversava com Susana: “Ela chegou agora, mas não vá dar mancada pra cima dela não, ela é enjoada.” Susana disse que não se meteria com “ela”. Perguntei sobre o que elas falavam, Luana disse que era sobre uma travesti que ela conhece “da rua”. Disse que ela chegou de manhã, mas que estava na “gaiola”. Elas me falaram que a “gaiola” é a cela em que elas ficam antes de serem remanejadas para os pavilhões. Luana falou que seria de boa pra ela, tendo em vista que os agentes “não cortam mais os cabelos delas quando chegam”. A criação da ala dá esse benefício para elas, não apaga as suas identidades corporais na chegada à prisão.

No ambiente prisional constata-se uma quantidade substancial de mudanças nos códigos morais, assim, Foucault afirma que:

[...] em algumas dezenas de anos, desapareceu o corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo. Desapareceu o corpo como

alvo principal da repressão penal. [...] o cerimonial da pena vai sendo obliterado e passa a ser apenas um novo ato de procedimento ou de administração. (FOUCAULT, 2013, p. 13)

Entendemos que a sociedade, assim como o ambiente prisional, ou seja, as instituições totais elaboram os seus costumes, as suas regras, as suas condutas, e que há uma tendência coercitiva que se camufla num ato natural de adaptação que responde às capacidades transformadoras dos atos morais. Conforme Durkheim (1970, p.50) “Toda moral se nos apresenta como um sistema de regras de conduta. Entretanto, todas as técnicas são igualmente regidas por máximas, que prescrevem no agente a forma pela qual deve conduzir-se em determinadas circunstâncias.”

Partindo dessa premissa, entendemos que a moral formada nos ambientes prisionais é formada por um conjunto de regras que emana do contexto criado pela instituição e que se manifesta instantaneamente às consciências, assim se assemelha aos fatos sociais que se originam das representações coletivas, elemento substancial da teoria durkheimiana que nos auxilia a compreender de que maneira ele fundamenta socialmente a moral. De forma clara e objetiva, Durkheim (1970, p.52) enriquece a discussão quando afirma:

Nunca, na realidade, a qualificação de moral foi aplicada a um ato que tivesse por objeto apenas o interesse do indivíduo, ou seu aperfeiçoamento considerado de maneira puramente egoísta; — Se o indivíduo que sou não constitui uma finalidade que tenha *por si mesma* uma característica moral, o mesmo acontece necessariamente com os indivíduos que seus semelhantes e que de mim não diferem senão em gradação, tanto para mais como para menos; — Daí se concluirá que, se *existe uma moral*, ela não pode ter por objetivo senão o grupo formado por uma pluralidade de indivíduos associados, isto é, a sociedade, *com a condição, entretanto, que ela possa ser considerada como uma personalidade qualitativamente diferente das personalidades individuais que a compõem*. A moral começa, pois, onde começa a ligação com um grupo, qualquer que ele seja.

Compreendemos que a moral, todas as regras impostas é um fenômeno que faz parte de um constructo das interações e representações sociais implementadas ao longo da história, ou seja, que apresenta uma remodelagem constante de conceitos; e que a sociedade é parte de seu fundamento e origem, assim, o ambiente prisional é uma remodelagem marcada pela ação da sociedade carcerária, onde o simbolismo das mudanças se instala nas transformações estruturais de todas

as representações, gerando uma constante interação em todo o contexto social carcerário.

Perguntei a um dos apenados, o de cabelo liso/preto, sobre o critério de colocação dos detentos na ala LGBT. Ele disse que alguns pedem para ir pra ala, quando conhecem esse “direito”, outros são mandados pra lá pelos agentes que, quando percebem os trejeitos afeminados, os cabelos longos, impõem coercitivamente o confinamento na ala LGBT. De direto à obrigação. Estéfani disse que também caiu na prisão por conta “da droga”. Rafaela afirmou a mesma coisa. Não quis ser invasiva, preocupei-me em deixá-las falar “livremente”. Luana disse que eu não ligasse pra “bagunça”, que elas lavam a roupa delas e também a dos outros presos da cozinha, que são seus amigos, então todo dia tem “pano estendido”. Rafaela perguntou se eu estava incomodada com o ambiente, eu disse que achava normal. Ela disse que eu achava normal porque eu sabia que em algum momento sairia, teria liberdade, ao contrário delas. Depois se resignou: “a gente termina se acostumando com isso aqui”. Rafaela está lá desde dezembro de 2014. Alguém perguntou se eu almoçaria; eu disse que talvez, se desse. Logo depois, chegaram dois agentes na grade da cela e disseram: “professora, viemos buscar a senhora, já terminou o trabalho?”. Eu disse: “quem pediu que me buscassem?”, ele disse: “não sei, acho que foi a professora Adeline”. Saí da sala. Disse às meninas que iria embora e que voltava na quinta e/ou no sábado. Elas ficaram paradas olhando pra mim. Agradei e saí.

Percebi um estilo de vestir, adotado pelos meninos/meninas da ala LGBT. Em geral, utilizam uma bermuda curta, jeans, com uma blusa de alça decotada, curta. Algumas usam uma saia bem curta, deixando em evidência as partes íntimas (cobertas pelas calcinhas, claro). Percebi que os homossexuais, em sua grande maioria, se vestem ao modo “travesti”. Um deles, tal como Estéfani, não sabe se definir, não sabe se é travesti ou homossexual, na verdade, está mais pra travesti do que para homossexual, pois se veste com roupas femininas, o cabelo crescendo, ela faz um “totó”, e utiliza o nome “feminino”. Estéfani é negra, tem em média 1 m e 50 de altura, disse que “mora em Cabedelo”. Antes, tinha o nome de Fábio. Aparenta ter 22/25 anos. Luana é muito vaidosa, vive maquiada. É negra e tem mais ou menos 1 m e 60 de altura. Afirmou que acredita na espiritualidade. Tem silicone nos seios,

creio que “industrial”, e já é antiga no presídio. “Caiu” (um termo que designa sua chegada ao presídio, termo compartilhado por todos/todas da ala) uma vez no presídio, antes da criação da ala LGBT, permaneceu por um tempo no cárcere, sendo acusada de roubar uma mulher na praia. Acompanhou a mudança, a criação da ala, por isso, creio, é tão respeitada pelas colegas de cela. Ela dita ordens, anda pra lá e pra cá, “bota a boca no trombone”, como ela mesma fala. Saiu da prisão e voltou recentemente. Dizem que ela tomou o celular de um cliente que não quis pagar o programa. É acusada de roubo. Sabe sobre identidade de gênero e enceta discussões sobre os “direitos delas”. Aparenta ter de 30 a 35 anos. Rafaela é branca, tem mais ou menos 1 m e 55 de altura, aparenta ter de 25 a 30 anos. Fica inquieta na cela, deita no colchão e se balança freneticamente, tenta dormir, mas não consegue por conta do barulho das colegas. Adora assistir aula. É muito receptiva e comunicativa. Tem uma Bíblia na cabeceira do seu dormitório. Disse que um pastor da Igreja Metropolitana foi à prisão, falou que era estranho, pois o pastor era casado com outro homem, ela afirmou que isso “era o fim do mundo”. Rafaela “mora no Valentina”. Júlia é branca/loira, tem mais ou menos 1 m e 60 de altura, faz o tipo atrevida. Não conversa, mas repreende Gisele quando esta me conta sua história de vida (“aí é conversa pra três horas, coisa sem fim”), lava roupa, canta, passeia pela cela, como se quisesse chamar atenção. Tem os olhinhos puxados e as madeixas encaracoladas. Aparenta ter 25/28 anos. Susana é branca, alta, tem mais ou menos 1 m e 85 de altura, tem uma tatuagem enorme na coxa, fala pouco, é tímida. Aparenta ter 25/30 anos. Eu falei que a vi na reportagem do jornalista Fernando Gabeira e ela assentiu timidamente com a cabeça, percebi que não queria conversar naquele momento, deixei-a a vontade. Facson, o rapaz do laudo psiquiátrico – tem mais ou menos 1m e 75 de altura, é branco, fala que é “retardado”, tem um laudo comprobatório, mas argumenta bem e articula bem as ideias. Ajuda as meninas nas lavagens das roupas, no escoamento da água das celas, estende os panos. Luana reclama com ele: “joga essa água pra lá, tá ficando doido é?”. Aparenta ter uns 35 anos. Gisele tem 1 m e 55 de altura, é parda, magra e aparentou ser muito esperta pela forma como articulava as palavras e ideias. Disse que trabalhava como garçom, trabalhou em “atacadão”. Fala bastante. Aparenta ter 28/30 anos. A “Magali”. É parda, tem o cabelo loiro, cacheado, fala pouco. Ela não

olha pra você quando fala. Tem 1 m e 60 de altura. É bem magrinha. Ela me disse que tem 27 anos. Uma das mais antigas. Está na ala desde a sua fundação, assim como a Luana e a Susana. Lucinha é um pouco “surda”, as meninas alertaram. Ela é morena, bem forte, tem aproximadamente de 1 m e 70 de altura. É muito calada, não se envolve muito nas conversas. Aparentava ter uns 30 anos. O irmão Adriano chegou depois de algumas semanas concretizadas do diário de campo, veio do convívio por causa de uma visita íntima, então tivera que ser transferido para a ala LGBT, aparenta ter 1 m e 65 de altura, olhos pretos, corpo esbelto e bem definido, demonstrou ser muito calmo e tímido.

1.4.4 Corpo diretor x Corpo controlado

Percebi que a rotatividade de pessoas trabalhando é grande, sempre encontrava pessoas diferentes, então imaginei que encontraria alguns obstáculos para garantir o meu acesso ao interior do presídio, pois teria que explicar, repetidamente, o motivo da minha presença. O agente, seu Tota, que na minha primeira visita ao presídio estava trabalhando na recepção, e, desta vez, estava desempenhando a função na portaria de acesso principal, disse que se tratava de um dia complicado, pois estava ocorrendo à contagem dos presos, mas, mesmo assim, direcionou-me para pedir autorização ao agente que estava na recepção. Transferindo toda a responsabilidade da minha entrada no presídio ao seu colega de trabalho. Seu Tota já havia autorizado a minha visita em outro dia, mas não se esforçou para lembrar-se de mim. Inicialmente, imaginei que tenha sido proposital pra não se comprometer com a minha entrada, depois imaginei que devido à rotatividade de pessoas, realmente, tinha esquecido a minha fisionomia. O agente da recepção não hesitou em pegar o celular e ligar para o diretor Felinto Dantas para averiguar a veracidade da informação. Ligou e obtive a resposta, certificando-se de que falava a verdade. Solicitou que um agente me conduzisse até a cela LGBT.

No percurso, percebi que havia uma grande movimentação, que os guardas estavam armados na frente de um pavilhão, se não me engano o pavilhão IV, onde se encontrava uma fileira de apenados com as mãos cruzadas atrás da cabeça, esperando a sua vez de ser registrado na contagem. Tinha um senhor de cabelos

grisalhos, aparentando uns 55 anos, trajava uma blusa branca de algodão e uma calça jeans azul clara, que fazia as devidas anotações de contagem dos presos. Os apenados ficaram observando os meus passos, foram trocados alguns olhares e aí baixei a cabeça para desviar o olhar, como havia sugerido a professora Adeline no dia da visita anterior. Já era quase 11 h, próximo do horário de almoço, percebi uma grande movimentação de apenados trabalhando na cozinha na preparação dos alimentos.

Parei em frente à cela LGBT para aguardar o agente abrir a grade de ferro que dá acesso ao interior e percebi uma grande correria, pois alguns apenados da ala parecia não acreditar que eu retornaria a visitá-los. Ficaram surpresos e felizes com a minha chegada e correram para se aprontar. Alguns estavam bem à vontade, se vestindo rapidamente e com um rosto ansioso ao perceber a minha entrada. Achei que a minha visita não fosse gerar aquele alvoroço todo, pois eu já os tinha comunicado de que passaria um bom tempo visitando-os. Houve uma correria grande para se vestirem, se aprontarem para me receber.

O guarda, em seguida, abriu a cela e pediu que eu entrasse. Perguntou se eu queria que ele ficasse ali dentro. Agradei e optei por ficar sozinha com os apenados, imaginei que a presença do agente penitenciário poderia travar a interação a ser estabelecida. Mesmo com medo por se tratar do primeiro contato, achei por bem dispensá-lo e ficar sozinha na cela trancada com elas. O guarda assentiu com a cabeça e disse que poderia chamá-lo assim que acabasse. Agradei, mais uma vez, e voltei para o cenário que me aguardava.

Estava sozinha naquele ambiente cheio de mistérios e o medo instigava a minha curiosidade para desbravar ou entender como era a convivência naquela situação de cárcere LGBT. Eu estava ansiosa para essa visita, pois não sabia como iria ser recebida, visto que na última visita, os apenados estavam sisudos e não muito receptivos. Fiquei alerta para perceber qualquer intermitência que por ventura viesse a surgir. Até então, numa rapidez, alguns apenados se aproximaram, demonstrando satisfação ao me ver e diante de tal recepção calorosa, imediatamente, desejei bom dia a todos e mencionei a minha alegria em retornar a vê-los e da ansiedade em ter a oportunidade de conversar com eles.

O apenas Facson de Campina Grande se aproximou e colocou uma cadeira para que eu ficasse acomodada, agradei e me sentei para iniciarmos a nossa conversa. Percebi que Lucinha ainda estava dormindo, deitada em um colchão fino e um lençol branco, estava coberta da cabeça aos pés. Luana encontrava-se toda maquiada, com um shortinho curto e uma blusa branca. Acenou de longe para mim. E eu a cumprimentei. Em seguida ela veio e apertou a minha mão. Mas não ficou perto de mim, foi em direção a uma janela com grade que fica ao lado do banheiro com vista para a lavanderia da cozinha. É lá que ficam os presidiários que são responsáveis pela organização da comida e da cozinha. Neste dia, Luana estava mais fechada, introspectiva, completamente diferente em relação à última visita. Depois de algum tempo na janela, foi até o seu quarto e ficou por lá. Fiquei preocupada com essa receptividade, já que da outra vez estava bem comunicativa, me presenteou até com uma flor feita de papel, a qual guardo, carinhosamente, até hoje.

Eu precisava captar todos os eventos que se passara naquela ala e havia alguns apenas interessados em conversar comigo, queriam interagir, então tive que me ater a eles. O apenas Facson que havia trazido a cadeira para que eu me acomodasse melhor, sentou ao meu lado, no chão, em cima de suas sandálias muito limpas e começou a falar rapidamente. Tive dificuldades de entender o seu discurso, pois ele falou atropelando os fatos, mencionou estar enquadrado no artigo 72, que o seu pai estava gastando muito dinheiro para tirá-lo de lá, que estava precisando de um tratamento, pois a sua cabeça doía muito, que se sentia pressionado pela agonia na cabeça, tinha hora que achava insuportável, porque o sofrimento persistia muito, não estava mais aguentando aquela situação. E que era inocente, que apenas tinha levado a caixa até a rodoviária conforme haviam lhe pedido, não sabia de nada.

Cada pessoa estava querendo desabafar, contar as suas angústias e aflições, e eu precisava estabelecer um laço de confiança e uma maior aproximação, para isso procurei ser condescendente. Eles queriam expor os seus dissabores e eu queria saber tudo o que os afligia. Fiquei escutando atentamente cada relato. Mas a Rafaela interrompeu o papo e disse: “se ele está aqui é porque alguma coisa ele fez. Ele está envolvido. Foi um caso de grande repercussão em Campina Grande e que, portanto, foi feito uma investigação grande, que ele não estaria ali por acaso.” Que a

menina que estava na caixa tinha 10 anos de idade e que tinha sido agredida de uma forma que tivera todos os ossos de seu corpo quebrado e depois queimado. Fiquei estarecida com tal afirmação e crueldade, pois confesso que pela forma e o olhar de “inocente” ministrado pelo Facson havia me deixado comovida, e que, por algum momento, eu acreditara que talvez ele tivesse ali por engano. Notei que demonstrara comportamentos esquisitos, olhares inquietos. Ele não saiu um só momento do meu lado, me tratando com muito respeito e atenção. As meninas falaram que ele é o “que faz tudo”, “pau pra toda obra” que ajuda em todos os afazeres da cela, que sempre podem contar com a ajuda dele. Percebi que de todos que se encontravam ali, Facson era o mais diferente, apresentava, levemente, trejeitos femininos, tinha cabelo curto, barba bem feita e apresentava cuidar de sua higiene com maestria. As roupas estavam bem limpas, se vestia de modo masculino e percebi que a sua sandália, já usada, marcada pelo desgaste do uso diário estava muito limpa, ele havia esfregado de tal forma que parecia ter chegado da loja naquele momento. Ele disse que já havia sido transferido de vários presídios e todos rejeitavam a sua presença, até que foi parar no ROGER e, conseqüentemente, na ala LGBT, que tinha sofrido sucessivas agressões físicas em todos os presídios pelo qual passara. E, mais uma vez, Rafaela participou da conversa acrescentando que Facson não era homossexual, que estava lá para ser protegido, porque se fosse colocado em outro pavilhão, certamente, seria assassinado devido ao artigo dele. Fiquei surpresa com tal informação. Mas todas que estavam presentes confirmaram a informação passada por Rafaela. E que tinham dado a Facson o nome de Amanda. Achei tudo muito confuso. Pois, na reunião anterior, ele tinha se identificado como homossexual e agora confirmara a afirmação das meninas. Segundo seu relato: “estava naquela ala LGBT pra não ser judiado ou assassinado, para se proteger.” Diante de tal informação, percebi que estávamos ganhando confiança e que o inusitado estava aparecendo. Mas, logo em seguida, veio-me o questionamento: como Facson não era homossexual e apresentava, suavemente, os trejeitos femininos? Ou será que pelo fato dele tanto conviver com as apenas acabou introduzindo em sua personalidade as características femininas, pois se comportava sutilmente como mulher? Ou será que ele estava simulando tal comportamento?

Ainda na perspectiva foucaultiana, entendemos que a segregação é abordada no que tange à periculosidade do criminoso, observada de acordo com a pena que a lei impõe a cada um. Segundo Foucault (2013):

Como a lei inflige penas umas mais graves que outras, não pode permitir que o indivíduo condenado a penas leves se encontre preso no mesmo local que o criminoso condenado a penas mais graves...; se a pena infligida pela lei tem como objetivo principal a reparação do crime, ela pretende também que o culpado se emende.

Partindo da exploração do isolamento defendido por Foucault e da segregação implantada atualmente em algumas instituições carcerárias do país, especificamente na cidade de João Pessoa, chegamos a um entendimento de que o panorama que envolve a realidade prisional hodierna é extremamente dinâmico e multidimensional. E que todas as medidas realizadas nos intramuros das instituições carcerárias são calcadas efetivamente nos interesses políticos da administração em vigor.

Percebi que havia uma nova apenada na cela, ela se chamava Bruna e veio até a mim se apresentar. Bruna aparentava ter 1,75 m, cabelos encrespados no ombro, e acima do peso. Tinha sido presa acompanhada do seu esposo e estava indignada porque a administração penitenciária não permitiu a ida do seu esposo para a ala LGBT, colocaram junto com os outros apenados heterossexuais, pois não identificaram nenhum traço feminino e que por isso seria colocado no convívio junto com os outros.

No contexto das instituições totais a vida social é gerenciada por um corpo diretor, primeiro conjunto, cuja atividade principal é a vigilância. Este grupo dirigente trabalha por um período no sistema institucional e está integrado ao mundo externo. O segundo conjunto (ou grupo) perfaz o que Goffman chama de “grupo controlado”, nesse caso, trata-se do grupo dos internados que vivem na instituição e tem contato limitado ou vetado com o mundo externo. A instituição é composta por uma quantidade significativa de regras que vão se adaptando com as mudanças ocorridas em seu interior.

Notamos que o corpo diretor, diante de tal impasse em distinguir se o apenado se enquadraria na ala LGBT, improvisou uma forma de segregação dos

apenados baseados nas características físicas, ou seja, aquele que demonstrar feminilidade será enquadrado em tal ala, tornando-a efetivamente coercitiva e em desacordo com os trâmites que regem a identificação de um apenado que se encaixa no grupo LGBT. Segundo a Resolução Conjunta nº 1 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, publicada em 17 de abril de 2014, menciona em seu artigo terceiro que as travestis e os gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas deverão ser oferecidos espaços específicos para a sua vivência e que a sua ida para esses espaços não pode ser aplicado nenhum método coercitivo, e que o apenado deve expressar a sua manifestação de vontade, logo, entendemos que as medidas adotadas pelo presídio do Roger estão em desacordo com o que fixa a eminente resolução mencionada.

Para interagir, perguntei a algumas apenadas quando iam sair. A Gisele respondeu que fazia nove meses que estava presa e que sairia em breve, dentro de um mês. Perguntei quando era o dia de visita delas e afirmaram que aconteceria na quarta-feira e no domingo, e que seria ótimo se eu pudesse vir para conhecer os seus visitantes. Na verdade, fiquei curiosa pra saber como é o movimento em dia de visita, mas tinha sido informada pelo diretor Felinto da impossibilidade por questões de segurança, e que por isso as minhas visitas teriam que acontecer as terças, quintas e aos sábados.

Em seguida, relataram a forte indignação ao ter o dia de visitas em dias diferentes dos outros detentos, que havia um isolamento e que o espaço cedido para eles para o banho de sol era diferente, um espaço bem menor. Goffman explicita as relações entre os dois grupos, partindo de sua perspectiva interacionista: o grupo dirigente concebe de forma estereotipada os internos como amargos, reservados e indignos de confiança; já o grupo dos internados veem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos. As duas visões estereotipadas, forjadas no seio dos dois grupos, se transforma em uma espécie de cultura “dos internados” e da “equipe dirigente” (opostas, porém complementares por serem forjadas no processo de interação).

Rafaela falou que estava apaixonada por um apenado do pavilhão IV, que trocava olhares e “catatau”. Não sabia o que era o “catatau” e informaram que é a

mesma coisa que carta, bilhetes. E Gisele também mencionou a sua alegria em manter um romance com um apenado do pavilhão IV, que já tem planos de morar juntos assim que saírem da prisão. Estéfani estava o tempo todo na cozinha preparando o almoço de todas. Falaram que o fogão improvisado por um arame que esquentava uma pedra havia quebrado e que por isso não estavam cozinhando, mas que a cozinha geral do presídio forneceria o almoço delas. Estéfani veio me oferecer almoço, eu disse que não precisava se preocupar, pois não me encontrava com fome, mas, de imediato, percebi uma pontada de descontentamento em seu rosto e não quis, ali, criar nenhum tipo de atrito, acabei por me redimir e resolvi aceitar a oferta e almoçar com eles.

Neste momento, comecei a olhar todo o ambiente, como tinha chovido durante a madrugada, percebi que havia, no teto, muitas goteiras e que o chão molhado poderia ter sido ocasionado pela forte chuva que findou durante a madrugada. Elas perceberam que eu estava observando o ambiente, sempre muito atentas, e trataram de justificar que todo sábado era destinado para a faxina da cela. Confesso que achei um pouco suja e com um cheiro úmido e enjoado. Algumas moscas rondavam o ambiente, principalmente na cozinha improvisada delas, que ficava entre um “quarto” e outro, todo revestido por lençóis coloridos, um espaço de aproximadamente um metro. Até questionei se não era perigoso destinar aquele espaço para cozinhar, pois estavam tão perto dos lençóis que dividiam as suas camas. Falaram que apesar de ser uma cela ampla com um quantitativo pequeno de presos, ainda assim não tinham um local mais adequado, pois era ligado em um fio elétrico e que aquele lugar seria a melhor opção.

Percebi que na frente da cozinha, no chão, havia um buraco de aproximadamente 10 cm e Luana informou que, à noite, colocara um balde ali para o rato não sair, pois ficava com medo do rato nas comidas, mas, ao mesmo tempo, informou que achava boa a presença dele, pois como era comum a existência de escorpiões e como não havia dedetização por parte da instituição carcerária, o rato os comia e, assim, os apenados se sentiam mais protegidos. O ambiente não estava limpo e nem cheiroso, mas eles justificaram que aquele dia seria o da faxina e que seria realizado por todas. Outra característica comum a estas instituições seria a “ruptura de barreiras” que separam as três esferas da nossa existência: o dormir, o

brincar e o trabalhar, atividades realizadas em diferentes localidades com diferentes atores sociais (co-participantes). Segundo Goffman (1961, p. 17), para o indivíduo internado “todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade”. Continua:

“(...) cada atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto”.

Fui até o quarto da apenada Luana, ela me recebeu com muita cordialidade e me convidou para sentar em sua cama, aceitei e perguntei por que ela estava tão reservada. Ela respondeu que não estava se sentindo muito bem. Em seguida, a Estéfani pediu para a Susana me servir. Todos estavam com fome. Era quase meio dia. Percebi que fui a primeira a ser servida. Era um prato fundo de plástico de cor azul e uma colher pequena, também azul e de plástico. Continha feijão, arroz, farofa de cuscuz e um pedaço assado de frango sem osso. Confesso que não me senti muito à vontade, verifiquei se o prato estava limpo, se a comida não continha alguma coisa, estava cheia de preconceitos para comer aquele alimento ofertado com tanto carinho e, portanto, irrecusável. Pedi para que colocasse pouca comida, mesmo assim, eles me serviram bem e eu tinha que dar conta de comer todo o alimento, achando bom ou ruim. Não poderia fazer uma desfeita dessas, seria uma grande ofensa. Estéfani trouxe suco de goiaba.

As meninas ficaram me olhando, parecia um desafio que elas impuseram para mim e eu sabia que aquele momento era importante para estabelecer uma melhor interação e adquirir confiança. Sabia que era de suma importância estreitar os laços para obter um resultado satisfatório em minha pesquisa, então: respirei fundo, tentando disfarçar e coloquei a primeira colherada na boca. Fiquei surpresa, pois o tempero era bom, a comida estava gostosa, mas o receio era grande e não me permitiu que eu comesse naturalmente, tentei disfarçar o máximo que pude para elas não perceberem, pois sabia que ali estava se formando um elo entre nós, eu estava provando e me misturando entre eles. Elas sorriram para mim e isso fez com que eu encarasse com mais suavidade. Raspei até o último grão de arroz. Tomei um

gole do suco de goiaba e justifiquei que não tomaria todo porque não tinha o costume de ingerir líquidos no horário do almoço.

Enquanto almoçávamos, a Susana servia a todos, percebi que ela dosava o feijão em uma xícara. Perguntei a Luana porque cada um não se servia. E Luana respondeu que cada pessoa tem a sua função e que aquela era o trabalho da Susana, ela teria que dosar bem para que o alimento fosse suficiente para todos. Eles recebiam os pratos, abarrotados de comida, sem questionar a quantidade. Percebi que o feijão fora pouco, alguns apenados ficaram com mais arroz e farofa de cuscuz. Eles fizeram o melhor que puderam para me agradar e achei esse gesto muito bonito, além de ser uma experiência única em minha vida. Agradei de coração e em seguida decidi ir embora. Antes de me despedir, perguntei baixinho, só para Luana ouvir, se lá dentro havia conflitos, desentendimentos e se tinha alguém que não confiava e em quem confiava. Ela disse que havia conflitos, sim. E que tinha algumas pessoas que não confiava. Encerrei a conversa. Mais uma vez, agradei pelo almoço e enfatizei o quanto tinha apreciado o tempero da comida.

1.4.5 Gíria institucional e punições

Compareci ao presídio por volta das 10h35, estava um dia chuvoso e frio, o que ocasionou uma grande dificuldade de despertar da cama e ir enfrentar o que o ambiente carcerário tinha a me oferecer. Ir ao presídio do Roger transmitia a sensação de mergulhar no desconhecido, andar por caminhos suntuosos onde o medo se fazia presente e a curiosidade era o meu guia. É um lugar que abriga muitas pessoas, cada uma com seus problemas, angústias, desejos, aflições e bastante ociosidade, que, muitas vezes, abre espaço para planos de fuga. Deparava-me, a cada visita, com uma dificuldade grande ao falar com os agentes penitenciários para conseguir a autorização para fazer a pesquisa de campo, pois a rotatividade de pessoas trabalhando na administração prisional era um fato circunstancial.

A prisão, instituição totalitária, opera de forma a constituir uma quantidade expressiva de mudanças que chocam e desconstroem a individualidade, e as ações passam a integrar uma cadeia essencialmente normalizadora de suas ações. O

indivíduo se encontrará integrado ao sistema totalizante e se portará como uma ferramenta fundamental para o funcionamento eficaz de todo o processo que abrange a instituição total. A prisão, no tocante a perspectiva foucaultiana e de Goffman, pode ser visualizada como uma instituição típica das sociedades disciplinares, onde a sua técnica principal é o confinamento e sua lógica funciona no processo de “*Panopticon*” que estabelece paradigmas sustentados na vigilância, na visibilidade e na sanção normalizadora.

Ao chegar ao portão principal do presídio do Roger, uma porta grande de ferro de cor azul, com uma janelinha pequenina, de aproximadamente 15 cm de largura por 25 cm de comprimento, percebi que se encontrava aberta. Fiquei nas pontas dos pés para alcançar uma melhor visualização da parte interna da recepção, posicionei a minha cabeça com o intuito de avistar algum guarda para solicitar a minha entrada, não vi ninguém. Cansei e esperei alguns segundos. Retornei a tentativa e percebi que havia alguns detentos sentados conversando bem próximo a guarita principal, peguei a chave do carro e comecei a bater na lataria da porta para que fizesse barulho. A investida foi positiva e com três tentativas os apenados me avistaram e, logo em seguida, avisaram ao agente de plantão para que tomasse conhecimento da minha presença. Agradei os apenados com um aceno de “legal”.

Rapidamente o agente interveio e perguntou o que eu queria. relatei a mesma ladainha de sempre, estava ali para fazer uma pesquisa na ala LGBT, e que o respectivo estudo já tinha sido autorizado pelo diretor Felinto. Ele abriu o ferrolho e pediu para que eu me direcionasse até a recepção que ficava a 3 metros da porta de entrada. Outro agente que nunca tivera visto, cor morena, magro, jovem, aparentando uns 25 anos e muito bonito, tratou-me com respeito e atenção. Falei o motivo da minha visita, e que a mesma já tinha sido autorizada pelo Diretor. Ele ficou meio receoso, confuso se permitiria a minha entrada. Percebendo o embaraço e antes que ele comesse a ligar para o Diretor como tinha acontecido com os outros agentes, eu tentei encontrar algum agente conhecido que estivesse lá por perto para que pudesse me ajudar com a minha entrada. Por sorte, havia um agente, conversando com os apenados que avisaram sobre a minha chegada, do qual eu me lembrei, apontei para ele e disse que poderia confirmar essa autorização com ele.

O jovem moreno de estatura mediana não hesitou e chamou o guarda para averiguar a veracidade de minha informação. Fiquei aguardando a conversa entre eles. O rapaz veio até a mim e autorizou a minha entrada sem a devida ligação de praxe. Pediu para que outro agente me direcionasse até a ala LGBT e deixasse alguém dentro da cela comigo. Antes que eu interpelasse, dizendo que não haveria necessidade de tal feito, pois nas outras visitas eu ficara sozinha com os apenados LGBT's, o agente Eduardo que já sabia como funcionava a minha visita, disse que não precisava, que, simplesmente, eu entrava na cela e ficava com eles conversando. Trancava-me dentro da cela e depois alguém chamava para abrir e me direcionar até a saída. Perguntei ao jovem, agente penitenciário, se tudo estava tranquilo e se eu correria algum risco. O mesmo respondeu que estava tudo dentro dos conformes. Sempre me rondava a sensação de perigo, de medo, de incertezas do que poderia acontecer, mas não haveria outra forma de conseguir fazer o meu diário de campo. Eu tinha que seguir e vencer os meus medos. Além do que, a cada visita, eu ficara mais apaixonada pelo tema e curiosa para saber como é o dia a dia dos apenados. Não sentia a hora passar quando interagia com eles, era acometida por uma enxurrada de acontecimentos, fatos inusitados e histórias singulares.

Dois agentes me conduziram até a ala LGBT. No caminho, encontrei apenados das outras alas, passei entre eles, alguns baixavam a cabeça, outros ignoraram a minha presença, e alguns insistiam em me olhar, aos quais, de forma firme, eu desejara “bom dia”, e, eles devolveram com cordialidade. Mantinha-me a passos retos e confiantes, sem querer demonstrar medo ou insegurança. Ao chegar à frente da ala LGBT, encontrei a apenada Luana sentada, bem tranquila, com uma pinça na mão fazendo as sobrancelhas, sempre muito vaidosa e preocupada com a beleza, sorriu quando me avistou. Eu retribuí o sorriso e, imediatamente, desejei bom dia! O guarda abriu a cela. Eu o agradei e entrei. Alguns estavam dormindo. Foi aquele rebuliço quando me avistaram, uns para um lado, outros correndo para organizar um pouco a cela para me acomodar melhor. Ficaram surpresos e me desejaram as boas vindas. Fui recebida com afago e carinho e isso foi fundamental para uma interação harmoniosa.

O dia era frio, e naquela cela tudo parecia ser muito úmido, pois o teto estava com vários buracos, de variadas espessuras, os quais iluminavam o ambiente, com

tímidos raios solares. Sem laje, as vigas aparentavam serem desgastadas e velhas, algumas telhas estavam escuras, outras esverdeadas, com lodo devido ao tempo chuvoso. Numa atitude impensada, e surpresa com aqueles respingos, tentei contabilizar as goteiras, mas acabei me perdendo na apuração, com aquela quantidade de orifícios, certamente, os colchões ficavam úmidos. Imaginei o frio que eles, certamente, sentiam em madrugadas chuvosas, provavelmente as gotas de água entravam com facilidade no recinto e assim transmitia aquela sensação de umidade que possuía um odor particular. Os apenados não recebem visitas com frequência e sempre ficam isolados dos outros apenados heterossexuais quando vão tomar banho de sol, ou até mesmo quando os portões são abertos para que eles recebam os seus familiares e visitantes, sendo assim ficam muito eufóricos e atenciosos com qualquer pessoa que queira escutá-los. Na perspectiva foucaultiana, a prisão não era considerada uma instituição de punição, era portadora de uma dinâmica multidisciplinar, onde o poder era o agente principal de todas as mudanças nos integrantes, construindo uma sociedade eminentemente disciplinar, adestrando, produzindo coletivamente corpos individualizados e dóceis, um poder produtivo e não restritivo, mutilador e repressivo como assegura a teoria de Goffman. “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”.” (FOUCAULT, 2013, p. 133).

Estéfani veio falar comigo e disse que Bruna já não se encontrava mais entre eles e que eu perdi de conhecer o apenado Ramon que estivera lá por dois dias. Demonstrei ficar surpresa, e percebi que a rotatividade entre os apenados também era um fato relevante. Tratei de fazer uma anotação em meu diário de campo de todos que estavam ali presentes, colocando algumas informações referentes à entrada, saída e idade, pois queria saber quem seria o próximo a sair e, assim, não perder a oportunidade de conversar e saber mais sobre a sua vida.

Todos aparentaram estar felizes com a minha chegada. Sempre me sinto bem recebida. Tratam-me com carinho e cordialidade. Dando-me a melhor cadeira para eu sentar e sempre me oferecendo o que eles têm de melhor em sua cozinha improvisada entre duas “Caxangas”. Termo que fiquei sabendo ao perguntar como eles denominavam o lugar aonde dormiam. “Aqui existe sete “caxangas”. O autor

ainda dá margem para a questão da “gíria institucional”, modo pelo qual os internados vivem o seu mundo na instituição. Assim, Goffman retrata a instituição total como disciplinadora, mas com uma margem de usurpação, espécie de “tática de resposta dos internados” (GOFFMAN, 1961, p. 66). Assim, os apenados vão construindo o seu universo particular, com as suas gírias e costumes próprios.

Estéfani, sempre muito atenciosa, trouxe-me uma xícara de café e um depósito cheio de biscoitos maisena. Agradei a gentileza e tratei de tomar aquele café, quente e forte, que caiu muito bem numa manhã chuvosa e fria de sábado. Na visita anterior eu ficara sabendo que esses biscoitos eram artigos de luxo, que os apenados prestavam alguns serviços domésticos, como lavar roupas em troca de cigarros. Esses cigarros funcionavam como moeda de troca, ou seja, trocavam os cigarros por biscoitos, sabonetes e outras coisas. Sabendo de toda dificuldade deles em adquirir tal alimento, achei por bem não comê-los, já que não estava com fome, mesmo tendo saído de casa às pressas sem ter tomado café. A xícara era uma caneca de cor creme de plástico, muito grande e com café até as bordas, não estava acostumada a ingerir tanto café assim e tratava-se de um sabor diferente ao qual eu não estava habituada. Desfrutei da iguaria com satisfação, pois fora dada com muito carinho e curti o momento com eles. O café estava bem quente, do jeito que eu aprecio, o que fez descer com mais naturalidade. Mas, mesmo assim, era muito café e não aguentei tomar por completo. Fiquei com vergonha de devolver, mas não aguentava mais, estava muito doce. Criei coragem e, com muita sutileza, entreguei para Rafaela. Disse que não conseguira comer aquele pote cheio de biscoitos maisenas porque antes de sair de casa havia comido um prato cheio de cuscuz com ovos, uma xícara de café e duas bananas-compridas, portanto, estava satisfeita, mas que ficara muito agradecida pela oferta, não poderia rejeitar aquela gentileza sem um forte argumento. Rafaela entregou o depósito a Estéfani e levaram até a pequena cozinha improvisada, cujos armários eram minúsculas caixas de papelão que armazenavam tais alimentos. Em seguida, Estéfani disse que na cela havia um novo integrante que se chamava Adriano, que era evangélico e que estava ali porque recebera uma visita de uma travesti, e que para ter a oportunidade de receber essa visita, ele teria que ir para a cela LGBT. Fiquei curiosa para saber mais sobre a história do Adriano, mas Estéfani se limitou a falar e disse que ele mesmo

poderia relatar a sua história. Não quis ser inconveniente e deixei que ele se aproximasse de mim. Fiquei aguardando o desenrolar dos fatos.

Toda vez que chego à cela, a TV de 14 polegadas sempre está ligada em canais de músicas, que passam clips de bandas de forró, axé, e funk, predomina mais o ritmo do forró. Elas dançam e cantam naquele ambiente frio, úmido, cheio de roupas estendidas, cujas paredes apresentam desenhos de flores, sol, frases religiosas, apaixonadas e alguns nomes de facções que existe na prisão, mas de todas as figuras projetadas na parede, a que mais me chamou a atenção foi a de um grande relógio, pois fiquei imaginando como seria conviver em um ambiente onde o tempo não pudesse ser consultado. Todas essas paisagens, transcritas na parede da ala LGBT e já bastante desgastadas pelo tempo, disputam a atenção com o colorido que envolve as suas “caxangas” sempre muito criativas. Como todo sábado é dia de faxina, de limpeza, já esperava aquela movimentação dentro da cela. Algumas sentaram ao meu lado, outras ficaram nas grades interagindo com os apenados que trabalhavam na cozinha ou no pátio. Percebi que Luana e Júlia estavam sempre coladas à grade. Luana sempre cuidando da sua beleza, tirando seus pelos e a Júlia interagindo com os integrantes da cozinha. Segundo Rafaela, a Júlia estava paquerando.

Perguntei quem dormia nas caxangas, já que tinham 11 apenados na cela e só disponibilizavam de sete caxangas. Afirmaram que Lucinha, Amanda e Adriano não dormiam, pois tinham chegado por último, e a escolha era determinada pelo tempo de duração na cela. Neste momento, o apenado Adriano se aproximou de mim com a Bíblia nas mãos e perguntou se poderia ler o Salmo 29, versículo 1 e 2. Eu assenti com ternura e o deixei a vontade para ler. Fiquei observando sua forma de pronunciar as palavras, seu jeito praticamente inofensivo, lia com dificuldade, as palavras mal articuladas devido à falta de leitura constante, mas percebi que mesmo com aquela leitura deficitária, ele estava interpretando bem e assimilando o conteúdo do texto. Perdi-me na leitura observando e divagando sobre as suas características: moreno de estatura mediana, aparentava ter uns 74 kg, 30 anos de idade, cabelos bem aparados, um olhar aparentemente meigo e nada intimidador, sandálias bem limpas, com uma aparência limpa e organizada, não apresentava trejeitos femininos, bem diferente das apenadas da ala LGBT, ele era o tipo másculo.

Acabei não prestando atenção na essência da mensagem. Assim que Adriano acabou de ler, interpretou com boa vontade pra mim e disse “Amém”. Eu, numa atitude intempestiva e automática, repeti o seu “Amém” e disse que achara o texto muito bonito. Ele, ansioso e compenetrado naquele momento, desejou interagir comigo e perguntou, mais uma vez, se poderia ler outra mensagem. Eu, que não me considero muito religiosa, procurei acolher aquele gesto de afabilidade e, desta vez, prestar atenção na mensagem. Era do Livro NAUM, capítulo 1 até o versículo 7. Ao final, ele falou “amém” e eu repeti, dizendo que tinha achado a mensagem muito interessante. Aproveitei a deixa para saber mais sobre o Adriano.

Antes que ele enveredasse para outra leitura, fui logo intercalando uma sequência de perguntas que desencadearam em fatos inusitados que deixou o diário de campo com outro brilho. Perguntei ao Adriano o porquê dele decidir ir para a ala LGBT. Ele, pacientemente e com boa vontade, querendo compartilhar comigo tais informações, disse-me que não aguentava mais ficar nas outras celas, que a violência era constante, que só ouvia falar em mortes, agressões, vinganças, que tudo era motivo para tirar a vida do próximo, que o espaço era extremamente pequeno, e que até para ler a Bíblia sentia dificuldades. E também como tinha uma “prima” travesti que gostaria de receber visitas, ficou receoso de sofrer represálias, ou qualquer tipo de violência, então, decidiu migrar para a ala LGBT, já que disponibilizava de um espaço bem maior, que não teria nenhum problema em fazer as suas leituras e que poderia receber a sua visita sem sofrer qualquer tipo de violência física e/ou psicológica.

O dia destinado a visitas na ala LGBT acontece nas quartas e aos domingos. O Adriano receberia a sua visita na ala LGBT no domingo. Adriano estava no presídio do Roger no pavilhão III na cela 1, na parte do Convívio, desde o dia 23/01/15 e fora transferido para a ala LGBT no dia 26/07/2015. Adriano recebeu a sua visita tranquilamente, sem sofrer qualquer tipo de agressão. Nos dias destinados a visitação, todos os apenados vão para um pequeno pátio que se localiza em frente à cozinha, onde, geralmente, se encontram os detentos que prestam serviços e que gozam de mais regalias e confianças por parte da administração penitenciária. E esses apenados da cozinha são, praticamente, os únicos presos que os apenados

LGBT's têm contato, porque fica em frente à cela LGBT e elas ficam trocando mensagens, olhares, palavras e assovios.

Assim que os portões abrem, os apenados LGBT's começam a transitar livremente entre eles. Era um dia de visita como todos os outros, a mesma rotina nos procedimentos de visitas. Quatro apenados, que prestavam serviços à instituição e que por isso gozavam de mais liberdade, poderiam transitar livremente, adentraram a cela LGBT e foram para as “caxangas” dos seus respectivos paqueras, ficaram lá namorando, dormindo. O diretor do presídio tivera sido alertado que essas ações estavam sendo corriqueiras. Acompanhado de outros agentes penitenciários, decidiu verificar o local e fazer toda uma varredura nas “caxangas” que são cabanas de lençóis, uma espécie de toca aonde os apenados dormem. O diretor percebeu que havia quatro apenados deitados, namorando com quatro apenadas da ala LGBT. Os apenados “heterossexuais” foram retirados imediatamente e mandados para a solitária, permaneceram por três dias, num ambiente totalmente escuro, com um buraco para fazer as necessidades fisiológicas e um chão úmido, um teto com goteiras, sentindo frio e calor. A solitária é um local temido por todos e que serve como castigo para aqueles que infringem as normas da instituição penitenciária. Perguntei se havia algum castigo para os apenados LGBTs, e afirmaram que não. Apenas o Diretor retirou os detentos heterossexuais e os enviou-os para a solitária. Esse já era um castigo por demais assustador.

No que diz respeito ao controle da funcionalidade da prisão, nesse viés, fazem-se necessárias reformas de suas políticas, as quais devemos considerar como contemporâneas à criação do sistema carcerário moderno, opondo-se a associações que remetem ao seu fracasso.

A prisão se encontrou, desde o início, engajada numa série de mecanismos de acompanhamento, que aparentemente devem corrigi-la, mas que parecem fazer parte de seu próprio funcionamento, de tal modo têm estado ligados a sua existência em todo o decorrer de sua história.[...] A prisão não deve ser vista como uma instituição inerte, que volta e meia teria sido sacudida por movimentos de reforma. A “teoria da prisão” foi seu modo de usar constante, mais que sua crítica incidente – uma de suas condições de funcionamento. A prisão fez sempre parte de um campo ativo onde abundaram os projetos, os remanejamentos, as experiências, os discursos teóricos, os testemunhos, os inquéritos. (FOUCAULT, 2013, p.220, 221)

A prisão institui uma recodificação da existência diversa da simples supressão da liberdade e da “simples mecânica de representações com que sonhavam os reformadores na época da Ideologia.” (FOUCAULT, 2013, p. 222) A técnica de agir da prisão, direcionada à releitura da existência dos submetidos, consiste, para o autor, a priori, no isolamento, com suspensão das relações horizontais, trocadas por relações verticais de domínio hierárquico. “[...] o isolamento dos condenados garante que se possa exercer sobre eles, com o máximo de intensidade, um poder que não será abalado por nenhuma outra influência; a solidão é a condição primeira da submissão total.” (FOUCAULT, 2013, p. 223)

Estéfani perguntou-me se eu queria almoçar com eles, informei que não poderia aceitar, porque havia combinado com uns amigos que me aguardavam. Como recusei o almoço, Estéfani trouxe um suco artificial, parecia que o sabor era de laranja, assim como o café, estava muito doce. Na hora de beber, imediatamente notei que havia um mosquito dentro, e isso já foi o suficiente para eu duvidar da origem daquela água, da higiene e da limpeza. Tentei com cuidado retirar o mosquito sem que ninguém notasse, mas toda vez o bicho afundava e eu não conseguia retirá-lo, fiquei apreensiva em beber aquele suco cuja origem da água eu não sabia e também me esforcei para que as meninas não notassem a minha aflição. Ainda dei três goles, desviando o mosquito para não engoli-lo. Percebi que aquela situação estava ficando insustentável. Teria que enfrentar e dizer que não queria tomá-lo. Senti-me agoniada, pois já não tinha comido o biscoito para deixar para eles, e também não conseguira tomar toda aquela xícara de café que estava muito doce, e tinha acabado de recusar o almoço, mas aquele suco com aquele mosquito boiando estava praticamente impossível de consumi-lo. Fiquei quase trinta minutos com o copo na mão puxando conversas aleatórias, interagindo com as meninas, tentando encontrar uma maneira sutil de despistar aquele suco e não parecer que eu estava evitando consumir os alimentos ofertados com tanto carinho por eles. Não podia postergar, tomei coragem, quando alguns foram almoçar, e eu já não era o centro das atenções e, discretamente, pedi para que Rafaela levasse o meu copo de suco. Ela imediatamente repassou para Lucinha beber.

CAPÍTULO 2 - REGRAS DO PRESÍDIO

A minha pesquisa, na ala LGBT, também acontecera aos sábados pelas manhãs. Fiquei sabendo, pela prof^a. Adeline, que o dia de visita, que acontece aos domingos tivera sido antecipado para o sábado, por causa da comemoração do dia dos pais. Diante de tal informação, programei-me para fazer o Diário de Campo no período vespertino, já que não tinha sido autorizado, pelo Diretor Felinto, fazer a pesquisa no período da visitação. Os dias de visita determinados pela Instituição eram, geralmente, as segundas-feiras, quartas-feiras, sextas-feiras e os domingos.

Quando estacionei o carro em frente ao presídio, o relógio marcava 15h30min, imaginei que neste horário a visitação já tivera cessado, mas, ao chegar ao local, percebi que ainda ocorria. Logo na entrada, havia uma grande quantidade de mulheres e crianças saindo do presídio. Parei em frente e fiquei observando, afinal nunca tivera presenciado uma movimentação tão intensa no presídio do Roger. Mulheres de todas as raças e idades, a maioria com crianças a tiracolo. Esperei um pouco para ver se a movimentação amenizava, mas o volume de pessoas era intenso, muitas delas saiam carregando depósitos vazios e algumas sacolas. Algumas saiam sorrindo, felizes, segurando as crianças nos braços, muitos bebês, e outras saiam com um olhar triste, caladas, com passos vagos e desconcertadas, meio perdidas, cabisbaixas.

O movimento diminuiu, cheguei perto do grande portão azul de ferro, coloquei a minha cabeça próxima a janelinha e bati com a chave do carro para chamar a atenção do agente penitenciário, que, dessa vez, já estava ali de prontidão. Identifiquei-me e ele me direcionou para a recepção. Mais uma vez, expliquei o motivo da minha visita e o agente pediu para que seu Tota, outro agente, chamasse o diretor de plantão, que veio até a mim. Tive que explicar, mais uma vez, todo o meu propósito. O Diretor plantonista, do qual não me recordo o nome, explicou-me que se tratava de um dia difícil. Eu disse que se não fosse possível, retornaria em outro momento, mas ele pediu-me para esperar numa cadeira que ficava do outro lado até que a visitação acabasse. Imediatamente concordei e fui para a cadeira que ficava localizada ao lado do corredor de onde as visitantes saiam. Até gostei dessa

situação, aproveitei para ficar observando como acontecia esse grande movimento em dia de visita.

Notei que só saíam mulheres, não vi um só homem retirar-se da parte interna. Fiquei mais atenta com o intuito de não deixar passar despercebido qualquer detalhe interessante para compor o meu diário de campo. Fiz uma pergunta mentalmente: será que só pode entrar mulheres para visitar os homens? Porque já fazia quase quarenta minutos que eu estava a observar e não constatei a presença de um único homem até o final da visita. Outro fato importante de que eu não tinha conhecimento, é que todas as mulheres usavam calça ou shorts estilo “leggings”, saias e/ou vestidos. Achei estranho, e fiz uma anotação em meu caderno para perguntar a algum agente sobre isso. Tudo era novo para mim e a curiosidade de saber os porquês das ações era uma constante em minhas visitas. Em poucos instantes o alarme tocou. Do outro lado, o agente que se encontrava na recepção falou: “– Já é o segundo toque!”. O aspecto de todos era de cansaço. Escutei de Seu Tota: “Mais uma batalha vencida.” E logo imaginei como deveria ser exaustivo e tenso para eles da Instituição um dia assim e que, por isso, eu acreditara que realmente seria complicado me reconduzir à ala LGBT naquele dia.

Uma agente penitenciária, alta, aparentando uns 52 anos, morena, saiu do corredor de onde as mulheres passavam e sentou ao meu lado. Aparentava um cansaço em seu olhar. Desejei boa tarde e voltei a observar aquele entra e sai de pessoas. Perguntei a ela sobre a vestimenta das mulheres, por que elas só usavam calça ou short leg. Ela respondeu-me que era regra da Instituição, que era proibida a entrada de calça jeans por causa do zíper, que só podia autorizar a entrada de calças, shorts estilo “legging”, saias e vestidos. Perguntei se era permitida apenas a entrada de mulheres, ela respondeu-me que não, que a grande maioria das visitas é mulheres. Geralmente, os homens chegam pra visitar e saem logo, como já tinha tocado o alarme, que significava o fim da visita, era normal a ausência dos homens naquele horário. Percebi que as mulheres duram mais na visita, ficam mais tempo com os seus parentes e amigos presos. Além de que é a maioria dos visitantes.

Sendo um ambiente novo e sempre cheio de acontecimentos, mais uma vez, perguntei à senhora quantas agentes trabalhavam nesse dia de visita. Ela informou-

me, com um ar de descontentamento, pois já tinha trabalhado o dia todo e o cansaço não permitia uma interação maior, que era um total de doze agentes para fazer a revista em mulheres. Agradei a informação e voltei o olhar para as visitantes. Soou o último toque e nesse momento o fluxo de pessoas diminuiu favoravelmente. Eu já estava preocupada com o pouco tempo que me restava com os apenados LGBT. Aos poucos, foram saindo algumas agentes e se despedindo do pessoal, sorrindo e feliz por ter acabado o dia de trabalho da melhor forma possível. Já não saía mais ninguém, e fiquei aguardando alguém me dar um sinal para que eu fosse conduzida até a ala LGBT.

Não demorou muito e o Seu Tota me chamou, um senhor de aproximadamente 1,75 m, uns 90 kg, parecendo ter uns 58 anos, barrigudo, barba feita e com bigode, de cor negra, meio careca, lábios carnudos e mãos grandes. Disse-me para seguir um agente que estava me esperando na porta de entrada para os pavilhões. Despedi-me da senhora agente que estava sentada ao meu lado e fui ansiosamente para a ala LGBT. Dessa vez, foram dois agentes me conduzindo. Já estava bem perto das 16h30, eu presumi que teria, no máximo, uns 90 minutos de conversação com os apenados. Estava próximo do anoitecer. Quando cheguei perto da cozinha, já percebi que as “meninas” estavam na porta e, ao me verem, ficaram felizes e soltaram um grito pronunciando o meu nome, acenei e sorri timidamente para não chamar atenção dos outros apenados que me olhavam quando eu caminhava firmemente entre eles, sempre tentando passar segurança e escondendo as constantes pontadas de medo que me acompanhavam quando adentrava aquele recinto.

Achei que, com o tempo, essa sensação de temor cessaria, sucumbiria com as frequentes idas ao presídio, mas a cada visita, constatei a presença de pessoas novas, tanto na parte da administração ou dos apenados que ficam trabalhando próximo à recepção, assim, ficava difícil estabelecer algum vínculo devido à rotatividade de pessoas. Com exceção do Seu Tota, que coincidiu de encontrá-lo algumas vezes e já estabelecemos uma comunicação mais amistosa, pois diante do impasse da minha autorização para a visita, já que se tratava de um novo Diretor de plantão e não estava sabendo da minha existência, chamei Seu Tota e pedi para que ele viesse a meu favor e explicasse a minha situação.

Procuro ser sempre discreta, tanto na minha forma de se vestir como de andar ou até mesmo nas poucas vezes em que tenho que me comunicar com eles. Sempre muito calma e uma voz bem compassada. Até agora, fico muito tranquila em relação a isso, não me trataram de forma ríspida ou com grosserias, não falam de forma delicada, mas não me tratam mal, fazem o seu trabalho como é determinado pela administração penitenciária. Os guardas me trancaram dentro da cela dos apenados LGBT e seguiram para a recepção. Lucinha estava de banho tomado e veio conversar comigo. Gisele disse-me que ia tomar banho e que, logo em seguida, viria para conversarmos.

Estéfani veio em minha direção e fiquei surpresa ao perceber que o seu cabelo havia sido cortado, antes o cabelo tinha um pequeno comprimento, o suficiente para prender e que denotava toda uma feminilidade. Fiquei assustada ao ver Estéfani com o cabelo raspado e logo imaginei que ela tinha passado por algum tipo de agressividade ou punição por parte da administração penitenciária. Fui logo indagando: “O que fizeram com você, Estéfani?” Ela respondeu-me com um olhar sem brilho e uma expressão facial de tristeza, onde os braços refletiam os movimentos de que não poderia ter feito outra coisa, que aquela era a forma mais legítima e acertada de passar para o lado da religião, que com a ajuda do irmão Adriano tinha se convertido à religião, ao evangelismo, e que, por isso, decidira raspar os seus cabelos. E agora era evangélica e que seu nome não era mais Estéfani e, sim, Fábio. A religião não permite mantê-los grandes. Fiquei perplexa com o desenrolar dos fatos. Achei de uma agressividade inominável. A Estéfani parecia muito triste quando se referiu a tal atitude, mas que tinha que ser feito para aceitar Jesus. É como se tivesse passado por um processo de purificação. Não externei a minha opinião, apenas guardei os meus pensamentos e tratei de observar todos que estavam a minha volta. Percebi que alguns apenados fizeram “caras e bocas” com um ar de negação e reprovação. E voltei o meu olhar para o autor daquela mudança: irmão Adriano, aquele que, de uma forma ou de outra, influenciou para que Estéfani tomasse tal atitude e percebi o seu ar de contentamento, estava radiante de felicidade, cujas expressões refletiam seu alto grau de satisfação diante de tal transformação.

Ao descrever a instituição como sendo um ambiente repressor, mutilador do “eu” em seu processo de (res)socialização, Goffman, defende que haveria lutas e conflitos, modelagens e resistências que abarcariam todo o cenário institucional, ocasionando todo o processo interacionista. Goffman explica como funcionam as instituições totais, já Foucault faz uma explanação bastante significativa no tocante a uma sociedade disciplinar, abarcando todas as particularidades que cercam as instituições disciplinares. “Forma-se uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe.” (FOUCAULT, 2013, p. 133)

Demonstra enfaticamente como o poder articula a prática das quais se extrai um saber sobre o objeto ao qual faz parte, explicitando uma clara e profunda relação entre a dinâmica do poder que é portador de uma positividade produtiva e a articulação do saber. “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminuem essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).” (FOUCAULT, 2013, p. 134).

O irmão Adriano não demorou muito e veio até a mim para perguntar se poderia ler uma parte da bíblia. Perguntei de qual parte se referia. Ele informou-me que era João XIV, versículo 15, 16 e 26. Permiti que lesse e, ao final da leitura, ele perguntou se eu tinha entendido. Confesso que ainda estava meio abalada pela decisão da Estéfani/Fábio e acabei viajando nos pensamentos e observando os trejeitos do irmão Adriano. Falei que não tinha entendido e perguntei se eu mesma poderia ler. Acabei de ler e disse “Amém”. Confesso que não gosto muito de ler a Bíblia, que dispenso e ignoro qualquer tipo de fundamentalismo e, sinceramente, fico absorta com a capacidade de manipulação que as pessoas fazem em nome da religião. Estéfani raspou o seu cabelo, aquilo que lhe dava uma identidade, algo que aproximava a sua pessoa do que ela realmente era, que sentia ser, é como se tivesse descaracterizado e/ou “modificado a estrutura do eu”, mortificação de sua identidade de gênero, afinal o seu corpo correspondia a mesma finalidade do seu corte de cabelo, despontava o seu lado feminino.

Ela desconfigurou uma parte de si em nome de um dogma religioso. Ela, agora ele, continuou com a voz afinada, com trejeitos fortemente femininos e o cabelo masculino. Estéfani montou uma fachada de representação, com essa luta interna de aceitação de si. O que me chamou atenção foi o quanto eles estão vulneráveis, o quanto a falta de entendimento sobre as condições deles, e como eles se ignoram e se punem por uma situação de aceitação do seu eu, sentindo-se estigmatizados e discriminados pelos seus próprios valores. A falta de conhecimento é crucial para desembocar num mar de preconceitos, de discriminações e de todo tipo de repressão. Goffman atenta para a questão da deformação e desfiguração pessoal implicada nesse processo de codificação. Sobre isso, afirma Goffman (1961, p. 29):

Além da deformação pessoal que decorre do fato de a pessoa perder seu conjunto de identidade, existe a desfiguração pessoal que decorre de mutilações diretas e permanentes do corpo – por exemplo, marcas ou perda de membros. Embora essa mortificação do eu através do corpo seja encontrada em poucas instituições totais, a perda de um sentido de segurança pessoal é comum, e constitui um fundamento para angústias quanto ao desfiguramento.

O diferencial de poder instalado nesse conflito encontrava-se centrado na religião, denominados como os estabelecidos, o não pertencimento a crença concebia certa característica de “pecador”, “sujo”, “indigno”, assim, na ausência desse pertencimento ao grupo estabelecido denotava toda uma cadeia estigmatizante, ocasionando esse conflito, onde o fato de ser evangélico se caracterizava como o grupo dos estabelecidos e o grupo da homossexualidade era designado como os “outsiders”.

Lucinha veio até mim e disse que tinha sido a única que recebera visita naquele dia. Sua mãe viera visitá-la e que por isso estava muito feliz. Isso significava que a mãe de Lucinha havia levado determinados mantimentos para a sua melhor estadia na cela, o que ocasionaria uma série de possibilidades de relacionamentos com os outros apenados, pois ela poderia trocar os seus objetos ou doar para quem precisasse. Receber esses mantimentos através de suas visitas era o mínimo para garantir a sua dignidade, já que o sistema penitenciário não disponibilizava do essencial para garantir a higienização dos apenados. Muitos deles tinham que lavar

roupas dos apenados heterossexuais em troca de uma carteira de Derby, cujo valor correspondia a dez reais, com essas atividades domésticas, elas poderiam adquirir a moeda de troca.

Receber visita era privilégio de poucas, muitas delas eram abandonadas pelos seus parceiros, pelos familiares, assim, a sua convivência no presídio se tornava demasiadamente árdua. Notei que a mão esquerda de Lucinha tinha uma grande cicatriz. Perguntei o porquê daquele machucado e ela respondeu-me que tinha sido um tiro de raspão de 12 de um agente penitenciário. Fiquei curiosa e pedi para que me explicasse melhor. Ela não hesitou em relatar o ocorrido e começou a narrar a história. Disse-me que era dia de visita e que, por isso, estava transitando livremente pelo pátio e como vinha sofrendo de constantes desconfortos no ouvido e que não estava mais aguentando, resolveu procurar um médico. Ao que foi abordada bruscamente por um agente penitenciário, que perguntara por que ela estava transitando por ali. A mesma tentou explicar, mas foi fortemente repelida por um tiro.

Disse-me que não tinha motivo para sofrer aquela agressão, que acha que o tiro foi acidental, pois um tiro de uma espingarda calibre 12 se tivesse sido intencional, com certeza, teria arrancado a sua mão. Disse-me que fora levada ao hospital para fazer os tratamentos para curar o ferimento. Eu perguntei por que o agente foi tão ríspido com você? Ele tinha algum motivo? E Lucinha respondeu que esse tratamento com ela foi devido a uma fuga que ela tinha feito num período anterior. Mais uma vez, numa curiosidade insaciável, pedi para ela relatar esse momento de fuga. Ela disse-me que estava doente e que precisava ficar se submetendo a tratamentos no hospital. Que toda semana estava lá para receber os tratamentos e que já tinha se habituado à rotina do hospital, observado tudo e o comportamento de todos. Então, ela pediu para ir ao banheiro, pois precisava tomar um banho. Tinha um guarda responsável pela sua segurança, mas como Lucinha nunca dera trabalho e que tudo sempre transcorria na maior tranquilidade, o guarda, já não prestava tanto atenção. Deixou Lucinha entrar no banheiro e já não tinha os mesmos cuidados que tivera como no início. Disse-me que aquela sensação de fuga já vinha percorrendo os seus pensamentos, que não aguentava mais elaborar planos para cair no mundo e como o guarda estava facilitando, então, ela não

encontrou outra saída, a não ser encarar a adrenalina de uma aventura e de ganhar a sua liberdade, afinal o ambiente prisional já tinha consumido as suas energias, além da perturbação constante por habitar aquele ambiente hostil. Lucinha pediu para ir ao banheiro. O guarda, como de praxe, seguiu-a e ficou aguardando fora do banheiro a sua saída. Ligou o chuveiro e colocou o balde de roupas sujas embaixo para passar a impressão de que ela tomaria banho. Ao lado do chuveiro tinha uma pequena janela com um ferro no meio, ela forçou o ferro até que coubesse a sua cabeça e se esforçou para que seu corpo passasse. Ela disse que até hoje não sabe como passou naquela janela, que devido à espessura tão pequena correria o risco de ficar presa entre os ferros, mas que não tinha como desistir, a sensação de liberdade gritava e ela queria muito voltar a sentir outros ares. Quando o guarda percebeu o sumiço de Lucinha, ela já estava longe. Foram alguns dias de alforria. Relatou-me que foi para a casa de uma das irmãs e que a mesma avisou que já estava sendo noticiada pela imprensa e que ela fosse embora dali o mais rápido possível, pois a polícia poderia chegar a qualquer momento. Lucinha pediu algum dinheiro a sua irmã e foi embora. Com menos de três dias, a polícia encontrou Lucinha em frente ao Mc Donald's, no bairro de Tambaú, estava "tuxada" (drogada), tinha consumido muito crack, em suas mãos ela guardava ainda seis pedras de crack. Ou seja, o preço da liberdade de Lucinha estava sendo consumida pela prisão do crack. Ela se livrou da prisão, mas os resquícios dos vícios às drogas ainda reinavam em seu ser. Diante desta situação, Lucinha já era tratada com desconfiança pelos agentes penitenciários.

Neste momento, Estéfani/ Fábio que escutava com muita atenção entregou-me um livro "A última pedra", disse que a droga toma conta do indivíduo, que é a verdadeira destruição e que não tem como sair delas. Que foi por causa das drogas que ela tinha ido parar na cadeia e que depois dessa dura lição, não pensa, jamais, em consumir mais esses entorpecentes. Perguntei se no presídio, especificamente na cela LGBT, usam drogas. Ela respondeu-me que ali, naquela ala, não, mas que em outros pavilhões o uso da droga é fato. Achei melhor não intervir muito, esses assuntos são demasiadamente perigosos. Gisele chegou tomada banho, depois de ter passado alguns minutos interagindo com alguns apenados da cozinha-geral do presídio, através da janela gradeada, foi até o círculo de conversação que tinha se

formado ao meu redor e sentou-se. Disse-me: “– Hérika, o agente veio aqui e levou todas nós para passar no scanner.” Eu perguntei o que era *scanner* e ela disse que era uma máquina que capturava as imagens, capaz de detectar se a pessoa esconde algum objeto em seu corpo. E que a vistoria teve início nas caxangas. “Os agentes reviraram tudo atrás de encontrar um celular.” Houve uma denúncia de que Recife/Gisele estava escondendo um aparelho telefônico. A cela LGBT foi vistoriada, assim como todos os apenados e não encontraram absolutamente nada. Ela disse que isso era boato e que não escondia nada. Que isso tinha acontecido em outro momento, que teve a oportunidade de conseguir com outros apenados que tinha conhecido quando fazia parte do tráfico de drogas. Que até existia a possibilidade de conseguir o celular, mas que não queria se arriscar perante a administração penitenciária. Fiquei apenas escutando. Depois pediu o número do meu celular para ligar pra mim pra saber quando eu retornaria pra fazer a visita. Achei tudo muito estranho. Pra que Gisele queria saber quando eu retornaria? E como me ligaria já que não disponibilizava de celular? Perguntei e ela disse-me que pediria pra outro apenado me ligar. Imaginei que tudo poderia ser boato apenas para me testar, afinal não fazia sentido algum.

2.1 Codificação

Com o intuito de agilizar o diário de campo, resolvi fazer a visita ao presídio do Roger também na terça-feira, como trabalho os dois turnos, optei por reservar o meu horário de almoço para me dedicar à pesquisa. Saí para almoçar ao meio dia e por volta das 12h35 já estava adentrando no estacionamento do presídio. Estava vestida formalmente devido ao meu trabalho, e para não passar um ar de formalidade, resolvi colocar uma roupa mais simples, que retirasse a seriedade das vestimentas que normalmente eu uso por trabalhar em um órgão jurídico. Troquei de roupa dentro do carro, no estacionamento do presídio, escolhi uma calça jeans e uma blusa de malha de cor alaranjada, e troquei o *escarpin* por uma sandália estilo plataforma, tudo isso para descaracterizar o meu estilo formal.

Ultimamente, as apenadas estavam me pedindo brincos, produtos de beleza e higiênicos. Falei pra elas que eu tinha intenção de fazer um kit para distribuir para

cada uma, mas que a Administração Penitenciária ainda não tinha liberado para mim, então expliquei que era uma situação delicada, pois eu não poderia burlar as regras do sistema penitenciário e correr o risco de ter a pesquisa cancelada. Pedi que tivessem paciência que, no tempo certo, isso aconteceria, mas que agora eu tinha que seguir as normas como me fora passado. Eles me recebem muito bem, me oferecem os seus biscoitos que são trocados pelo cigarro, que funciona como uma moeda de troca, obtidos através de seus afazeres domésticos, como a lavagem de roupas dos apenados que prestam serviços para a instituição, são atributos de muitas negociações e conflitos, pois eles ficam felizes quando conseguem um novo cliente, ou seja, cada lavagem ou serviço prestado denomina-se como um trabalho e essa mão de obra significa que existe uma fidelização do cliente, e nenhuma outra apenada pode intervir e pegar o seu trabalho. Neste dia, eu precisava falar com o diretor Felinto. O agente informou-me que ele estava almoçando no momento. Eu, insistentemente, falei que esperaria o término do almoço. Vendo que não se livraria de mim com facilidade, pediu-me para esperar numa cadeira que fica em frente à recepção, que depois do almoço, ele avisaria ao Felinto. Agradei e me direcionei para a cadeira com a intenção de esperar o atendimento do diretor.

Bateu-me a preocupação em relação ao horário, pois já era quase 13 h e eu tinha que estar no trabalho às 14 h, ou seja, a visita na ala não renderia muito. Fiquei torcendo para que o Diretor acabasse logo o almoço e que eu não levasse um grande “chá de cadeira”. Aproveitei para observar o movimento na recepção. Percebi que havia um papel na parede, recentemente colado devido à cor branca e sua conservação, em letras grandes e caixa alta com a informação que proibia a visitação para o Pavilhão IV de aproximadamente quinze dias. Como o agente não tinha sido muito solícito comigo, achei por bem não perturbá-lo. Alguns minutos depois entra um policial fortemente armado, com uma espingarda calibre 12 em posição de ataque e vejo que na sala ao lado têm alguns apenados sendo revistados.

Os apenados estavam vestidos com roupas normais, sem farda ou qualquer tipo de vestimenta que remetesse a prisão, fiquei sem saber se esses presidiários tinham chegado ou se estavam indo embora. Fiquei observando o guarda parado no centro da recepção com a arma posicionada em forma de ataque, como se tivesse

preparado para o combate. Neste momento, olhando esse posicionamento do policial, imediatamente veio-me o pensamento que se ele estava naquela posição era porque havia perigo, então aquele momento era temeroso. Fiquei com aquele frio na barriga, não tem uma única vez que eu vá ao presídio e não sinta medo. Observei, com aquele friozinho na barriga, aquela adrenalina recheada de insegurança e temor, que em vez de me desmotivar, me instigava ainda mais, pois se trata de um ambiente onde o inusitado é o alimento para saciar a minha curiosidade.

Entrou um preso algemado e foi direto para o pavilhão. Perguntei ao senhor agente o porquê do preso não ter sido revistado ou ter passado para o local da “gaiola”. Ele respondeu-me que era dia de audiência, e que aquele preso estava voltando, então, por isso passara direto para o pavilhão. Aquele policial fortemente armado estava aguardando alguns presos para levar para a audiência. Era o dia de entra e sai devido às audiências. Ao pensar apenas nos dias de audiência mais os dias de visitação, imaginei o quão dinâmico o presídio se apresenta, isso sem levar em consideração quando se trata de levar os apenados para fazer tratamentos médicos ou quando inclui a visita de advogados da Defensoria Pública. Esperei uns quinze minutos até Felinto aparecer na recepção. Desejei bom dia e perguntei se eu poderia tirar fotografias da ala LGBT. Ele disse-me que tinha que pedir autorização a um órgão do qual eu não recordo o nome. Disse-me que precisava fazer uma pintura no local. E que ainda não teve tempo. Eu disse que seriam poucas fotos, apenas para compor o trabalho. Seria importante para ilustrar melhor a dissertação. Ele disse-me que faria o possível. Eu agradei e fui até o agente para que me conduzisse à ala LGBT.

Ao chegar à ala, encontrei três rostos diferentes. Chegaram novas apenadas. Era Fabrícia, aparentando uns 30 anos, cabelos cacheados na altura dos ombros, um louro queimado, estava amarrado. Vestia um top e uma bermuda jeans bem coladinha. Disse-me que já estivera no presídio antes da criação da ala LGBT, que conviver naquela nova ala era uma experiência que tinha seus pontos positivos e negativos. Eu pedi para que ela relatasse melhor esses pontos. Ela me disse que, mesmo com todos os contratempos, ainda preferia ficar na ala junto com os outros apenados heterossexuais, que esse isolamento era extremamente segregador, pois

o banho de sol destinado era um local muito restrito e que tinha que se esquivar das sombras dos outros para poder pegar um pouco de sol, porque o espaço reservado era pequeno e eles não interagiam com os outros apenas heterossexuais. Ainda relatou que os apenas heterossexuais estavam proibidos de interagir com eles. E caso acontecesse essa interação, seria motivo para a instituição penitenciária aplicar fortes sanções aos apenas.

Por causa dessa forte segregação, ela preferia estar no meio deles, pois era mais fácil para conseguir coisas para si em troca de favores. Ela disse que foi presa e que não tivera a oportunidade de avisar a ninguém de sua família, que era casada, mas ainda não pode avisar ao seu marido que havia sido presa, e que estava com a roupa do corpo. Pediu-me para que eu trouxesse um creme para seu cabelo, algo para que pudesse fazer a sua higiene, e, mais uma vez, eu procurei explicar o real significado da minha presença ali, pois eu tinha muita boa vontade de ajudar, mas que a administração penitenciária não me permitia entrar com esses utensílios e que eu tinha que seguir as regras para não sofrer nenhum tipo de represália, ou até mesmo um caso mais grave como a interrupção do eminente trabalho. Pedi desculpas, mas que, embora quisesse muito ajudar, eu não poderia correr esse risco. Pedi mais um pouco de paciência, que, em breve, eu poderia levar algo para ela. A Fabrícia foi muito receptiva e aparentou ter me entendido. A cultura dos internados é forjada a partir do que Goffman (1961, p. 24) chama de “despojamento dos papéis sociais”, significando que quando o

(...) novato chega ao estabelecimento com uma concepção de si mesmo que se tornou possível por algumas disposições sociais estáveis no seu mundo doméstico. Ao entrar, é imediatamente despido do apoio dado por tais disposições. Na linguagem exata de algumas de nossas mais antigas instituições totais, começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu.

Para isso, é necessária uma estratégia de separação entre o internado e o mundo externo. Inicialmente se proíbem as visitas vindas de fora e as saídas do estabelecimento, o que assegura uma ruptura inicial profunda com os papéis anteriores e uma avaliação de perda de papel. Nesse caso, para Goffman, o processo de admissão dos novatos torna-se fenômeno de “codificação”.

Negra Li, muito comunicativa, magra, estava com um lenço branco em seus cabelos negros e crespos na altura dos ombros, cor negra, trajava um vestido muito curto colado ao seu corpo de cor branca, aparenta ter uns 20 anos. Disse-me que já tinha sido presa, mas que antes tinha ficado junto com todos, pois ainda não havia sido criada a Ala LGBT. Relatou os mesmos problemas mencionados pela apenas Fabrícia em relação à segregação, mas que se sentia muito à vontade naquela ala, pois as regras eram menores e já conhecia algumas que estavam ali, então, ao chegar à ala LGBT, não teve problemas.

Era horário do almoço e todas estavam famintas. Disse que ficassem à vontade para almoçar. Eu ficara ali apenas observando. Mas as três novatas ficaram o tempo todo perto de mim, era uma novidade pra elas e eu achei ótimo, pois tinha grande interesse em conhecer as suas histórias e experiências. A Priscila aparentava ter uns 42 anos, cabelos lisos e pretos um pouco abaixo dos ombros, tem um problema no olho esquerdo, não sei se a visão é limitada, mas o olho treme muito e não fica bem posicionado, fica indo para a esquerda e a direita, foi a última a falar. No início, devido a sua postura tímida achei que fosse ter dificuldades em estabelecer uma comunicação com ela. Deixei-a à vontade e conversei com aquelas que estavam mais receptivas, mas não tardou muito e ela quis interagir.

Disse-me que era a sua primeira vez no presídio, que chorou muito quando foi pega e que estava aterrorizada com a sensação de perigo que correria se fosse direcionada para a ala comum, disse que quando soube da criação dessa ala LGBT sentiu um verdadeiro alívio, pois certamente não sofreria agressões físicas e psicológicas. Que estava se sentindo muito bem acolhida por todas. A interação entre elas era incrível. Já estavam deitadas umas por cima das outras. Abraçadas. Mexendo em seus cabelos. Sempre noto um ar de total harmonia na Ala LGBT. Não consegui visualizar qualquer descontentamento ou qualquer tipo de atrito entre eles. A não ser com o Fábio, que era Estéfani. Notei algumas discussões leves entre a Negra Li e o Fábio. Negra Li não estava conformada com o comportamento de Fábio, disse: “como essa bicha quer ser macho com esse rebolado todo e com essa voz afinada?” “Tu quer enganar quem? Porque a mim, você não engana!” Fiquei no meio da discussão das duas. Procurei amenizar e perguntei a Fábio quando seria a sua audiência. Ele disse-me que já tinha acontecido e que no dia 20.08.15, se tudo

desse certo, ele iria embora. Mas que ainda tinha outra audiência marcada por outro motivo. Levantou, foi até a sua “caxanga” e voltou com a sua sentença na mão. Pediu para ler para mim. Escutei todas as quatro páginas atenciosamente, mas confesso que não entendi muita coisa daquele linguajar jurídico rebuscado.

Na verdade, acho que esses documentos deveriam conter uma linguagem simplificada, objetiva, que não deixasse as pessoas reféns de advogados para poder entender o que, de fato, contém nesses documentos. Negra Li, mais uma vez, se irritou com o Fábio e disse que não aguentava mais escutar o resultado dessa sentença, que ele não fazia outra coisa, senão ficar lendo para todo mundo. Fábio disse que precisava ler pra mim, pois tinha algumas palavras que não entendia e que precisava me perguntar para que soubesse o que, de fato, significava. Lia com uma boa dicção, pronunciando as palavras corretamente, até fiquei surpresa com a sua interpretação e disse: Você deveria realmente estudar quando sair daqui. Gostei muito da sua leitura. Ele respondeu-me que daria continuidade aos estudos e que o seu grande sonho seria se formar.

Negra Li queria toda a atenção para ela. Pareceu ser extremamente extrovertida, pois sorria muito e tinha um humor divertido. Irmão Adriano, como de praxe, veio até a mim e leu mais um versículo. Depois me entregou um lindo desenho de uma gueixa. Agradei ao Adriano. Ele sorriu e seguiu para a sua caxanga. Com a chegada das meninas, agora chega a um total de 13 apenas na ala LGBT. Fábio era o responsável por colocar o almoço e logo teve que guardar a sua sentença e servir a todos. Já era quase 13h30min, deviam estar famintas. Fábio perguntou se eu queria almoçar, eu agradei e disse que já tinha almoçado.

Quando estava conversando com eles, chegou um apenado a grade, trajava uma blusa de algodão de cor branca e uma calça amarela, esse fardamento é destinado aos apenados que prestam serviços ao presídio. Ele disse: “Quem foi que me chamou?” Todas se entreolharam e não souberam responder. Eu fiquei apenas observando. Não sabia quem era aquele homem, trajando aquela farda, com uma prancheta na mão. Discretamente perguntei para Fábio que estava ao meu lado: “Quem é este homem?” Fábio respondeu-me que era o enfermeiro, que era responsável por distribuir os remédios no presídio. O apenado exerce as funções de enfermeiro, mas não tem formação acadêmica. Neste momento, lembrei-me do

aviso colado na recepção referente à proibição da visita ao Pavilhão IV e perguntei se elas estavam sabendo algo a respeito. Informaram-me que teve uma operação pente fino e que foram encontrados celulares e outras coisas. Perguntei se tinham encontrado algo na cela LGBT. Disseram-me que não encontraram nada. Que eles tinham entrado lá, revirado tudo, mas que acabaram não encontrando nada. Mesmo assim, a visita estava restrita para todas, porque foram encontrados nas celas próximas.

2.2 Rebelião

A visita ao presídio da quinta-feira, dia 20.08.2015, foi suspensa devido a uma rebelião que teve início na madrugada. O tumulto foi registrado no pavilhão IV. Segundo informações da Secretária de Administração Penitenciária, a rebelião deixou, ao menos, um ferido. Essa informação foi confirmada pelo atual Secretário de Administração Penitenciária Wagner Dorta. Ao chegar à frente do presídio, deparei-me com uma quantidade grande de familiares. Aguardavam notícias de seus parentes, estavam angustiados e temerosos. Amontoaram-se nas escadas em frente à entrada principal.

Cheguei por volta das 12h35min e os relatos eram que a situação já havia sido controlada, mas em frente ao presídio ainda se encontravam estacionadas as viaturas de resgate, de combate a incêndios do corpo de bombeiros, o que, de certa forma, transmitia uma sensação de insegurança aos familiares. A confusão no Presídio do Roger teve início na madrugada, por volta das 4h, e de acordo com os relatos, os presos do pavilhão IV atearam fogo em seus colchões que deu início a um princípio de motim, gerando um grande tumulto em todo o presídio. Ao que tudo indica, essa rebelião teve início pela madrugada, em forma de protesto contra a decisão da Direção que proibiu a visita durante 15 dias, essa suspensão teria levado os presos a iniciarem a rebelião.

Essa operação pente fino teve início na quinta-feira, dia 13 de agosto, por parte da administração penitenciária, tinha como objetivo fazer uma varredura para encontrar irregularidades dos detentos. Foram encontrados muitos celulares, drogas e armas artesanais no pavilhão IV. Fizeram esses protestos e alguns presos ficaram

feridos. Segundo informações do Secretário Wagner Dorta, eles quiseram tumultuar porque perderam algumas regalias, mas não tinha como retroceder. Diante de tais acontecimentos, nem cogitei a possibilidade de pedir autorização para entrar. Primeiro que eles não permitiriam e segundo que mesmo que eles permitissem, eu não teria coragem.

Aos poucos, os familiares foram embora. Não se escutava mais barulho e a movimentação de carros diminuiu significativamente, pareceu que realmente tudo estava sob controle. O preso ferido não chegou a ir a um hospital, foi atendido lá mesmo pelo pessoal do corpo de bombeiros. Tudo estava muito calmo e as pessoas acabaram indo embora. Ninguém mais saiu do presídio e o silêncio predominava. E com o passar do tempo, já não restava mais nenhum familiar. A frente do presídio estava deserta quando geralmente acontece em dias em que não há visita.

2.3 Perda de autonomia

Dois dias após a rebelião no Presídio do Roger, precisamente no Pavilhão IV, eu continuei a minha maratona de pesquisa. Eu estava curiosa para saber os detalhes dos fatos e, assim, parti para mais uma sessão com os apenados na ala LGBT. Ao chegar ao presídio, mencionei o porquê da minha visita, o agente abriu o portão azul e me direcionou, como de praxe, para a recepção. Lá estava o agente Seu Tota, já nos encontramos algumas vezes e ele facilitou todo o acesso, evitando ligar para o diretor Felinto. Liberou de imediato a minha entrada. Pediu para que um agente me direcionasse à ala.

Antes, eu encontrava grande resistência por parte dos agentes para ter acesso ao interior do presídio. Agora, vejo que já estão cientes das minhas idas e facilitam a minha entrada. Nunca sou revistada. Passo direto. Entrego a chave do carro, óculos de sol e sigo com o meu caderno e uma lapiseira de cor rosa para fazer as devidas anotações. Sem saber como estavam os ânimos no presídio, pergunto: “Está tudo tranquilo por aqui depois da rebelião de quinta?” O agente olha para mim, com um sorriso sarcástico e fala: “Por aqui nunca é tranquilo.” Imediatamente franzi a testa demonstrando a minha preocupação e insisti em perguntar: “Mas dá pra eu fazer a pesquisa ou não”? Ele respondeu-me rindo: “Dá,

sim.” Caminhei amedrontada depois da resposta dele, com aquele temor que me acompanha quando adentro aqueles espaços sombrios e quase sempre recheados de selvageria. Procuro não olhar para o interior das celas, lembro-me muito bem que a Prof^a. Adeline, que ministra aulas no presídio, me aconselhou, então procurei ter o máximo de discrição para me adaptar às regras do local. Olho de soslaio e percebo um amontoado de apenados entre as grades, espremidos, usando roupas que parecem retalhos, cabelos assanhados, com a pele brilhosa, notavelmente oleosa, um aspecto de sujeira, a maioria sem camisa e muito mal encarada. Procuro não fixar o olhar, apenas sou nocauteada pela minha curiosidade e me pego olhando, mas, imediatamente, desvio o campo de visão e sigo em frente.

Sinto curiosidade de saber como é a cela deles, como é o dia a dia dos apenados heterossexuais, mas como se trata de uma prisão máxima e onde tudo é mais restrito, procuro me reservar aos estudos exclusivos da ala LGBT. Faltando uns trinta metros para chegar à Ala LGBT, vejo, de longe, que Luana estava retirando os seus pelos do rosto com uma pinça e, ao me ver, avisa, imediatamente, as suas amigas. Ao chegar a frente à grade, vejo uma grande correria, todas se organizando e se ajeitando para me receber. O agente abre a grade, eu entro e agradeço. Ele me fecha lá dentro com as apenadas e vai embora para a recepção. Rafaela, num gesto gentil, cedeu-me a cadeira que estava sentada, de cor branca, de plástico, com um braço quebrado, surrada pelo constante uso, mas que me acomodou muito bem. A cela dispõe de apenas duas cadeiras e alguns colchões velhos que ficam espalhados próximos a TV. Eu agradeço a gentileza e sento para conversar. Desejo bom dia a todos! Aperto a mão daquelas que me estenderam e os que estão em suas caxangas dão um pequeno aceno com um sorriso de alegria ao revê-las.

Sempre que chego, sou alvejada por uma enxurrada de notícias. Como sou taquígrafa, uma técnica bastante eficaz para fazer anotações rapidamente, geralmente capto 100 palavras por minuto, pensei em registrar as conversas através dos apanhados taquigráficos, mas é impossível registrar algo quando existem várias pessoas falando ao mesmo tempo. Tornaria exaustivo e não me permitiria observar as peculiaridades que se escondem nos gestos e olhares. Então, descartei essa técnica em troca da observação. Faço sutis anotações como tópicos para me ajudar a lembrar de quando eu estiver elaborando o diário de campo.

Soube que Negra Li fora embora, vai responder em liberdade. Que Fábio também fora embora. Ele tinha me emprestado um livro sobre as drogas e eu fiquei de entregar na quinta, mas como houve a rebelião, fui impedida de entrar no presídio. Acabei não tendo a oportunidade de entregar o seu livro. Em seguida, vejo que Rafaela estava com o seu rosto machucado, próximo ao nariz estava fortemente arranhado e que o seu olho esquerdo estava roxo. Nem precisou perguntar nada, ela logo veio em minha direção e relatou o ocorrido. Disse-me que não estava suportando a conduta de Estéfani/Fábio nos últimos dias, que depois que virou evangélica tinha criado uma imagem que não corresponde ao seu real comportamento, que estava mentindo, tudo era uma farsa e que por isso começaram a discutir, até que a discussão ficou mais séria e partiram para a agressão física. Rafaela: “– Eu só não retalhei ela todinha porque essa outra me segurou.” Essa outra mencionada por Rafaela era a Gisele que se encontrava deitada no colchão ao meu lado.

Eu fiz um ar de curiosidade em relação ao retalhar, pois sabia que dentro da ala não poderia ter facas, então perguntei: “– Retalhar como?” Rafaela respondeu-me que por pouco não quebrou o seu espelho com a intenção de desconfigurá-la. Ainda bem que a Gisele interveio e amenizou toda a situação. Susana veio falar comigo. Isso raramente acontecia. Sempre muito na dela. Ficava nas “caxangas” e apenas me desejava bom dia. Mas ela estava muito feliz e veio compartilhar comigo que sua audiência estava marcada e, ao que tudo indica, ela seria a próxima a sair. Era um dia muito feliz para Susana! Ao lado da minha cadeira tinha um colchão estirado, sem lençol, muito fino. Estavam deitadas Gisele, Priscila e a Júlia, uma por cima das outras. Perguntei como tinha sido no dia da Rebelião. Disse que quando fiquei sabendo do princípio de rebelião fiquei muito preocupada com elas. Gisele me respondeu que tudo começou porque o diretor tinha estendido o prazo de proibição referente à visitação, que antes era de quinze dias e que devido aos objetos encontrados através da Operação Pente Fino passou a ser de dois meses.

Os apenados estavam reivindicando, houve um tumulto devido a uma briga e o Diretor não gostou, foi até o Pavilhão, por volta das 17h, um dia antes da Rebelião e declarou os dois meses sem visita. A partir deste momento, os ânimos no presídio começaram a mudar, os apenados ficaram inquietos, revoltados e começaram a se

manifestar. Por volta das 4h30min da madrugada, a rebelião estava declarada. Eu perguntei se elas ficaram com medo. Responderam-me que não sentiram um pingo de medo, que alguns presidiários foram parar nos telhados, que ouviram gritarias e tiros o tempo todo. Disseram que não fizeram parte da rebelião com medo de sofrer represálias, pois quando se trata da ala LGBT tudo fica mais sério, ficaram torcendo para o presídio virar de cabeça para baixo.

Os problemas suscitados pela oposição entre dirigentes x internados residiriam na diferença entre qualidade social e caráter moral, uma diferença assentada nas percepções do eu e do outro. Tais problemas de representação do “eu” e “outro” produzem as tensões pessoais entre grupos oponentes na instituição, processo construído no processo de interação grupal. Relataram a profunda indignação pela qual estão passando. Notei que o clima era de extrema revolta por todas. Reivindicaram a falta de medicamentos, de assistência em todos os sentidos. Não recebem materiais para higiene, como sabonete, creme dental, perfumes. Mesmo que os familiares tragam, muitas vezes, são barrados na vistoria pelos agentes penitenciários. Falaram: “De que adianta ter cabelos grandes, se não permitem a entrada de produtos para tratá-los?”

O ar revoltante se faz presente em todas as nossas conversas. Falam que não estão tomando mais banho de sol. A apenas Priscila, de 42 anos, completou oito dias que chegou à ala e ainda não recebeu nada, como lençol, sabonetes. Até agora está se virando com mantimentos doados pelos outros detentos. As instituições totais trazem implicações negativas por perturbarem e profanarem as ações que na sociedade civil têm o papel de atestar, ao ator e aos que estão na sua presença, que possuem autonomia, significando que a pessoa pode tomar decisões, prosseguir com sua autonomia e liberdade de ação. A instituição total contraria tais aspectos peculiares ao indivíduo e à modernidade. Em relação à perda de autonomia, escreve Goffman (1961, p. 46):

(...) o internado deve apresentar uma renúncia a sua vontade. Menos ritualizada, mas igualmente extrema, é a perturbação da autonomia que decorre do fato de estar fechado numa enfermaria, estar colocado numa bolsa molhada e apertada ou amarrado num roupão, e assim não ter liberdade para pequenos movimentos de ajustamento.

Afora o fato de o indivíduo, incurso na instituição total, visualizar que a ‘reserva’, em relação a sua pessoa, poder ser quebrada por todo o tempo. Goffman chama essa intrusão de *perda da distância protetora* e da *ação pessoal*. Algo que notei na ala LGBT é a questão da solidariedade que existe entre elas, sempre que chega uma nova apenada, elas ajudam, doam roupas, lençol, sabonete, ajudam no que podem. Falaram que não recebem nada da administração penitenciária. Apenas a comida que é muito pouco. Eu perguntei: “Como vocês fazem para adquirir sabonetes, cremes, shampoos, roupas?” Falaram que tudo é feito através de trabalhos, de favores.

Lavam roupas para os apenados que prestam serviço à instituição penitenciária, geralmente aos que trabalham na cozinha, e em troca recebem uma carteira de Derby que custa R\$ 10,00 (dez reais), ou seja, a carteira de cigarros é o principal produto, o mais valioso, e adquire a função de dinheiro, funciona como uma moeda de troca no presídio. Disseram-me que também utilizam o Pacaia, cigarro feito das folhas do fumo desfiado, muito tradicional aqui no Nordeste e, principalmente, nos presídios. Uma bolsa de fumo chamada por todos como “quatro patas”, também funciona como moeda de troca, e é mais barato do que o Derby. Gisele relatou-me que quando a situação apertada e não dispõem de cigarro para fumar, geralmente recolhem algumas teias de aranha e juntam com pó de café, colocam em um papel e fazem o rolinho, depois de pronto, eles fumam. Quando não tem a teia de aranha, eles colocam o pó do café imprensado no papelzinho e fumam. Notei que a luta é muito grande em relação aos vícios referentes às drogas.

Disseram-me que na última revista feita pelos agentes penitenciários na ala LGBT, foi encontrado maconha, e que por isso a proibição da visita também atingiu a Ala LGBT. Percebi que Gisele não estava bem, se encontrava bastante inquieta. Perguntei se estava tudo bem e ela disse-me que não estava mais suportando aquele isolamento. Que elas estavam passando por um processo de segregação muito forte, pois não podiam nem se comunicar com os apenados da cozinha. Gisele contou-me que os apenados da cozinha foram transferidos para a solitária, e tudo começou quando alguns foram pegos namorando em suas caxangas. Depois o diretor descobriu que os que trabalhavam na cozinha estavam cometendo irregularidades, como repasse de drogas e acabou colocando-os na solitária, isso

mudou toda a dinâmica do presídio, ocasionando diversas dificuldades para os apenados da ala LGBT's. Pois elas costumavam lavar as roupas dos apenados heterossexuais em troca de favores, ou de cigarros, e como chegaram novos detentos para trabalhar, e notadamente estão proibidos de interagir com elas, isso ocasionou um verdadeiro caos. Notei que Gisele estava muito irritada, reclamando de tudo, principalmente do total isolamento a que estão submetidas. Eu perguntei a Gisele como ela estava fazendo para transportar os catataus até o seu namorado que fica na cela do pavilhão IV. Ela disse-me que fazia alguns dias que não tivera contato, que esses novos apenados da cozinha estão temerosos em manter contato com elas, pois o medo da solitária é grande e, ainda mais, eles estavam renitentes em ceder aos pedidos, pois perder os privilégios de prestar serviços estava fora de cogitação.

No entanto, nem todo o poder da equipe dirigente de uma instituição total é só repressor; Goffman (1961, p. 50) demonstra que, em contraste com esse ambiente profanador da individualidade, “apresenta-se um pequeno número de prêmios ou privilégios claramente definidos, obtidos em troca de obediência, em ação e espírito, à equipe dirigente”. Dessa forma, Goffman está demonstrando que na instituição total nem todo o poder aplicado é repressor, pois se organiza um sistema de privilégios (que inclusive muda o teor das sentenças aplicadas aos internados). Os apenados que gozavam da confiança por parte da administração penitenciária tinham algumas vantagens em relação aos outros apenados e, assim, evidencia-se o ciclo de relações que se constroem e se desconstroem nos grupos sociais existentes no encarceramento.

Sendo assim, parou toda a movimentação de troca que existia e também os contatos. Estavam sem conseguir transportar as suas mensagens por catatau até o seu amado. Isso a deixou num estado de abstinência amorosa e química (drogas). Percebi que elas ficavam entre as grades, assoviando, tentando interagir, construir um novo laço com todos os novatos, afinal a investida estava apenas começando. Não demorou muito e um moreno magro, aparentando ter 1,75 m, cabelos pretos e bem aparados, chegou até a grade e ficou conversando. Eu não consegui escutar sobre o que falavam, embora tenha me esforçado sobremaneira. A apenada Priscila pediu para sentar na cadeira que Rafaela estava utilizando, localizada ao lado da

minha. Percebi que ela queria conversar algo comigo. Pediu-me insistentemente para que entrasse em contato com uma amiga sua que mora no Centro da cidade de João Pessoa.

Que ela também é travesti e é a única amiga em quem pode contar, pois fazia mais de 20 anos que não vira a sua mãe e o seu pai não aceitava as condições em que vive, como travesti, e também não podia contar com a ajuda de seus irmãos, todos condenara a sua orientação sexual e identidade de gênero, portanto essa amiga seria a sua última opção de ajuda. Disse que tem uma casinha muito simples e que estava preocupada se iriam roubá-la, então ela precisa, urgentemente, avisar a amiga que estava no presídio e que não sabia até quando aquela situação perduraria. Queria orientá-la para administrar a sua vida fora do presídio. Já estava há oito dias e não tinha recebido nenhum tipo de ajuda, que a instituição penitenciária não disponibilizou nada para que ela pudesse se acomodar melhor, que foi largada feito um bicho dentro da cela, não recebeu nenhum lençol para se cobrir, nenhuma roupa pra se trocar, e nenhum item para fazer a sua higiene. Estava desesperada para avisar a sua amiga, pois como fora pega pelos policiais na rua e levada até a Central de Polícia, não tivera a oportunidade de entrar em contato com alguém de sua confiança. Eu expliquei que não poderia fazer esse tipo de favor, que estava ali para fazer a pesquisa e que tinha recebido ordens do diretor para não burlar as regras do sistema, assim eu não poderia descumprir, pois se eu fizesse isso, certamente correria o risco de ter o trabalho cancelado. Ela não conseguiu aceitar a minha explicação, pediu-me para ser mais humana e tentasse se colocar no lugar dela.

Relatou-me que era portadora do vírus HIV, que tomava remédios e que aquela situação estava deixando-a extremamente preocupada. Tentou me sensibilizar e fiquei, de fato, compadecida com toda aquela situação, mas não poderia burlar o sistema. Expliquei, mais uma vez, pacientemente, que pensaria em algo para ajudá-la, mas que não prometia absolutamente nada. Ela ficou meio triste, um certo ar de indignação e saiu de perto de mim. Eu repeti com muita firmeza, olhando em seus olhos, que faria o que estivesse ao meu alcance. Ela respondeu-me num tom irônico: “Eu sei que você pode, basta ser mais humana.” Eu não quis estender o assunto e acabei mudando o foco da conversa. Esse foi o último contato

que estabeleci com a apenada, pois nas visitas posteriores, ela ficava em sua caxanga e se recusava a sair quando era indagada por alguma outra apenada. Ela não compreendeu a minha justificativa e me ignorou todas as vezes que fui a Ala LGBT. Eu lamentei essa situação, mas não poderia ir de encontro com as regras estabelecidas pelo presídio.

A maioria delas já veio me pedir para ligar para os seus parentes e amigos, querem ter notícias do mundo exterior, saber o porquê de não estarem recebendo visitas e vem até a mim, numa atitude intempestiva e desesperadora, para que eu entre em contato. Tive que explicar, sensibilizada, e incansavelmente, a minha intenção de ajudá-las, mas que para isso eu não poderia infringir as regras do sistema penitenciário, porque, assim, eu seria punida e, a minha única intenção ali era de ajudar. A Magali que nunca vinha conversar comigo, aproximou-se de mim e veio pedir para que eu olhasse o seu processo. Disse-me o seu nome completo e pediu para que ficasse sabendo o motivo da demora do seu julgamento, pois já estava há quase dois anos e nada de ser julgada.

Notei que elas estão cada vez mais desesperadas, todas, de alguma forma, inconformadas, vinham até a mim com o intuito de me pedir auxílio para solucionar os seus problemas. Senti que o cerco estava se fechando, elas não queriam mais ficar conversando, já tinha falado muito e agora queriam algo em troca, fiquei me sentindo um pouco mal por isso. A situação delas estava cada dia mais difícil, e tudo piorou depois da mudança do pessoal na cozinha, porque assim elas não poderiam mais fazer as trocas. Perguntei a Magali o que era aquele pano torcido amarrado em sua perna esquerda. Ela disse-me que tinha caído da cama e que estava com dor, por isso colocara aquele pano para pressionar. Perguntei se o presídio não traz remédios quando elas ficam doentes. Ela disse-me que recebe raramente um comprimido para dor de cabeça e que é portadora do vírus HIV e não está recebendo o tratamento. Tem sentido dores e, algumas vezes, febre. Fiquei estarecida com toda essa situação, pois além de estarem passando por um processo de privação de liberdade, pagando a sua pena, ainda são tratadas com toques de selvageria, sem nenhum tipo de assistência médica, psicológica, sem receber os produtos para cuidar de sua higiene, o mínimo possível para garantir a sua dignidade humana.

2.4 Entrega dos kits

Conversei com a profa. Adeline sobre a minha intenção de levar um kit higiênico (shampoo, condicionador, sabonete, desodorante, creme dental e escova de dente) para as presas da Ala LGBT, informei que a situação das presas estava complicada depois da troca de apenados/presos que trabalhavam no setor da cozinha, e que também gostaria de agradá-las, já que estavam sendo tão solícitas para comigo, sempre me tratando com cortesia e gentileza. A professora gostou muito da ideia e disse que poderia me ajudar no dia da entrega, mas que, para isso, eu teria que entrar em contato com o Diretor Felinto para pedir a devida autorização. Já que a professora está mais presente no presídio, eu pedi para que ela viesse por mim junto a Diretoria, ela se prontificou de solicitar a minha entrada com os produtos.

No outro dia, deu-me a notícia esperada com tanta ansiedade: “Hérika, minha filha, conversei com o Diretor Felinto e ele permitiu a entrada dos produtos higiênicos.” Eu fiquei muito feliz com a possibilidade de ajudar as apenadas, seria uma forma de retribuir todo o carinho, respeito e prontidão que elas dispensam a mim sempre que adentro o Ala LGBT. Vibrei de alegria com a notícia, estava temerosa em relação à autorização, pois ficara sabendo pelas “meninas” que muita coisa era barrada pelo pessoal que faz a vistoria. Disseram-me: “Hérika, os agentes são imprevisíveis, a gente nunca sabe quando um produto pode entrar, uma hora eles deixam, outra hora eles negam, barram, e nós ficamos sem receber um sabonete ou shampoo, tendo que se virar aqui dentro, lavando roupa, ou recebendo doações das outras visitas...”

Tendo conhecimento da dificuldade encontrada por eles no dia a dia, percebi que para mim também poderia haver uma resposta negativa, mas eu não tinha opção, a não ser ficar torcendo para que ele aceitasse e permitisse a minha ação. Estava ansiosa pela resposta da professora e quando ela me ligou para avisar que o meu pedido havia sido deferido, eu fiquei muito feliz. Estava me sentindo bem com a possibilidade de ajudar, afinal a situação delas estava delicada, sem ter o mínimo para ter uma higienização e eu me sentia parte daquele contexto por ter convivido e

trocado experiências, mesmo que por tempo determinado. Eu me sentia parte daquela história e precisava fazer algo. Estava em meu trabalho, era dia 26 de agosto, e fiquei esperando os minutos passarem para que chegasse o horário do almoço e eu pudesse ir até o supermercado mais próximo fazer os kits. Eu tinha 2 horas para almoçar e comprar esses kits.

Quando o relógio bateu meio dia, direcionei-me ao carro com a intenção de ir ao restaurante que almoço todos os dias e depois seguir ao Supermercado mais próximo, mas a minha ansiedade e alegria em comprar os kits era tão grande que a fome passou e fui direto ao supermercado. Tinha recebido a sugestão do meu orientador Eduardo para que eu comprasse produtos de qualidade, que esse público é exigente e gostam de coisas boas e que se eu comprasse do mais barato, talvez, elas poderiam se sentir ofendidas, então, lembrando-se disso, eu fiz questão de comprar tudo do bom e do melhor e que se encaixasse dentro das minhas condições financeiras.

Fui enchendo o carrinho e me sentindo feliz! Como tinha treze apenados, comprei 13 kits de Shampoo e Condicionador da Nielly Gold, 39 sabonetes da marca Rexona (cada apenada recebeu 03 sabonetes, sendo um esfoliante para o rosto), 13 cremes dental da marca Sorriso, 13 escovas de dente da marca Johnson, e 13 desodorantes Leite de Rosa (pois a professora disse-me que esse era o único permitido. Na hora de fazer a vistoria dos produtos, os agentes penitenciários barraram a entrada do Leite de Rosa, alegaram que os apenados costumavam ingerir). Enchi o carrinho e me preocupei para que não faltasse nenhum item, estava sistematicamente organizado. Direcionei-me, feliz da vida, para o caixa mais próximo e que tivesse o menor número de pessoas, pois a hora tinha passado muito rápida, já era 13h30min, eu tinha que retornar ao trabalho às 14 h e ainda não tinha almoçado. Mas estava muito satisfeita com aqueles kits e ansiosa para entregá-los. Até que não demorou muito, pois as compras das pessoas que estavam a minha frente eram poucas e isso agilizou muito. Apressei os passos e segui para o restaurante mais próximo do meu trabalho, sabia que naquele horário o que eu costumava almoçar já não tinha muitas variedades, resolvi almoçar em outro. Foi tudo muito rápido e consegui chegar em meu trabalho às 14h15, dentro do horário. Tudo transcorreu perfeitamente bem.

Liguei para a professora para avisar que já estava com os kits e gostaria de saber se poderia contar com ela para entregar. Ela disse-me que ao final da aula ficaria me esperando, isso por volta das 11h40min do outro dia. Agradei e desliguei a ligação. Chegou o dia da entrega dos kits, 27 de agosto, eu trabalhei ansiosa e feliz, pois eu realmente estava me sentindo muito bem em poder ofertar um pouco do muito que elas me retribuíram, pois eu sabia que as dificuldades eram extremas, e que as necessidades eram vultosas, então ter conseguido essa autorização era um grande feito para elas, além do que isso estabeleceria um maior vínculo entre nós. Como o horário de trabalho era até meio dia, e o lema da equipe de trabalho é uniforme, de modo que as regras são feitas para serem cumpridas e não quebradas, tudo gira em torno da harmonia, contudo prevalecendo a legitimidade das regras, muito rígido, as exceções e pedidos são acatados por todos, de maneira que o nosso chefe sempre tem a palavra final. Eu precisava da autorização para sair 30 minutos mais cedo. Avisei aos meus colegas, mas precisava da autorização final. Tinha marcado um horário com a professora e não poderia atrasar, e o meu chefe estava numa audiência, fiquei temerosa, o horário estava próximo e tinha que dar um jeito. Fiquei no corredor esperando a oportunidade de entrar, até que a Pati que serve os cafés estava com uma bandeja enorme, com, aproximadamente, uns 08 cafés e águas. Aproveitei para entrar e encontrei a Fabiana, assessora do meu chefe, comuniquei a minha necessidade e pedi para que ela informasse ao meu chefe a minha ausência. Ela assentiu com a cabeça e eu agradei. Avisei aos meus colegas e segui para o presídio.

Um trajeto que nunca tinha feito, sempre procurava evitar passar pelo Baixo Roger por saber que ali se encontrava o presídio, achava perigoso, e, hoje, esse trajeto estava presente em meus dias, uma média de três vezes por semana. Na primeira vez, eu estava bem temerosa, olhando com certo receio para a população do bairro, e, hoje, dirijo tranquilamente, pois faz parte do meu dia a dia e já não me oferece medo, ficou no automático, me familiarizei com o percurso. Sempre que chego ao presídio, estaciono na parte final, pois sei que na frente da porta principal sempre param as viaturas, as escoltas penitenciárias, mas como eu estava com muita coisa para transportar, acabei estacionando neste local, do lado esquerdo. A professora estava me aguardando com uma amiga que também leciona no presídio,

viu-me chegar e dirigiu-se até o carro para me ajudar a transportar os produtos. Entramos e logo vi que seu Tota estava de plantão, estabeleci uma boa relação com ele nas outras visitas, sempre muito educado e cortês.

O agente penitenciário que estava na recepção pediu para que eu retirasse tudo das sacolas e pusesse em cima de duas mesas de plásticos que estavam próximas a máquina que faz a vistoria, o scanner. Seu Tota se aproximou e pediu para que todas as embalagens dos sabonetes fossem retiradas para poder passar no scanner, disse que não estava desconfiando de mim, mas apenas para manter a rotina das vistorias, pra depois não chegar reclamação de que há regalias para uns e outros não. Imediatamente concordei e disse que estava certíssimo, que estava ali para contribuir com a organização e seguir as regras da administração penitenciária, que, na verdade, até preferia que tal fiscalização fosse realizada. Ajudei a desembalar todos os sabonetes e a colocar no *scanner*. O rapaz que estava operando a máquina trajava uma camisa branca de algodão e uma calça amarela, pela sua vestimenta, percebi que era um presidiário, e fiquei surpresa por ser um apenado que manuseava um instrumento que fiscaliza os produtos que adentram no presídio. Era alto, aproximadamente 1,85m, cor branca, rosto afilado, olhos verdes, cabelos castanhos claros, lisos, cujo corte era o estilo militar, um modelo simples e fácil de manter, que está bastante na moda nos últimos tempos. Um porte atlético, o que me chamou atenção pela sua beleza. Ele praticamente não falou. Sério. Calado. Os presos, geralmente, não trocam palavras com os visitantes ou professores, só respondem quando as perguntas são direcionadas para eles e não são de ficar olhando para você. Desviam o olhar, por mais que eu perceba que eles, timidamente e sutilmente, me olham. É uma regra do presídio e eu procuro retribuir repetindo os mesmos costumes e códigos de condutas adotadas por todos que compreendem todo o complexo do Roger.

Depois de passar no *scanner*, colocamos todos os produtos em cima da mesa e fomos fazer a divisão dos kits para levar a Ala LGBT. Depois de embalados, pedimos para que o agente nos direcionasse a ala. No trajeto, com todas aquelas sacolas nas mãos, caminhando com um sorriso e feliz da vida, percebi que os apenados dos outros pavilhões, inclusive aqueles que estavam prestando serviços, nos olhavam com curiosidade, daí pra não despertar qualquer tipo de ciúmes, fechei

o sorriso e caminhei séria até a ala LGBT. Faltando uns 10 metros até a ala LGBT, escutei a Susana que estava fora da ala, pois depois da aula com a professora, ela ficou na frente, aguardando a vinda do agente para trancá-la na cela. A Susana ao me ver acompanhada das professoras e com aquelas sacolas nas mãos gritou: “Fechou, Hérika!” Depois a Júlia veio saltitante e disse: “Arrasouuuu, Hérika!” A Rafaela falou: “Meu Deus, Hérika, eu não acredito! Abalou”

A professora já tinha avisado que o diretor tinha concedido a autorização para entrar com os produtos e que traria naquele dia. Todas foram pra frente das grades e ficaram maravilhadas com a minha chegada com os kits. A sensação foi mágica, de repente me senti exercendo o papel de papai Noel, elas pareciam crianças que estavam recebendo brinquedos. O agente nem tinha aberto a grade e já estava recebendo uma enxurrada de “obrigados”, pareciam que estavam recebendo ouro. Foi um grande “fuzuê”, vieram me abraçar com as sacolas nas mãos, estavam muito agradecidas. Eu fiquei com os olhos cheios de lágrimas, pois sentia a emoção vinda de cada uma.

A Priscila estava deitada no colchão. Perguntei o que tinha acontecido com ela. E disseram-me que estava com muitas dores, pois ainda não tinha recebido os tratamentos, já que era portadora do vírus HIV e não podia deixar de tomar os medicamentos. Disseram-me: “ela tem a “tia””. Perguntei discretamente o que significava e me explicaram que o vírus HIV é conhecido como “Tia”, “Vó” ou “mãe”, era uma linguagem utilizada no presídio. Que já avisaram a administração penitenciária e que estava aguardando retorno. O tempo era curto, eu tinha apenas duas horas de almoço, e perdi muito tempo na revista dos produtos, então me restava apenas 15 minutos com elas. Fiz um pequeno discurso antes de entregar os kits. Introduzi com um “Obrigada” por elas estarem permitindo que eu conduzisse o meu trabalho, que, na verdade, esse trabalho era de todos que estavam ali, que eu tinha escolhido aquele tema por se tratar de algo novo e por querer estudar, de fato, como é o dia a dia deles, que a minha intenção era ajudar e que eles podiam contar comigo, na medida do possível. Pois, não poderia fazer nada que fosse de encontro com as regras da instituição penitenciária. Mas, o que estivesse ao meu alcance, eu ajudaria. Que toda a convivência com elas tivera mudado a minha vida, que a nossa consciência moral é formada por todas as experiências que passamos ao longo de

uma vida, e que todos aqueles momentos juntos tinham imprimido, em minha vida, novos capítulos, tinha acrescentado valores e que eu agradecia de coração todo o empenho e contribuição que me fora dado.

A professora Adeline, sempre me auxiliando, pediu a palavra e disse que era para elas colaborarem comigo, que eu só tinha a ajudar e que não me pedisse nada que fosse quebrar as regras do sistema. Entreguei os Kits. Ficaram maravilhadas quando abriram e me foram dados mais abraços e beijos. Todas muito agradecidas. Acabou sobrando dois kits, pois duas apenadas tinham ido embora, e imediatamente a Luana e a Júlia se aproximaram e se prontificaram de fazer a divisão, e de doar para quem precisasse. Percebi que as outras acolheram a iniciativa, ficaram caladas. Importante mencionar que Luana e a Júlia são umas das mais antigas na ala e, portanto, dispõem de autonomia. Entreguei os kits e me despedi. Pedimos para que chamasse o agente para abrir a grade. Em poucos minutos ele chegou e fomos embora. Agradei a ajuda das professoras, disse que a presença delas foi muito importante e que me senti mais segura.

Na saída, encontrei com Fábio. Tinha saído na quinta-feira, no dia que houve o princípio de rebelião. Estava tentando conseguir autorização para visitar as amigas, mas não podia porque ainda era menor de idade. Disse-me que precisava da minha ajuda, pois estava sofrendo ameaças do pessoal que está envolvido com as drogas, que eles não ficaram satisfeitos com a sua saída do mundo das drogas, queriam obrigá-lo a entrar no tráfico e, por isso, ele precisava de uma autorização da juíza para ir se esconder na casa de familiares, em Recife ou Patos, mas que não disponibilizava de dinheiro, estava com uma mochila com algumas roupas e que não poderia voltar para casa. Pediu-me um valor de R\$ 119,00 para ajudar na compra das passagens. Pensei em ajudar, de imediato, fiquei comovida com a história, mas, realmente, eu não disponibilizava daquele dinheiro no momento. Numa atitude impensada, perguntei se ela tinha algum contato para que eu pudesse ligar assim que estivesse com o dinheiro, mas ela disse que não tinha. Acabei passando o número do meu celular. E disse que poderia me ligar às 14h30min, não dei a certeza, mas faria o possível para ajudar. Liguei o carro e fui embora pensando na situação de Fábio. Em seguida, pego meu celular que estava no silencioso e vejo que tinha algumas ligações da professora. Retornei. Ela, no primeiro toque, atendeu

e disse: “Hérika, minha filha, quando eu estava saindo, vi que o Fábio estava falando com você e fiquei preocupada, pensei que você, inocentemente, poderia dar uma carona pra ele, e, veja bem, essas pessoas são perigosas, podem até serem boas, mas é importante e fundamental você ter cuidado. O que é que ele queria com você?” Eu expliquei toda a situação a professora e ela me disse que eu fiz muito mal em ter dado o meu celular, que, certamente, esse dinheiro não era para se esconder e, sim, para comprar drogas.

Depois de escutar os relatos recheados de preocupação da professora para comigo, lembrei que os lábios de Fábio estavam queimados, despelando com cascas grossas, logo, imaginei que ele poderia ter voltado ao consumo das drogas. Segui as orientações da professora de não me encontrar com o Fábio, afinal seria arriscado. Quando ele me ligou, disse que não poderia manter contato fora do presídio, que tinha essa determinação pela administração penitenciária e tinha que seguir. Ele ficou meio triste e desligou. Enfatizei que gostaria muito de ajudá-lo, mas que não poderia.

No sábado, dia 29 de agosto, eu retornei ao presídio para fazer a pesquisa, estava ansiosa para saber como elas estavam se sentindo depois dos kits, mas, na entrada do presídio, percebi que havia uma grande quantidade de veículos estacionados. O agente penitenciário disse-me que eu não poderia entrar. Eu insisti dizendo que tinha autorização do Diretor Felinto e ele foi bem enfático em dizer gesticulando que Felinto havia ligado pra ele e proibido a minha entrada naquele dia. Não questionei e fui embora.

Na recepção, estava uma grande quantidade de agentes armados, a TV Arapuã estava filmando e registrando depoimentos. Logo imaginei que o clima era tenso e que estava acontecendo algo. Quando cheguei em casa, fiz uma pequena busca na internet e não consegui encontrar notícias sobre o Roger naquele dia. Resolvi esperar a terça-feira e perguntar as meninas da ala, pois elas ficam sabendo de tudo. É incrível como as notícias correm dentro do presídio, elas estão trancadas, mas tem acesso a todas as informações. Aquele sábado não tinha sido produtivo e eu não pude saber como estava os ânimos na Ala LGBT.

2.5 Relações de poder

Depois de um período chuvoso, o dia 01 de setembro, uma terça-feira, começou com fortes raios solares, o dia ensolarado estava lindo, e a ansiedade era grande para saber o que tivera acontecido nesses dias em que não pude fazer o meu diário de campo. Entrei no estacionamento do presídio por volta das 12h35. Ao chegar ao portão principal, que dá acesso à parte interna do Roger, encontrei um agente que nunca tinha visto. Era magro, tinha cabelos pretos, estatura mediana, aparentou ser muito calmo e articulava com precisão as palavras. Eu expliquei o motivo da minha visita e ele disse-me que tinha que confirmar com o diretor. Já não aguentava mais repetir a mesma ladainha, mas a minha sorte foi que chegou um agente que eu reconheci e que já sabia do meu trabalho.

Pedi para o agente confirmar as minhas informações com o seu amigo. Ele, meio duvidoso, abriu o portão e certificou-se com o seu amigo. Como era o primeiro dia de entrevista, eu precisava pedir autorização a Felinto para entrar com o gravador. Pedi para que o agente, que eu acabara de conhecer, que o chamasse, pois eu precisava conversar com ele. Esperei alguns minutos e o agente disse-me que ele estava almoçando, mas que viria assim que acabasse. Eu agradeci e sentei-me numa cadeira ao lado da máquina do *scanner* para esperar a vinda do diretor. Fiquei observando o que acontecia na recepção. Era um dia muito tranquilo. Só vi três agentes percorrendo a grande sala da recepção, certamente tinha mais, geralmente, nesse horário, ficam recolhidos na parte interna, na sala de almoço.

O agente veio até a mim e perguntou: “Que estudo você está fazendo aqui?” Eu disse que era um trabalho para a dissertação de Mestrado no curso de Sociologia. Ele pareceu empolgado e disse que estava cursando serviço social na UFPB. Que tinha iniciado o curso de ciências sociais quando morava em Caruaru. Perguntei o seu nome e mostrei interesse pela conversa. Tinha percebido que aquele agente era diferente, tinha um ar de intelectualidade. Disse-me que se chamava Wallace. Ele mostrou-se interessado e fez mais perguntas. Eu me despedi do agente, agradeci a gentileza e me direcionei para o diretor lhe desejando “boa tarde”. Sempre muito solícito comigo, retribuiu-me o “boa tarde” e perguntou no que ele poderia me ajudar. Eu pedi autorização para entrar na ala portando o gravador e ele, prontamente, autorizou.

Eu não poderia perder tempo, já era 13 h, isso significava que o tempo de entrevista era curto, então tratei de ser rápida e fui direto para a ala. Ao chegar em frente a ala, encontrei um clima tenso, estavam caladas, não me receberam como de costume, fiquei surpresa e curiosa para saber o motivo daquele comportamento. Sempre que eu chegava, elas me recebiam com sorrisos e me desejavam as boas-vindas. Tomei um susto com toda aquela indiferença, parecia que não estavam satisfeitas com a minha presença. Além do que, era o primeiro encontro após a entrega dos kits, onde estavam felizes e satisfeitas. Para quebrar o clima e tentar uma maior interação, acabei pronunciando o nome de cada uma e desejando boa tarde, e elas foram respondendo sem muita euforia, um ar de seriedade e tensão estava instalado naquela ala. Nem sequer se levantaram e cederam a cadeira para que eu pudesse sentar, como acontecia de costume. Então, fiquei em pé mesmo e perguntei quem estava mais perto de sair da prisão. Rafaela se manifestou e disse que a qualquer momento poderia ir embora. Então, eu perguntei se ela poderia me conceder uma entrevista. A mesma concordou e fomos para a caxanga da Júlia que fica num lugar mais reservado e mais silencioso. Nunca tinha entrado na caxanga da Júlia, toda revestida de lençol, pintados e incrementados com pequenos objetos para colorir e dar uma animação maior.

A caxanga era toda revestida de lençóis finos e coloridos, tinha um ventilador da cor rosa, alguns livros empilhados numa parte de cimento ao lado do ventilador, e alguns objetos pessoais, cobertos por uma cortina rosa com alguns pontilhados brancos, colocados na parte aonde tinha uma grande janela com grades que foi inutilizada com cimento para que elas não mantivessem contato com o Pavilhão aonde fica os presos da Penha, ou seja, os apenados que são julgados na Lei Maria da Penha. Júlia entrou para pegar um pouco de pacaia (fumo), pôs em um papelzinho da cor azul e saiu. Eu agradei por ela ter cedido o seu cantinho para que pudéssemos realizar a entrevista, e ela, cortesmente, disse-me para eu ficar à vontade. Eu agradei e liguei o gravador.

Antes de iniciar a gravação, já não cabia em mim tanta curiosidade e perguntei a Rafaela porque o clima estava tenso. Ela respondeu-me que se tem algo imperdoável numa prisão é a “ratiagem” (furto), que isso é motivo para uma grande confusão, inclusive, punição. Eu pedi para que ela me explicasse melhor. Disse-me

que ela estava dormindo, e um apenado da cozinha foi à ala LGBT levar sabão em pó para que Rafaela pudesse lavar as suas roupas, só que, neste momento, Rafaela estava dormindo em sua caxanga e quem recebeu foi Luana, e foi descoberto que Luana tinha pego a metade do sabão em pó para ela, e isso já era recorrente. Então, houve toda uma discussão. Como Luana é uma das mais antigas e, por isso, dispõe de uma certa autonomia dentro da ala, o clima era de total tensão. Elas não gostam de me falar dos conflitos e desavenças que acontecem na ala, até porque isso é algo de que a administração penitenciária abomina e pune se souber de brigas. Então, elas procuram resolver de forma que as pessoas que não pertencem à ala LGBT não fiquem sabendo.

Rafaela sempre demonstrou ser muito sincera, em todas as perguntas que eu fazia. A entrevista transcorreu perfeitamente bem, muito produtiva, foram 70 minutos de diálogo. Ao final, agradei pelas importantes informações e desliguei o gravador. Perguntei se dentro da ala elas não namoravam entre si. Rafaela baixou o tom da voz e respondeu-me com um tom de confidencialidade, que havia sim. Eu perguntei como era. Ela explicou-me que depois que Estéfani foi embora, a caxanga dela foi para Lucinha e que o irmão Adriano passou a dormir na caxanga da Luana, e que eles estavam mantendo relações sexuais. E eu percebi que antes o irmão Adriano transitava mais na cela, e que agora estava mais fechado, mais restrito a caxanga. A Luana sempre demonstrou um tom de possessividade, já a vi fazendo diversos sinais para as apenadas, mas nunca consegui captar as mensagens, mas notei certo controle. Disse-me que Facson (Amanda) dormia na caxanga da Magali e que eles mantinham relações sexuais, não admitiam o namoro, mas existia o “quendar” (transar) e que as outras apenadas tinham namorados que trabalhavam na cozinha ou que ficavam no pavilhão IV. Eu perguntei aonde era a Caxanga da Rafaela, e ela disse que era a próxima, vizinha a da Júlia.

Perguntei como funcionava a distribuição das caxangas e quais eram as melhores. Ela respondeu-me que na cela existem três ruas e que a distribuição acontece pelo tempo de estada na cela, quanto mais antigo mais poder o apenado tem, mais respeitado ele é, então a caxanga que estávamos fazendo a entrevista funcionava como uma espécie de suíte master, mais espaçosa, mais silenciosa e reservada. Pertencia a Júlia, uma das mais antigas na cela e, portanto, a que

obtinha mais respeito, principalmente pela sua forma prática e resolutiva de saber negociar os conflitos existentes. A rua 3 estava localizada na parte final, a maior rua e mais distante da grade de entrada, encostada a parede que dava acesso ao pavilhão onde estão morando os presos que foram enquadrados pela Lei Maria da Penha, comporta quatro caxangas que dispõem de uma maior organização. As moradoras da rua 3 são: Júlia, Rafaela, Susana e Gisele. A rua 2 fica na parte intermediária, entre a rua 1 e a rua 3, comporta duas caxangas, onde está localizada a cozinha que fica entre a caxanga da Luana e a caxanga de Lucinha. O irmão Adriano dorme na caxanga da presa Luana.

A cozinha é um pequeno espaço improvisado com os alimentos armazenados em caixas de papelão, o fogo é um pedaço de ferro ligado na tomada, um fogão elétrico, lá elas cozinham seus próprios alimentos, pois falam que a comida do presídio não tem tempero, e a delas é bem mais gostosa. Cada apenada guarda o seu prato e o seu talher em sua caxanga. Perguntei se havia divisão de tarefas na cela e a Rafaela respondeu-me que sim. Pedi para ela me explicar como acontecia. Ela disse-me que o dia de sábado é de faxina na cela, então todas colaboram com a limpeza e que no dia a dia a lavagem dos pratos e a maioria dos afazeres era Facson que praticava. Perguntei se havia algum motivo para isso ou era porque ele mesmo preferia. Ela disse-me que não era porque ele queria e, sim, por causa do seu artigo. Fiz um ar de incompreensão e a Rafaela tentou me explicar:

Hérika, aqui, na cela, as atividades são divididas de acordo com o artigo de cada pessoa, como o artigo de Amanda foi devido a um crime praticado com uma criança e isso aqui no presídio é imperdoável, então ela tem que se submeter a algumas dificuldades e tarefas impostas pelo grupo. Amanda já foi expulsa dos outros lugares, e nós a aceitamos aqui, isso significa que ela tem que colaborar, entendeu? Hérika, crimes contra crianças, idosos e estupros são situações que “não dá boi”.

Perguntei o que seria essa expressão “não dá boi”, e ela começou a sorrir, e informou que era algo imperdoável, que no presídio eles matam mesmo, não perdoam esses crimes, que se Amanda fosse colocada nos outros pavilhões, certamente, já teria sido assassinada. Disse que pessoas “cabojas” (cabuêtas) e que praticam a “ratiagem” (furto) também são severamente punidas, pois dentro do presídio tem suas regras e precisam ser seguidas. Rafaela explicou-me: “Hérika, eles podem até roubar lá fora, mas aqui dentro não pode. Aqui dentro, ninguém pode

roubar o outro, e se você for um “cabuêta” também não há perdão. Pode até “soltar uma letra” (falar uma piada provocativa), mas fazer “ratiagem” não pode.”

2.6 Segregação

No dia 03 de setembro de 2015, numa quinta-feira, cheguei ao presídio às 12h45min. Nesse dia, eu estava mais tranquila em relação ao horário, pois eu poderia ficar na ala até 14h50min, ou seja, eu tinha 50 minutos a mais do que de costume, e, sendo assim, eu aproveitaria o tempo maior para fazer duas entrevistas, mas tudo sem pressa. O importante é esmiuçar cada fato ou acontecimento, é explorar o que cada apenada tem a oferecer, é procurar o inusitado, tentar descobrir as minúcias que cercam este universo prisional. Algumas vezes, eu me perco tentando me colocar no lugar delas, tentando me visualizar naquele cotidiano, imaginando como seria a minha vida naquela ala, naquele complexo prisional com todos aqueles personagens (técnicos penitenciários, agentes, presos, funcionários), que, para cada um, acredito ter um tratamento diferente.

Mais uma vez, o seu Tota estava de plantão e isso significava que a minha entrada era facilitada de imediato, ele já tinha conhecimento do meu trabalho. Não aguardei nada, como de costume, imediatamente seu Tota mesmo foi me levar na ala para que eu não perdesse tempo. Cheguei à ala LGBT e já senti que os ânimos estavam bons, eles me receberam com atenção. Despedi-me de seu Tota e desejei bom dia para as meninas. O clima não estava pesado como da última vez. A Priscila ainda estava deitada em seu colchão, mas demonstrava melhoras. Perguntei quem estaria mais próxima de sair e a Susana numa atitude intempestiva e recheada de alegria se manifestou. Sendo assim, perguntei se ela poderia me dar uma entrevista. Ela me respondeu: “É claro, Hérিকা! Posso, sim! É um prazer! A Fabrícia tentou suicídio!” Depois a Fabrícia veio em minha direção, começou a relatar o ocorrido:

“Hérিকা, olhe aquela corda ali em cima pendurada! Foi nela que eu ia me pendurar. Me levantei de madrugada com uma angústia no peito, aquela sensação estava me sufocando, eu não estava conseguindo respirar. Fui ao banheiro e depois me direcionei para subir na parede e descer pela corda, mas as minhas pernas travaram, eu não consegui dar um passo, fiquei paralisada e comecei a gritar, todas as meninas estavam dormindo e eu comecei a gritar, acordei todas com gritos desesperados e comecei a chorar.”

Fabília relatou-me todo o ocorrido olhando em meus olhos, ela disse que foi um verdadeiro milagre não ter se enforcado, que aqueles pensamentos estavam rondando a sua cabeça há dias, pois a vida lá fora já era bastante sofrida, já enfrentava inúmeros obstáculos no dia a dia. A forte estigmatização era constante, mas dentro da cadeia era algo indescritível, aquela situação que estava vivendo era desumana, nenhum selvagem passara por tanta segregação e sofrimento. Como se não bastasse ter a sua liberdade suprimida, ainda tinha que se submeter a tratamentos desumanos, pois a segregação era algo destruidor, que aquilo não era vida.

Falou que os dias estão sendo muito difíceis lá dentro, sem receber nenhum tipo de auxílio de qualquer natureza, que se não fosse a solidariedade das amigas ela já teria sucumbido. Fabília falou-me: “Hérika, como eu vim parar aqui e não me deixam fazer uma ligação para avisar aos familiares?” “Não recebi nenhum lençol, colchão, roupa, sabonete, pasta ou escova de dente... até o atendimento médico só vem quando a pessoa já está em condições deploráveis.” Disse-me que estava ali para pagar o que devia a justiça, mas precisava do mínimo possível para sobreviver, porque não se tratava de dignidade, porque isso elas não cogitavam frente ao complexo emaranhado de preconceitos que tem que enfrentar, mas precisava receber o básico para sobreviver. Fabília continuou o seu desabafo em relação a indignação com a administração penitenciária:

“pois como você entra de um jeito e sai pior, sai mais revoltado, com o coração petrificado de tanto sofrimento, de tanta submissão e humilhação. Não temos vida aqui dentro. Estamos vivendo feito bicho e nessa ala as condições estão mais difíceis, pois fica mais complicado para conseguirmos as coisas, negociarmos...”

Perguntei: - Que coisas seriam essas? Falou-me: “Junto com os outros podemos fazer favores, como lavar roupas, ajudar a levar um recado.” Eu indaguei: Mas isso vocês já não fazem por aqui? Respondeu-me de forma impaciente e já mudando de assunto: “Já, mas lá teríamos mais liberdade, poderemos trabalhar mais, sem está preocupado em ficar sempre arranjando uma lavagem de roupa para poder ter um cigarro e trocar por algo que nos falta aqui, porque não recebemos absolutamente nada do presídio.”

Nesta hora, o irmão Adriano chegou com uma Bíblia nas mãos e disse que já era tradição, ele não poderia deixar de ler uma mensagem para mim. Eu sorri para o Adriano e agradei pela gentileza. A mensagem caiu numa hora muito boa, pois o seu conteúdo fazia referência à vida, dizia assim: “ Jesus dá vida! Jesus disse: - Eu vim para que as ovelhas tenham vida, a vida completa. Eu sou o bom pastor; o bom pastor dá a vida pelas ovelhas.” (João 10.10b- 11) Eu pedi para reler e pedi que a Fabrícia prestasse atenção, ela ficou em minha frente, fazendo um rolinho de “pacaia”. Reli e interpretei pra ela, disse que a nossa vida é um bem precioso e por mais que estejamos passando por dificuldades, temos que ser fortes e lutar. Senti que a Fabrícia ficou aliviada e disse que realmente tivera sido um milagre de Deus as pernas terem travado e impedido dela cometer tal ato.

Depois eu segui para a caxanga da Júlia com a Susana para iniciarmos a entrevista. Eu queria saber o posicionamento da Susana fazendo o comparativo com o da Rafaela. Quando já estava completando quase 42 minutos de entrevista, escutei uma gritaria, achei que fosse alguma música interessante que passaria na TV, pois sempre que toca uma música que elas gostam, escuto gritos, risadas e palmas, mas, dessa vez, a gritaria se alastrou por toda a cela. Um coro impressionante, até que a Susana que há poucos minutos tinha me revelado que não se dava bem com a Rafaela gritou: “Héríka, Rafaela vai emboooooora!” Saiu correndo e eu fui atrás para entender melhor a situação.

Encontrei Rafaela rodeada das menina, pulando e gritando sem parar: “Meu Deussss, eu vou embora” Era uma felicidade constante, eu fiquei toda arrepiada, nunca tinha presenciado uma cena daquela, eram gritos de alegrias, sua liberdade, mesmo que sendo uma condicional, estava estabelecida, ela dormiria na cadeia, mas poderia passar o dia em casa. Rafaela foi até a sua caxanga e pegou uma blusa que aparentava ser nova, toda estampada com rosas vermelhas, azul e lilás, parecia ser guardada para um momento especial e aquele era um dia esplendoroso, cheio de emoção e felicidade. Todas as meninas estavam lhe ajudando a se vestir e o guarda parecia estar impaciente. Foram minutos de euforia vivenciados por todas, inclusive, por mim. Vi a Rafaela doando os seus pertences. Deu um batom para a Susana e disse que era para a Fabrícia dormir em sua caxanga, ela não pode concluir, pois o guarda já estava impaciente reclamando da demora, ela teve que

sair às pressas. Eu dei um abraço e desejei felicidades. Imaginei: será a última vez que verei a Rafaela?

Chamei a Susana para concluirmos a entrevista e como a caxanga da Júlia era próximo a cozinha improvisada, percebi que a mesma estava preparando uma iguaria. Perguntei o que era. Ela disse-me que se tratava de uma massa de macarrão machucada, que sobrara do almoço, misturada com farinha de trigo, e que depois levaria ao fogo para fritar no óleo. Quando estivesse douradinho, retiraria e mesclaria com açúcar. Estaria pronto para ser consumido. Eu fiz um ar de curiosidade e disse que parecia ser gostoso. Continuei andando até a caxanga da Júlia e iniciei a entrevista. Depois de uns 15 minutos, a Júlia entra com uma bacia amarela com essas rodelinhas fritas de massa de macarrão jogados num papel para secar o óleo, pela aparência parecia ser muito gostoso, mas depois de ter engolido e ter mastigado, senti uma grande quantidade de óleo percorrer a minha boca, o gosto não era bom e só não foi pior devido ao açúcar, mesmo que em pequenas quantidades, deu para amenizar um pouco. Ela deixou um vasilhame cheio, acho que continha umas dez ou mais, e, eu só consegui comer a primeira e fiquei com aquele gosto amargo do óleo e a consciência pesada pelas calorias adquiridas. Não demorou muito e a Júlia retornou ao quarto e perguntou o porquê de não ter comido mais. Eu respondi que estava muito gostoso, mas que estava praticando uma dieta acirrada, sendo assim, não poderia comer mais do que um. Mas deixei bem claro que estava delicioso, e passaria a vez pra ela que estava magrinha e assim poderia comer sem ter que ficar com a consciência pesada. Não sei se a Susana percebeu que eu não tivera gostado, mas ela não parou a boca um minuto, comeu todas. A Júlia entrou no quarto para retirar a vasilha amarela e aproveitou para pegar um pouco da pacaia que estava ao lado.

Alguns minutos depois a entrevista acabou, eu agradei a Susana pela gentileza e segui para o salão principal. Ainda me restava muito e aproveitei para entrevistar a Magali. Pedi para a Susana me avisar quando desse 14h50, pois como era proibida a entrada de celular e relógio, sempre o que salvava para não perder o horário era a TV que disponibilizava a hora do lado direito em um dos canais que não me recordo o nome, mas sempre pedia para as meninas me avisarem quando desse tal hora. A entrevista com a Magali transcorreu perfeitamente bem.

2.7 O encontro

Tinha reservado esse dia para entrevistar três pessoas, mas, infelizmente, não pude comparecer ao presídio do ROGER devido a uma fiscalização conjunta do meu trabalho. Fomos escalados para participar de uma operação que envolve uma grande quantidade de órgãos estaduais e federais no combate a pirataria. Foi realizado na Paraíba, no Rio Grande do Norte e em Pernambuco. Conjuntamente aconteciam palestras em escolas da Paraíba para disseminar os prejuízos causados a sociedade pelos crimes da pirataria. Semana Original, um evento organizado pelo MP-PROCON (PROCON do Ministério Público do Estado da Paraíba), órgão que trabalho e que vem desenvolvendo importantes ações no sentido de prevenir acidentes de consumo. Uma semana de muito trabalho o que me impediu de colocar os diários de campo em dia e de seguir o planejamento das entrevistas.

À noite, estávamos escalados para fiscalizar uma casa de show, juntamente com o PROCON de Cabedelo, que fica no município de Cabedelo, na BR 230. O show começaria às 22 h. Fizemos as fiscalizações. Na saída, escutei alguns gritos mencionando o meu nome, continuei andando, mas os gritos vinham na direção de uma grande multidão que se amontoava na frente do portão principal que dá acesso à parte interna do show, era bastante contundente. Olhei para a multidão e vi aquela pessoa magra pulando, demorei a reconhecer, até que ela se aproximou, numa felicidade totalmente explícita, parecia uma criança pulando de alegria ao ver alguém querido, pois foi o que senti, naquele momento. Reconheci a apenas Júlia, ela estava em liberdade, dei alguns passos rumo ao seu encontro e a abracei, disse que estava muito feliz por ela está ali naquele momento. Ela disse que tinha saído naquele dia. E já estava de cabelo cortado, pintado, maquiada e arrumada. Eu, imediatamente, pedi o telefone dela, mas ela ainda não tinha celular, e chamou uma amiga que se chama Jacileide para fornecer o número dela. Peguei o número do telefone, pois precisava fazer a entrevista com ela, já que era uma das mais antigas da Ala LGBT e responsável por ditar as regras na ala. A Júlia observou toda a minha vestimenta daquele dia. Eu estava vestida formalmente, com distintivo e próximo a

vários seguranças e policiais. Ela, muito discreta, não me perguntou absolutamente nada. No meio de quase 10 mil pessoas a Júlia me encontrou.

2.8 - Costela, Timbalada e Coquinho

Ao chegar à cela LGBT, fui recebida com uma grande surpresa. A Susana me chamava e dizia: “Hérika, a Bombom voltou!” Eu ainda não tinha escutado aquele nome, era novidade pra mim. Imaginei, receosa, que o apelido pertencesse a Júlia, e fiquei com medo dela ter contado às meninas que eu trabalhava na justiça, que tinha me visto rodeada de policiais no dia do show. Omiti que trabalhava em um órgão jurídico para não interferir nos relatos proferidos pelas apenadas da Ala LGBT. Mencionei que era professora. Perguntei temerosa: Quem é a Bombom? A Susana que tem ficado bem mais próxima de mim nos últimos tempos, respondeu-me que era Estéfani (Fábio), que ela tinha caído no presídio novamente. A palavra “caído no presídio” é uma linguagem bastante utilizada dentro da instituição penitenciária do Roger cujo significado recai sobre a prisão do apenado. A Estéfani estava na caxanga da Lucinha com muita vergonha de vir até a mim, mas Susana insistia em chamá-la, dizia: “- Fábio, Herika está aqui! Saia e venha falar com ela.” Eu fiquei triste por saber que a liberdade tão sonhada que Estéfani tanto queria tinha durado tão pouco tempo. Estéfani disse que voltou porque estava guardando o celular de um amigo e o policial viu que estava sendo rastreado, a sua acusação recaiu sobre um suposto furto. Antes, a sua caxanga ficava na rua 2, onde a Fabrícia está dormindo, e agora ela não tinha mais caxanga, tinha que ficar na parte aonde fica a TV, dormindo no chão em um colchão que fica no salão principal, ou seja, perdeu a privacidade que uma caxanga disponibiliza e a contagem do tempo zerou, ou seja, os direitos dentro da Ala LGBT que Estéfani tinha adquirido não existia mais naquele momento. Depois de alguns dias, a Magali, segundo relato de algumas apenadas, sensibilizada com a atual situação da Bombom a chamou para dormir em sua cama. A Magali divide a sua caxanga com a Amanda e a Bombom. A Estéfani voltou para a estaca zero. Chegou com a roupa do corpo e tinha que lutar para conseguir seus objetos tudo de novo. Porque na cela LGBT, o poder gira em torno do tempo de permanência na cela, quanto mais antigo, mais dispõe de autonomia.

Soube que houve uns roubos, e que a Luana andava subtraindo os objetos das meninas e que foi descoberto. Ela teve que pagar algumas carteiras de cigarro da marca Derbys para poder não levar “costela” ou “timbalada”. A costela e a timbalada são tipos de punições mais severas estabelecidas pelos apenados a fim de obter um controle e uma maior organização dentro da ala. Cada cela dispõe dos seus rituais de punições e são criados de acordo com a convivência estabelecida. Aquele que não obedecer aos ditames determinados pelo grupo sofrerá fortes sanções e terá que se enquadrar aos dogmas para obter uma convivência harmoniosa e pacífica.

A timbalada e a costela são punições extremamente temidas pelos apenados. A costela é aplicada quando o apenado infringir as normas estabelecidas pelo grupo, terá que levantar os braços e aguardar que cada integrante que compõe a ala LGBT profira de 3 a 5 golpes perto da costela, a questão da intensidade dos golpes ficará a mercê de cada apenado. A timbalada é a mais temida de todas as punições, pois juntam-se todos os apenados de uma vez e proferem golpes instantaneamente em qualquer parte do corpo, uma agressão muito severa. A apenada Gisele explicita melhor as nuances das punições na ala LGBT:

Rafaela já levou costela. Ela levou costela porque dia de visita foi brigar, foi discutir com Felipe, aí jogou uma vasilha, aí, caiu perto da visita. A visita se assustou. Aí, pronto. Aí, levou costela. É porque dia de visita, pra nós, é sagrado, entendeu? Não pode chamar palavrão, não pode tratar a visita mal. Dia de visita não pode chamar palavrão. Costela é quando é grave. Quando a coisa é grave, quando houve um desrespeito, um delito grave, aí é cobrado, é costela. Como roubo, desrespeito à visita, esses são os casos graves que são cobrados com costela, entendeu? Quando não é grave é coquinho. Um murro assim na cabeça, três murro seguido. A costela é levantar o braço e cada uma dá três, dependendo da gravidade do fato, dá 3 a 5 costela cada uma. Timbalada é todas junto batendo em um momento só. A costela vai de um em um. Cada um dá suas três, suas quatro, dependendo da gravidade do fato. Quando rateia aí é caso de costela. Quebrou um objeto de uma pessoa e não quer pagar é uma costela. Não tem como pagar, não teve responsabilidade e quebrou: costela. Esbarrar, quando alguém tiver comendo, é coquinho, entendeu? Tá todo mundo assistindo, soltar gás também é coquinho. Lavou o pavilhão, soltou piola, depois da faxina, é coquinho. A timbalada é falar da mãe, pegar a outra pessoa na covardia, usar de máfia na cadeia. Usar de máfia, tá planejando pra pegar aquela pessoa a estreitão e, se for pegar, tá ligado? E fazendo a cabeça dos outro pra aquela pessoa pegar o outro, aí tá de máfia com aquela pessoa, aí vai pra timbalada. É timbalô que é a timbalada. Timbalô é na hora que tá dando, tá ligada? E timbalada, depois que acontece, a gente fala ‘fulano levou uma timbalada’ e, na hora, tá no timbalô, porque é pra todo mundo bater.

Perguntei se existia algum caso em que o apenado poderia ser perdoado por se tratar de um grande amigo, confidente. Ao que me foi respondido veementemente que dentro do presídio regras são regras e não pode haver moleza, mesmo sendo amigo, as punições eram aplicadas indistintamente e com bastante precisão para se manter a ordem. Agora, existe a possibilidade de você fazer pagamentos, ou ceder objetos para se livrar de tal punição e se for acatado por todos ou pela pessoa que sofreu tal agressão. Um exemplo de quando a timbalada ou costela podem ser usadas é quando algum apenado fala mal de algum familiar, pois os entes queridos são altamente respeitados dentro do presídio, não pode, em absoluto, haver qualquer tipo de desrespeito ou agressão como xingamentos aos familiares, assim como é altamente censurado a covardia dentro da ala, não pode fazer o mal ao próximo pelas costas. “Usar de máfia” (significa planejar sozinho ou com outras pessoas para fazer algum mal a um apenado) trata-se de uma atitude altamente desprezível pelos apenados da ala LGBT.

Outra punição bastante usada na Ala LGBT é o coquinho, uma sanção mais leve, mas que tem uma função corretiva importante. O apenado que infringiu as regras estende a cabeça ao grupo de apenados que compreende a Ala LGBT e cada preso efetua um cascudo em sua cabeça, se será forte ou fraco, dependerá do apenado que irá imputar tal castigo. É também usado quando algum apenado esquece seus pertences no banheiro, se for pela primeira vez recebe coquinho, mas se esquecer da segunda vez leva costela e se for recorrente vai para a timbalada, escarrar na frente das visitas, jogar piola no chão após a faxina pela primeira vez, em dias de visita tem que se vestir de forma composta e não discutir na frente das pessoas, nem chamar palavrões ou xingamentos na frente de visitantes, entre outros comportamentos que são repelidos pelo grupo LGBT. A timbalada só é usada em casos mais graves, ao contrário do coquinho que é utilizado frequentemente por se tratar de uma pena e\ ou punição mais branda, ambas servem para aprimorar as relações de poder e estabelecer a ordem no interior da Ala LGBT.

Explica a apenada Júlia:

O coquinho é na cabeça e a costela um murro na costela. Se você esquecesse a saboneteira ou qualquer coisa sua no banheiro, você levava um coquinho. Um exemplo de costela é se você estiver tomando um café na cama de alguma pessoa, aí você leva costela, mesmo sendo sem querer. A

timbalada é se você der uma mancada de mil graus, tipo, esculhambar a mãe de outra pessoa, coisa que não pode.

A timbalada, a costela e o coquinho são instrumentos de punições utilizados para estabelecer a ordem dentro da ala LGBT e apresenta as suas variações e flexibilidades na hora de serem utilizadas, todas essas repreensões cogitam tornar o ambiente prisional disciplinador, estabelecer a ordem e manter a harmonia entres os apenados.

2.9 - Percepção das entrevistas na Ala LGBT

As pessoas entrevistadas no encarceramento LGBT eram compostas por travestis, gays, bissexuais e um heterossexual. Participaram das entrevistas 11 apenados de um total de 12, uma apenada não cedeu entrevista por se apresentar adoentada e indisposta na maioria das vezes que eu frequentei a Ala LGBT. Dentre as narrativas colhidas do diário de campo e das entrevistas, podemos perceber uma variedade de relatos que enriqueceram o presente trabalho. Foram histórias e estórias centradas no real interesse em discutir o tema em questão, pois a receptividade em tratar das particularidades referentes às suas experiências era exposta naturalmente em seus discursos. Também foram entrevistados dois apenados heterossexuais, dois agentes penitenciários, o atual diretor do presídio do Roger, o representante do Conselho Estadual dos Direitos Humanos e do Movimento Espírito Lilás e o assessor técnico da Gerência Executiva de Administração Penitenciária do Estado.

O perfil dos apenados da ala LGBT é formado por brasileiros, pardos, com idade entre 19 e 42 anos, todas são solteiras e a maioria delas não ultrapassou o Ensino fundamental, segundo levantamento originário da pesquisa de campo e das entrevistas. Com exceção do apenado Facson que é um heterossexual que habita a ala LGBT e do apenado Adriano que é bissexual, o restante das apenadas se identificaram com identidade de gênero feminina e com orientação sexual masculina.

Luana está no presídio do Roger desde a implantação da Ala LGBT, obteve seu alvará de soltura, ganhou a sua liberdade, mas durou pouco tempo nas ruas, foi presa novamente e enquadrada na Ala LGBT. Foi uma das pioneiras na criação do

espaço reservado aos integrantes do grupo LGBT. Têm 33 anos de idade, morena, sua orientação sexual é masculina e a identidade de gênero é feminina, apresenta-se sempre trajada com roupas femininas, cabelos pretos na altura dos ombros e muito preocupada com a sua aparência, possui silicones nos seios e nas nádegas, mas não recebe nenhum tipo de tratamento hormonal por parte da administração penitenciária, fato bastante enfatizado e lamentado pela apenada que sofre de fortes dores e desconfortos devido à ausência de tais procedimentos hormonais. A Resolução Conjunta Nº 1, de 15 de abril de 2014 determina em seu Art.7º:

É garantida à população LGBT em situação de privação de liberdade a atenção integral à saúde, atendido os parâmetros da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional - PNA–SP. Parágrafo Único – À pessoa travesti, mulher ou homem transexual em privação de liberdade, serão garantidos a manutenção de seu tratamento hormonal e o acompanhamento de saúde específico.

Destacamos que a administração penitenciária não segue os parâmetros estipulados pela Resolução Conjunta citada acima, assim, percebemos que os direitos dos apenados da ala LGBT não estão sendo atendidos, sua saúde está sendo comprometida por falta de compromissos dos órgãos responsáveis em atender tais requisitos imprescindíveis para garantir não só uma saúde de qualidade, assim como assegurar a dignidade da pessoa humana.

Deparamos com um fato curioso ao entrevistar a apenada Luana em relação à violência sexual, pois antes de iniciar a minha pesquisa de campo no presídio do Roger, eu assisti a um documentário do Globo News, elaborado pelo jornalista Fernando Gabeira com o título: Ala LGBT em presídio da Paraíba é destaque em matéria do jornalista Fernando Gabeira. No documentário, o jornalista mostra todo o cenário de criação da ala, seus espaços físicos e faz algumas perguntas as apenadas da época. O depoimento da apenada Luana nos chamou atenção porque houve uma discordância em seu discurso quando foi feita a entrevista. Ela confessou ter sofrido violência sexual diversas vezes, fato esse negado no depoimento prestado ao jornalista. Explicitamos uma parte da entrevista da apenada Luana para descrever como era a vida de um apenado LGBT antes de sua criação:

A primeira vez que eu vim, eu tive um impacto enorme. Porque quando eu cheguei, partiram tudinho para mim, eu fui submetida a passar cinco dias em uma cela para me reconhecerem. A cadeia agitou muito porque eu tinha peito, sou feita, o corpo todo modificado e por conta disso, a minha fisionomia de mulher chamava muito a atenção dos homens, porque nem todos têm visitas. Quando eu cheguei, eu fui comprada por um presidiário mais velho, porque há uns tempos atrás, a gente que era travesti, a gente era uma peça rara, a gente servia de mulher, de esposa para cozinhar e passar. E só tinha sempre um homem só, e eu era do chefe da cela, do maior, do maioral. Cheguei com o cabelo na cintura. Cortaram pelo pé, rasparam. Como era regimento militar, não podia ter o cabelo grande. A direção exigia isso. Mas, mesmo cortando os cabelos da gente, não ia nos descaracterizar, porque eu tinha meus seios, minhas pernas, e também meu rosto feminino. Eu fui comprada, e fui para uma cela, e quando viram que eu tinha peito, eu apanhei e tudo. Fui estuprada pelo preso maioral, o chefe da cela. Pagaram 300 reais na época, em droga, para eu ir para cela dele. Eu ia contra a minha vontade. Tinha um preso que eu tinha que me dedicar só a ele, passar e lavar... Por conta disso, fui cortada o cabelo, e vinha o preconceito aqui dentro, e essa humilhação de viver com um homem que eu não queria. Eu era obrigada a viver só com ele, se ele me pegasse com outro, ele me espancava. Já me estupraram no VI pavilhão. Certo dia, eu estava na PB4, que é um pavilhão que agora está próximo da nossa ala homoafetiva, e ia passando uma moça da justiça e ela se moveu comigo e disse: por que seu cabelo está cortado? Aí, eu expliquei para ela que aqui no nosso Estado não tem uma ala para nós travesti, que nós somos tratados como um animal, eu não suporto mais isso. A gente devia ser diferente deles, a gente devia ter um local só para a gente se tratar, porque a gente tem silicone e somos femininas, então a gente tem que ter certo respeito pela nossa identidade. Então, teve pessoas que se importaram da justiça, dos direitos humanos, e começaram a lutar e trouxeram a ala homoafetiva.

Antes de aplicar as entrevistas às apenadas da ala LGBT, eu passei alguns meses convivendo com elas, procurando saber de suas vidas, atravessei horas conversando sobre diversos assuntos, assistia TV, escutava músicas, experimentava seus alimentos, prestava atenção quando elas queriam dançar e cantar. Confesso que a interação era tanta que algumas vezes me peguei pensando na possibilidade de estar morando ali, como seriam os meus dias, os pensamentos fluíam e a pesquisa tomava conta do meu tempo livre. Tentei assimilar e compreender o universo da ala LGBT todo o tempo em que estava presente, deixando-as falar livremente, procurando sempre interagir de forma a não permitir que eu criasse um vínculo maior com aquelas que eu sentisse mais afinidade para não gerar conflitos e ciúmes, procurava conceder um tratamento igualitário. Sempre atenta e objetivando estabelecer um grau de confiança com todas para não comprometer o resultado nas entrevistas, era de suma importância colher depoimentos relevantes, observar fatos inusitados para um melhor aproveitamento e satisfação da pesquisa.

Constatamos como foi importante essa estratégia de interação ao evidenciar contradições no discurso proferido pela apenada Luana, pois ela me revelou a violência sexual sofrida no presídio do Roger quando não existia a ala LGBT, fato negado ao jornalista Fernando Gabeira. Com isso, evidenciamos a importância de um trabalho antropológico e sociológico, focado em compreender os comportamentos e os costumes sociais, misturando-se e se envolvendo com o tema em questão, ganhando confiança do entrevistado para poder desvendar a realidade dos discursos carregados de dor e vergonha, fatos que são expostos depois de ter construído um grau de confiança, sem desmerecer o trabalho jornalístico, afinal, não existe uma pesquisa perfeita, existe pesquisa que se aproxima mais do fenômeno pretendido.

A apenada Magali é a mais antiga, acompanhou todo o processo de fundação da ala LGBT, está presa provisoriamente há aproximadamente dois anos, pois a sua sentença ainda não foi proferida, tem 27 anos, solteira, sua identidade de gênero é feminina e a sua orientação sexual é masculina, é magra, cabelos castanhos claros na altura dos ombros e se veste diariamente com roupas femininas rentes ao corpo, está sempre sorrindo e disposta a ajudar as amigas, e ao indagar sobre as condições da prisão antes da criação da ala LGBT, respondeu-me:

Quando eu cheguei aqui no presídio do Roger não existia essa ala LGBT, até porque eu não sabia que existia. E quando eu cheguei aqui era um tempo carrasco em que o homossexual chegava na cadeia e tinha que cortar o cabelo. Cortaram o meu cabelo, eu tive que morar no reconhecimento, ali junto com os machos. Morei com 47 homens dentro de uma cela, convivi com eles e não tinha essa ala LGBT. Eu passei 8 dias morando com eles. Eu sem saber de nada já passei do reconhecimento para ir para o pavilhão, aí foi quando surgiu essa ala LGBT.

A Resolução Conjunta Nº 1, de 15 de abril de 2014 estabelece em seu Art.5º que “À pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade serão facultados o uso de roupas femininas ou masculinas, conforme o gênero, e a manutenção de cabelos compridos, se o tiver, garantindo seus caracteres secundários de acordo com sua identidade de gênero.” Assim, nesse quesito, verificamos que a instituição penitenciária vem atendendo as prerrogativas que rege a eminente Resolução, pois ao entrevistar todas as apenadas, constatamos que essa questão está sendo atendida pelo presídio do Roger.

Ao questionar se a construção dessa ala LGBT agradou as apenadas, relataram-me que aprovaram as mudanças, mas que teve seus pontos negativos. Em seu discurso a apenada Magali relatou:

Assim, por uma parte eu gostei. Porque na parte que eu cheguei aqui que essa ala foi aberta, era uma parte em que a visita era numa sexta-feira e para mim foi muito bom, porque eu tirava a visita com outras pessoas dos outros pavilhões, eles entravam aqui e era muito bom. Esses foram os melhores momentos que teve aqui para a visita de hoje. Por que eu não estou gostando de hoje? Porque hoje temos uma visita que é mais isolada, quarta-feira que é íntima e no domingo que é só nós no pátio. Nós não temos acesso a ninguém, não se juntamos a ninguém, isso ficou muito ruim. Por uma parte foi muito bom, porque hoje em dia nós temos vantagens, apesar dessa direção, teve várias audiências para nós não cortar o cabelo, porque qualquer transexual que chegasse na cadeia, o cabelo era derrubado pelo pé, depois que abriu essa ala teve essa vantagem, porque o charme do gay era o cabelo grande.

Identificamos que um ponto bastante discutido entre as apenadas é a questão do isolamento, elas não podem mais “tirar visita” junto com os outros apenados heterossexuais, reclamam constantemente por não poderem socializar dentro do presídio, que a criação da ala LGBT excluiu do restante dos ciclos de amizades, que se forem pegas conversando com outros presos, serão fortemente reprimidas e que essa ordem de segregação não é restrita apenas aos apenados LGBT's, também se estende aos apenados heterossexuais, pois se forem vistos se comunicando com as apenadas da ala LGBT serão fortemente punidos pela administração penitenciária. Outro ponto bastante criticado pelas apenadas da ala LGBT é o fato do dia de visita ser em dias e horários separados dos demais apenados do presídio, assim como o banho de sol também acontece em horários diferenciados. Ao indagar a administração penitenciária os porquês dessas ações, informaram-me que todas as medidas da instituição tinham como principal objetivo garantir a segurança do apenado. Assim, entendemos que se por um lado protege da violência física, por outro lado, outros sentimentos afloram: o da não sociabilidade e do tratamento diferenciado.

Ao perguntar as apenadas quais eram as vantagens que a ala LGBT oferecia, responderam-me em unanimidade que poder expressar de forma tranquila e natural a sua identidade de gênero era algo que elas gostavam muito, que a privacidade em poder usar roupas curtas e femininas, fazer maquiagens, que o

espaço da ala LGBT era excelente para comportar um quantitativo pequeno de apenados, total de 12, uma vez que esse mesmo espaço era preenchido com mais de 100 presos nas alas heterossexuais, que cozinhar seu próprio alimento, colocar seu próprio tempero era vantagem muito importante, o fato de cada apenada disponibilizar de um local espaçoso para dormir, uma vez que as caxangas eram o seu bem precioso, era sinônimo de total privacidade, e por isso, bastante valorizada pelas apenadas da ala LGBT. Devido ao quantitativo ser pequeno, a ala LGBT é mais higiênica, a questão da segurança é um grande diferencial, pois todas se sentiam protegidas, principalmente porque antigamente quando aconteciam rebeliões, os primeiros apenados a sofrerem represálias eram os homossexuais, assim o surgimento da ala trouxe paz para os apenados e desde a sua implantação nenhum caso de violência física foi registrado, diferentemente da violência psicológica que continua imperando nos intramuros da instituição, como relatam as apenadas:

APENADALUANA: Aí, eu sou sincera em dizer, não são todos, mas alguns não respeitam a gente. Humilham a gente, criticam a gente. Zombam da gente, chamam a gente de aberração da natureza. A gente sofre preconceito, sim, por conta da direção. Eles não chamam a gente pelo nome da gente não, chama de veado, gay, aberração.

APENADAMAGALI: Eles ficam falando como é que a pessoa se passa para ser um fresco, como alguém se passa para ficar com uma pessoa dessa.”

A Resolução Conjunta Nº 1, de 15 de abril de 2014 aborda os respectivos direitos dos apenados em relação a sua orientação sexual e identidade de gênero e estabelece em seu Art. 2º que: “A pessoa travesti ou transexual em privação de liberdade tem o direito de ser chamada pelo seu nome social, de acordo com o seu Gênero. Parágrafo único. O registro de admissão no estabelecimento prisional deverá conter o nome social da pessoa presa.” A grande maioria das apenadas relatou serem tratadas de forma desrespeitosa pela administração penitenciária, que nunca se referem a eles pelo nome social e que assim acentua a discriminação e violência dentro do presídio, ao invés de contê-la. Ao passo que outras apenadas afirmaram serem bem tratadas pelos agentes penitenciários. Percebemos, em algumas falas, um discurso mergulhado numa fachada de representação, pois por mais que se esforçasse em obter informações precisas e autênticas, sempre têm

aqueles apenados que são muito desconfiados e inseguros e acabam criando um discurso falacioso como uma forma de se proteger.

Dentre as desvantagens discutidas pelos apenados depois da criação da ala LGBT, destaca-se que existe uma grande dificuldade em conversar com o defensor público, com a assistente social e marcar uma consulta com o médico; que o banho do sol e o dia de visitas acontecem em dias diferentes dos restantes dos outros presos do presídio, assim eles ficam isolados do restante dos outros presos, ocasionando toda uma segregação e diferenciação que só faz aumentar a discriminação o acentuar o distanciamento entre eles, pois as possibilidades de interação não são efetivadas, ocasionando um forte descompasso na socialização com os apenados heterossexuais; reclamam muito da dificuldade em permitir a entrada de produtos para as unhas e os cabelos, pois alegam terem que cortar os cabelos por não ter condições de deixá-los crescer devido à falta de produtos para mantê-los; que o preconceito é muito grande por parte dos integrantes que trabalham na instituição carcerária, o que faz com que a ala LGBT se torne um ambiente maculado e cada vez mais segregado por isso.

Das 11 apenadas entrevistadas nenhuma tinha conhecimento sobre a existência de alguma documentação que fizesse menção a tal implantação da ala LGBT. Ao perguntar a apenada Gisele se ela preferiria continuar na ala LGBT ou voltar para a ala dos heterossexuais, ela respondeu:

Eu queria estar, sim, se houvesse as melhorias e os direitos que nós temos fossem corretos, os direitos que nós tivemos, se melhorasse a questão da saúde, alimentação, entendeu? Gostaria de ficar aqui, mas, como isso é uma coisa impossível, entendeu? Que nós somos uma coisa esquecida, entendeu? Nós somos esquecido por completo deles, entendeu? Prefiro ficar no meio dos outros apenados. Só porque, se eles tirar um direito deles, eles revidam, entendeu? Por eles ser população maiores do que nós, eles temem em tirar o direito deles, porque se é dia de banho de sol, eles dá. Eles dão, porque eles sabem que, se não der, eles vão procurar o direito deles agitando, chamando imprensa, e nós não. E nós, eles já dá quando eles querem, como ele já entrou aqui dizendo que quem manda é ele, que isso daqui é dele, custou o dinheiro dele e, se ele quiser acabar, ele acaba, muitas vezes ele disse isso aqui pra nós. Ele disse que foi feito com o dinheiro dele, se quiser acabar, acaba, então, preferia...

Compreendemos que a apenada Gisele, em seu discurso, compartilha da mesma opinião de outras apenadas que pertencem à ala LGBT, de não fazer questão de permanecer na ala separada, alegando que se por um lado a

administração penitenciária com a criação da ala LGBT resguarda a segurança delas, por outro lado retiram a sua liberdade de ir e vir, que as atitudes segregacionistas por parte da instituição disseminam a ideia de que a ala seja vista como algo que possa contaminar o restante do presídio e que por isso são isolados, sentem-se extremamente insatisfeitos pela ausência de socialização no presídio e que este afastamento dos demais acarretam uma restrição de seus direitos, além de dissipar a violência psicológica nos intramuros da instituição. Ao passo que outras apenadas, mesmo concordando e reivindicando dos mesmos problemas mencionados acima, preferem ficar na ala LGBT por sentirem-se mais seguras e não desejam trocar a tranquilidade que a ala oferece por nenhuma outra vantagem, defendem a existência da ala LGBT por garantir uma convivência pacífica e harmoniosa.

Observamos que os apenados da ala LGBT ficam numa situação de total vulnerabilidade, uma vez que não podem escolher entre ficar junto com os presos heterossexuais ou homossexuais, são levados coercitivamente para a ala LGBT. “Eles mandaram a gente vim para cá, porque tínhamos que ser separados dos outros homens. Não podemos escolher, tem que vim e pronto.” (Apenada Luana) Fato que se encontra em total desacordo com a Resolução Conjunta Nº 1, de 15 de abril de 2014 em seu art. 3º:

Às travestis e aos gays privados de liberdade em unidades prisionais masculinas, considerando a sua segurança e especial vulnerabilidade, deverão ser oferecidos espaços de vivência específicos.

§ 1º Os espaços para essa população não devem se destinar à aplicação de medida disciplinar ou de qualquer método coercitivo.

§ 2º A transferência da pessoa presa para o espaço de vivência específico ficará condicionada à sua expressa manifestação de vontade.

Ao perguntar sobre as regras que regem a ala LGBT, informaram-me que existe algumas normas para garantir uma convivência tranquila, bem como: em dia de visita, o apenado não pode falar palavrões ou gerar qualquer conflito, deve acordar cedo e tomar banho, é inaceitável transitar pela ala LGBT com trajes de banho, não pode trajar roupas curtas que mostrem suas partes íntimas, a vestimenta adequada tem que ser composta. Quando o preso chega à ala LGBT pela primeira vez e desconhece as normas do presídio, a apenada mais velha tem o dever de orientá-lo para que não corrompa as regras e tire a paz alheia, inclusive o primeiro

passo do apenado é tomar banho para tirar o mau cheiro da “gaiola”. Não é permitido deixar seus pertences no banheiro, fato repellido através de punições estabelecidas e perpetradas pelas apenadas da ala LGBT. Geralmente tem uma pessoa que lava os pratos conforme determinação da apenada mais velha, mas isso não dá o direito do apenado ficar sujando o tempo todo, ele mesmo tem obrigação de lavar o que sujou. Quando acaba a última novela, aproximadamente às 21h, a luz da ala é desligada e a TV obrigatoriamente tem que ter o seu volume de som reduzido. Se estiver havendo algum desentendimento com alguma outra apenada tem que se direcionar até a apenada mais velha e relatar o caso para que ela tome as providências cabíveis e estabeleça um diálogo entre as partes para sanar o caso. O roubo é intolerável dentro do presídio, passível de punições severas. E a fofoca também é extremamente rebelada pelo sistema de regras que rege a ala LGBT, passível da punição denominada de Timbalada, a mais rigorosa de todas.

Deparamos com um fato curioso relatado pela apenada Gisele em relação à determinação de tarefas determinadas pelas apenadas da ala LGBT e a forma como é feita a triagem dos presos na chegada ao presídio do Roger pelos agentes carcerários:

Cada um na semana tem os seus dias de lavar os pratos. Dia de sábado, todos faxinam a caxanga. A gente se reúne tudinho e faz a faxina. Uma, um dia, um faz o almoço, se candidata, faz o almoço, faz a janta. E, assim, a gente vai dividindo as coisas e, no final da conta, termina cada um tendo o que fazer. Existe uma pessoa que faz mais do que os outros. Por quê? Porque uma não é homossexual. Eles já tão ultrapassando, porque não é homossexual, nunca foi homossexual, entendeu? Está aqui por causa de artigo, entendeu? Então, eles tão querendo fazer daqui um seguro. Isso aqui é um espaço LGBT, não é seguro. O espaço seguro é o PB4, mas eles tão colocando aqui pessoas que matou crianças, pessoas que não têm dignidade de viver em outros pavilhão, por causa do seu artigo, que é estuprador. Eles jogam aqui dentro.

A apenada Gisele menciona que há um apenado que não é homossexual dentro da ala LGBT e que foi colocado lá pela administração penitenciária por se tratar de um caso específico, pois seria o lugar mais seguro para este apenado, uma vez que se colocasse juntamente com os outros presos, certamente, seria assassinato por causa da natureza de seu crime. Assim, entendemos que a ala LGBT está fugindo dos padrões específicos para que fora criada, funcionando como uma área de depósito e manobra de acordo com os interesses da instituição e

desrespeitando toda a política que rege e resguarda os direitos do grupo LGBT, assim como são assegurados de forma efetiva ao que preza a Resolução Conjunta Nº 1, de 15 de abril de 2014 em seus artigos.

Ao perguntar as apenadas como a ala LGBT é conhecida no presídio do Roger, responderam-me que alguns chamam de “Pavilhão das meninas”, outros de “Ala dos veados”, que a grande maioria menciona a expressão “PB GAY” ou “PB 24”. Mais uma vez, a apenada Gisele desbrava, em seu discurso, um descontentamento em relação ao tratamento dispensado tanto por parte da administração carcerária quanto dos apenados heterossexuais: “Chamam de Pavilhão dos gay. Na língua deles, é o Pavilhão dos Gay, mas nós sabemos que aqui é a ala LGBT, entendeu? Mas eles só chama o pavilhão dos gay ou dos viado.” Compreendemos, em sua fala, uma manifestação revestida de insatisfação com a política de implantação da ala LGBT que se apropria de termos pejorativos e alastram o sentimento de discriminação em todo o complexo carcerário do Roger, criando uma estigmatização ainda maior do que já existia, formando uma verdadeira ilha de preconceitos dentro do presídio do Roger.

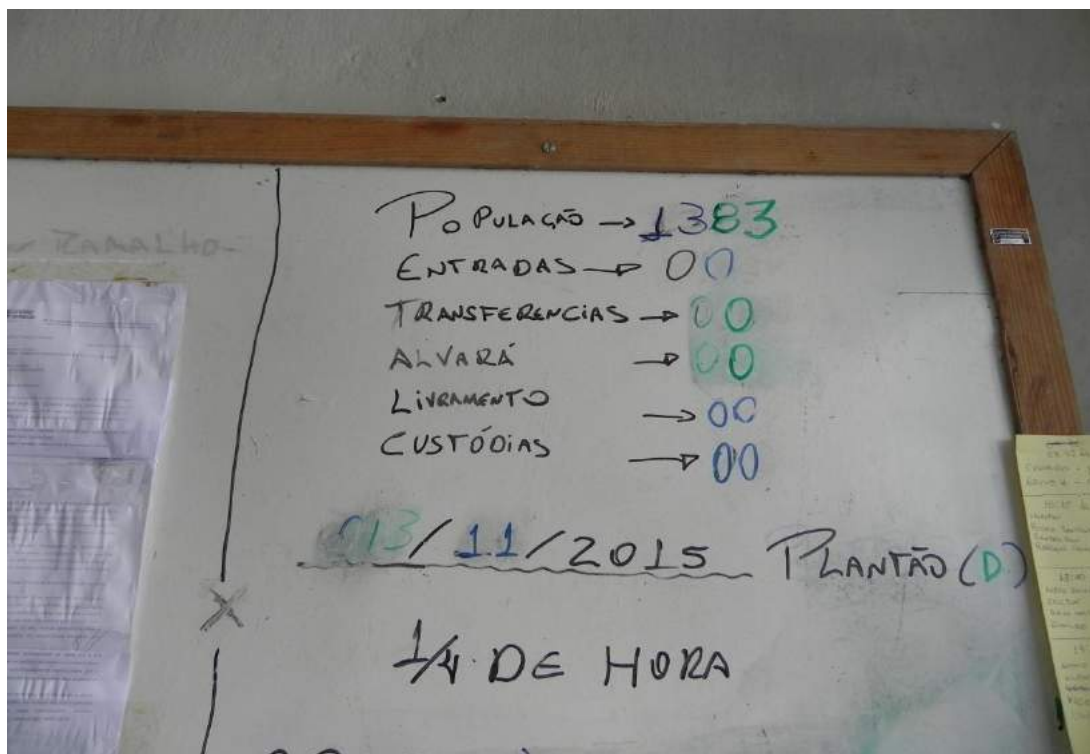


Figura 1 – Quadro de avisos com a contagem geral dos presos do presídio do Roger, atualizada no dia 15.11.2015



Figura 2 – Pavilhão da Diversidade Homoafetiva, grade do lado direito. À esquerda fica a sala de aula. (Ala LGBT)



Figura 3 - Descrição da placa que menciona a implantação da “1ª Ala LGBT DO BRASIL”



Figura 4 – Salão principal da Ala LGBT. Gisele lavando roupas dos apenados heterossexuais em troca de carteiras de cigarro da marca Derby que funciona como moeda de troca



Figura 5 – Apenadas interagindo no horário do almoço. Caxangas do lado direito e ao fundo do salão principal



Figura 6 – Apenados interagindo no horário do almoço. Ao fundo, a Caxanga da Magali que fica ao lado do banheiro e localizada na Rua 1.



Figura 7 – Parte interna da caxanga da Magali.



Figura 8 – À esquerda, Fabrícia fazendo pose em sua caxanga que fica localizada na Rua 2 e, ao lado, a apenada Estéfani e Gisele em frente a caxanga da Lucinha que fica localizado na Rua 1.



Figura 9 – Imagem da caxanga de Gisele. Sentada na cama é Gisele e fazendo pose, em pé, é a Susana. Fica localizada na rua 3, a mais distante do barulho e com mais privacidade. Foi nesse espaço que aconteceu todas as entrevistas. A mais espaçosa e limpinha. Antigamente pertencia a Júlia, a que detinha o poder por ser a mais velha depois da Magali. Todas as decisões eram determinadas pela Júlia que possuía um alto poder de persuasão frente às negociações com a Direção do presídio. Por isso, ganhara o privilégio de articular as regras dentro da ala. Era muito respeitada. Ao sair da prisão, designou que sua caxanga fosse habitada pela apenas Gisele.



Figura 10 – Susana insistiu para que eu a fotografasse em sua caxanga que fica localizada na rua 3.



Figura 11 – Lucinha sentada em sua caxanga toda revestida de lençóis coloridos que fica localizado na Rua 3.



Figura 12 – Cozinha improvisada entre a Rua 2 (entre duas caxangas) e a Rua 1. Na Rua 2 fica o fogão de pedra com fios elétricos e algumas caixas de papelão contendo mantimentos. E na Rua 1 ficam as panelas, pratos, canecas e uma caixa com mais mantimentos doados pela cozinha principal do presídio.



Figura 13 – Banheiro da Ala LGBT



Figura 14 – Apenadas da Ala LGBT.



Figura 15 – Apenadas da Ala LGBT



Figura 16 – Apenadas da Ala LGBT



Figura 17 – Momento de despedida. Agradecendo as apenadas da Ala LGBT pela convivência pacífica que construímos nos 5 meses de pesquisa.



Figura 18 – Primeiro presente que ganhei da apenada Luana, uma flor feita de papel pela própria apenada da Ala LGBT.

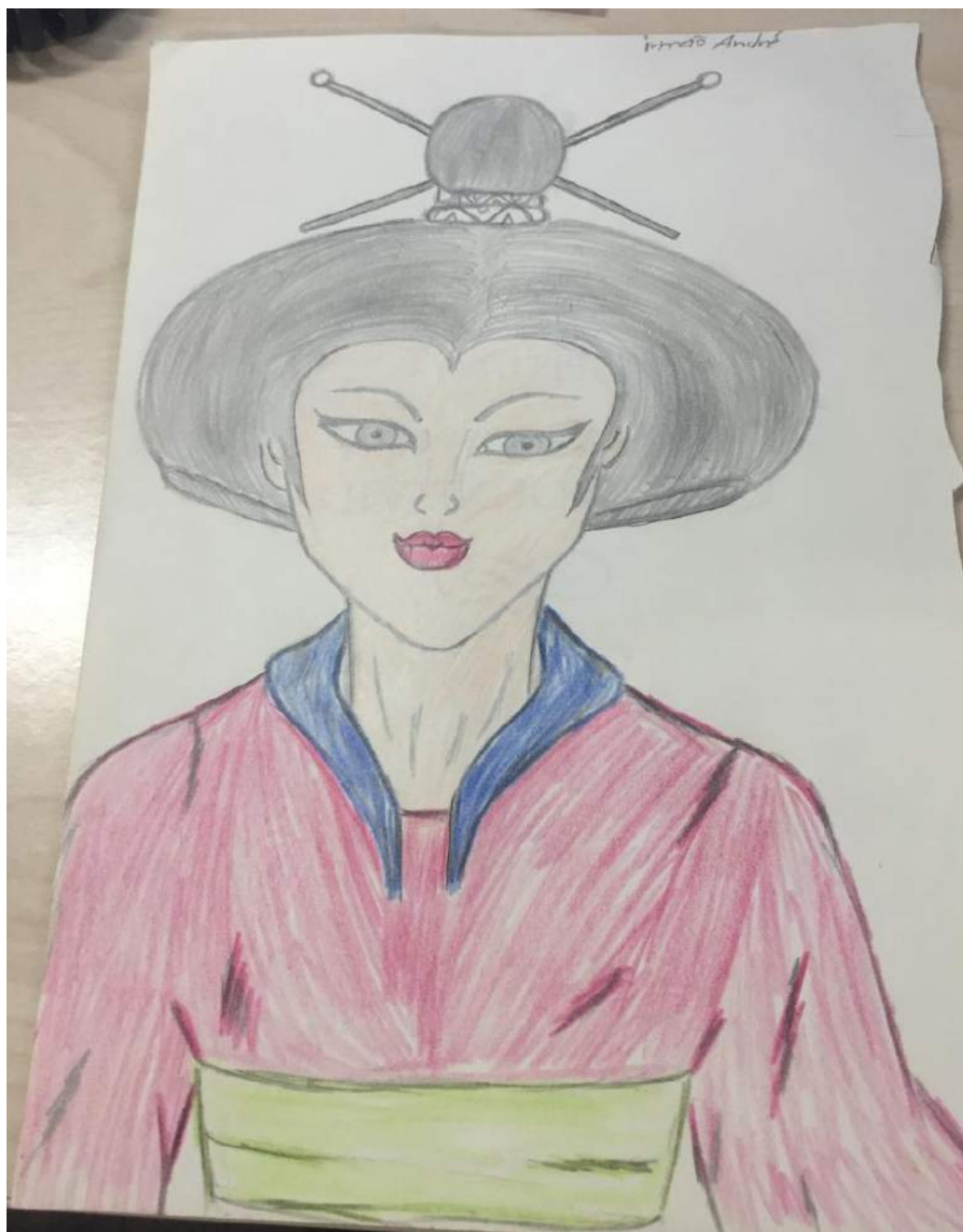


Figura 19 – A gueixa. Um desenho feito pelo apenado Adriano. Em todas as visitas, ele me recebia com um desenho ou uma mensagem bíblica.

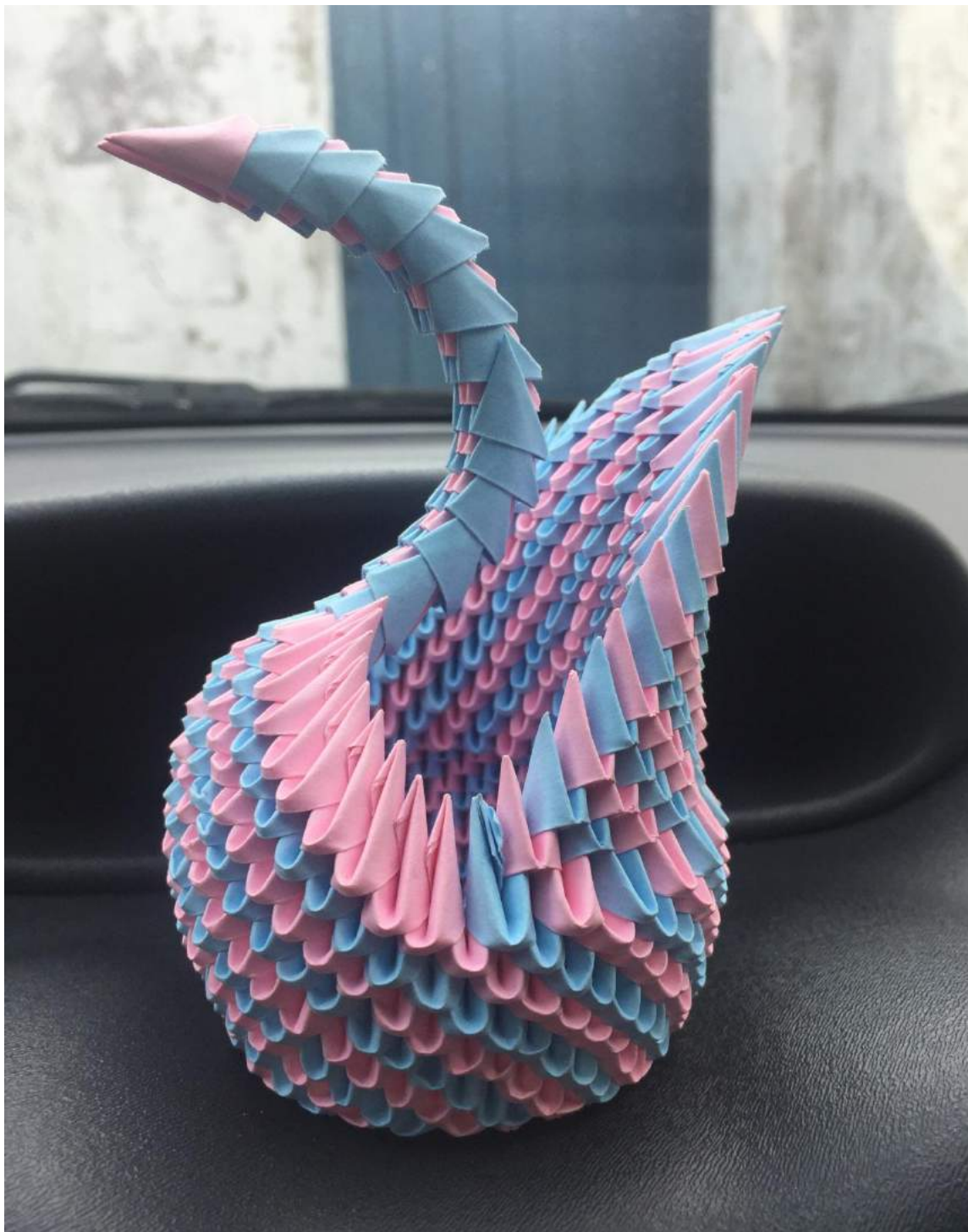


Figura 20 – Um lindo Cisne de Origame feito por um presidiário do Pavilhão IV que enviou por Júlia para me entregar.



Figura 21 – Festinha de final de ano organizado, com muito carinho, pelas professoras do presídio do Roger para todos os seus alunos. Infelizmente, por questões profissionais, não pude estar presente. As professoras numa atitude gentil me mandaram as fotos e as felicitações das apenas da Ala LGBT.



Figura 22 – Festinha de final de ano para os alunos do Presídio do Roger



Figura 23 – Apenadas da Ala LGBT que assistem aulas juntamente com as professoras. Da esquerda para a direita: Estéfani, Fabrícia, Prof.^a Fátima, Prof.^a Aparecida, Luana, Gisele e Lucinha.



Figura 24 – Organizamos alguns produtos para doação de forma igualitária. Lençóis, lancherinhas com doces e uma mensagem de paz para transmitir o espírito natalino.



Figura 25 – Doação de lençóis aos apenados que assistem às aulas. O lençol é um bem precioso nos intramuros do presídio, pois além de cobrir para agasalhar, serve para construir as caxangas para se ter mais privacidade dentro das alas.

CAPÍTULO 3 - VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA

A violência homofóbica se caracteriza por apresentar aspectos que são considerados como discriminatórios ou preconceituosos. Tais particularidades que tem como principal finalidade substanciar a homofobia são ocasionadas por uma variedade de agressões que minam e deturpam a dignidade e o caráter humano do indivíduo, que se vê aturdido em manifestações que desumanizam a sua existência, qualificando-o como o oposto do essencialmente apropriado para uma sociedade “sadia”, por fugir dos padrões estabelecidos e considerados “normais”. Como menciona Becker (2008, p.13) “(...) em toda parte pessoas envolvidas em ação coletiva definem certas coisas como “erradas”, que não devem ser feitas, e geralmente tomam medidas para impedir que se faça o que foi assim definido.” Ao que foi mencionado em entrevista com o diretor do presídio do Roger referente às violências que transcorriam antes da implantação da Ala LGBT:

Assim, esse público não é aceito dentro da cadeia pelos outros detentos, né? E aí, o que é que acontecia? Esses homossexuais, os transexuais, eles ficavam dentro do PB4, que era o pavilhão seguro. E, nesse pavilhão, fica crimes contra costumes, presos que têm problemas com as facções etc e tal. Chegava ao nosso conhecimento que esse pessoal era abusado diariamente, tanto através de violência sexual, que chegou até o meu conhecimento também, mas, principalmente, sendo obrigado a fazer os afazeres domésticos, entre aspas, do que tinha no pavilhão, como lavar roupa, fazer a faxina de todo o pavilhão e etc.

Observamos que tais grupos negligenciados socialmente são jogados para uma plataforma que não se alimenta das diretrizes da normalidade impostas pela coletividade. Para Becker (2008, p.13) “Dentro dessas comunidades, porém, operam os mesmos tipos de processo de fabricação de regras e de detecção dos que as violam.” Os grupos homossexuais, travestis e transexuais se encontram fora do contexto social e moral, por esses motivos sofrem violências homofóbicas de várias naturezas, dentre as mais recorrentes, destacam-se as agressões psicológicas, físicas e sexuais. De acordo com o relatório sobre violência homofóbica no Brasil:

Discriminações são violências cometidas contra indivíduos por motivos diversos, possuem um forte componente de violência simbólica, e podem ser exercidas também pelo poder das palavras que negam, oprimem ou

destroem psicologicamente o outro. Nesse sentido, é notável o poder do preconceito sofrido, que infere não apenas na conformação das identidades individuais, mas também no delineamento de possibilidades de existência e trajetória de vida da população LGBT na sociedade brasileira. Vale também sublinhar que a violência homofóbica é cometida contra os indivíduos cuja orientação e/ou identidade de gênero presumidas não se conformam à heteronormatividade. (BRASIL, 2012, p.11)

Compreendemos que a sociedade elabora os seus costumes, as suas regras, as suas condutas, e que há uma tendência coercitiva que se camufla num ato natural de adaptação que responde às capacidades transformadoras dos atos morais. Conforme Durkheim (1970, p.50) “Toda moral se nos apresenta como um sistema de regras de conduta. Entretanto, todas as técnicas são igualmente regidas por máximas, que prescrevem no agente a forma pela qual deve conduzir-se em determinadas circunstâncias.” As atitudes repetitivas de ataques homofóbicos se transfiguram numa certa naturalização do ato, trâmites estabelecidos como “normais” pela sociedade, encontraria respaldo numa legitimidade do ato, tido como certo e apropriado, uma prática que se estabeleceu pelo reforço da ação social, principal legitimadora do ato moral. O representante do movimento LGBT na Paraíba menciona como acontece essa transformação:

(...) é natural um transexual ser jogado aqui dentro, é natural essa prática de violação com o transexual. Então assim, até a própria ideia que, da ideia do privilégio, que achar que isso era um privilégio, que isso que se diferenciava ia ser melhor do que os outros, então isso em algumas entrelinhas, em algumas falas, a gente via isso presente nas falas da administração.

Partindo dessa premissa, entendemos que a moral é formada por um conjunto de regras que emana da sociedade e que se manifesta instantaneamente às consciências, assim assemelha-se aos fatos sociais que se originam das representações coletivas, elemento substancial da teoria durkheimiana que nos auxilia a compreender de que maneira ele fundamenta socialmente a moral. De forma clara e objetiva, Durkheim (1970, p.52) enriquece a discussão quando afirma:

Nunca, na realidade, a qualificação de moral foi aplicada a um ato que tivesse por objeto apenas o interesse do indivíduo, ou seu aperfeiçoamento considerado de maneira puramente egoísta; — Se o indivíduo que sou não constitui uma finalidade que tenha *por si mesma* uma característica moral, o mesmo acontece necessariamente com os indivíduos que seus semelhantes e que de mim não diferem senão em gradação, tanto para

mais como para menos; — Daí se concluirá que, se *existe uma moral*, ela não pode ter por objetivo senão o grupo formado por uma pluralidade de indivíduos associados, isto é, a sociedade, *com a condição, entretanto, que ela possa ser considerada como uma personalidade qualitativamente diferente das personalidades individuais que a compõem*. A moral começa, pois, onde começa a ligação com um grupo, qualquer que ele seja.

Identificamos que a sociedade está em constantes mutações e que a coletividade é responsável pelo processo inovador e transformador dos atos morais. Assim, compreendemos que as violências destinadas aos grupos, no caso LGBT, acompanham toda uma perspectiva histórica e cultural, fazem parte de um contexto social que se configura de acordo com as diretrizes padronizadas das representatividades estabelecidas pelo período em vigor ou época.

3.1 Acepção da Moral Sociológica de Émile Durkheim

O estudo da moral na perspectiva durkheimiana apoia-se em um panorama que explora e desmistifica em que consiste o fato moral. Atenta-se na importância de conhecer teoricamente a efetividade da moral através de uma minuciosa observação, de forma contínua, de sua realidade ao reparar as condições que a caracteriza, partindo dos sinais que emanam e da qual se consubstancia. Conforme Durkheim (1970, p.50) “Toda moral se nos apresenta como um sistema de regras de conduta. Entretanto, todas as técnicas são igualmente regidas por máximas, que prescrevem no agente a forma pela qual deve conduzir-se em determinadas circunstâncias.”

Partindo dessa premissa, entendemos que a moral é formada por um conjunto de regras que emana da sociedade e que se manifesta instantaneamente às consciências, assim assemelha-se aos fatos sociais que se originam das representações coletivas, elemento substancial da teoria durkheimiana que nos auxilia a compreender de que maneira ele fundamenta socialmente a moral. De forma clara e objetiva, Durkheim (1970, p.52) enriquece a discussão quando afirma:

Nunca, na realidade, a qualificação de moral foi aplicada a um ato que tivesse por objeto apenas o interesse do indivíduo, ou seu aperfeiçoamento considerado de maneira puramente egoísta; —Se o indivíduo que sou não constitui uma finalidade que tenha *por si mesma* uma característica moral, o mesmo acontece necessariamente com os indivíduos que seus semelhantes e que de mim não diferem senão em gradação, tanto para

mais como para menos; — Daí se concluirá que, se *existe uma moral*, ela não pode ter por objetivo senão o grupo formado por uma pluralidade de indivíduos associados, isto é, a sociedade, *com a condição, entretanto, que ela possa ser considerada como uma personalidade qualitativamente diferente das personalidades individuais que a compõem*. A moral começa, pois, onde começa a ligação com um grupo, qualquer que ele seja.

Evidenciamos que a moral está sempre relacionada com o contexto histórico vivenciado, continuamente associando-se com a natureza da sociedade a qual está inserida, apresentando suas particularidades e especificações de ações que nos indicam como devemos nos conduzir na diversidade de circunstâncias que nos rodeiam. “A moral é sempre uma construção social, e por isso mesmo não é eterna, absoluta e tampouco está inscrita em qualquer forma superior de razão [...]” (WEISS, 2011)

Compreendemos que a moral é um fenômeno que faz parte de um constructo das interações e representações sociais implementadas ao longo da história, ou seja, que apresenta uma remodelagem constante de conceitos e que a sociedade é parte de seu fundamento e origem, assim, Durkheim tratou de elaborar uma maneira sociológica de abordar a moral, partindo de uma epistemologia empírica, distante das abordagens filosóficas.

3.2 Características essenciais do Ato Moral

Os argumentos apresentados por Durkheim, de que o fato moral é constituído de regras e máximas que conduzem e direcionam os comportamentos dos agentes, encontram respaldo em um caráter imperativo que impulsiona e fundamenta a moral em geral. Esse caráter impositivo da moral se apresenta como um dever e um bem, uma vez que não se origina das nossas consciências individuais, e, sim, que tais características emanam da própria sociedade. Assim, Durkheim (1970, p.52) explica:

Daí se concluirá que, se *existe uma moral*, ela não pode ter por objetivo senão o grupo formado por uma pluralidade de indivíduos associados, isto é, a sociedade, *com a condição, entretanto, que ela possa ser considerada como uma personalidade qualitativamente diferente das personalidades individuais que a compõem*. A moral começa, pois, onde começa a ligação com um grupo, qualquer que ele seja.

O bem e o dever englobam as duas características essenciais do ato moral, pelo fato, principalmente, de ser uma criação social, destacando-se também que há outros determinantes importantes que compõem esse cenário moral que será explicitado no decorrer do presente trabalho. Na realização de uma determinada ação moral é importante que ela seja revestida, de alguma maneira, de um aspecto pautado no interesse, que apresente certa desiderabilidade em corresponder às expectativas de nossa sensibilidade. “É a este desejável *sui generis* que damos habitualmente o nome de bem.” (DURKHEIM, 1970)

Desse modo, Durkheim (1970, p.53) complementa:

Mostraremos que a sociedade é um bem desejável para o indivíduo, que não pode existir fora dela, que não pode negá-la sem também negar a si próprio; que, ao mesmo tempo, uma vez que a sociedade ultrapassa o indivíduo, este não pode querê-la e desejá-la sem cometer certa violência com sua natureza de indivíduo; Faremos ver, em seguida, como a sociedade, ao mesmo tempo em que é um bem, é uma autoridade moral que, comunicando-se a certos preceitos de conduta que lhe são particularmente caros, a estes confere caráter obrigatório.

Entendemos que não é apenas importante e, sim, de fundamental relevância que a constituição do ato moral seja desejada. “Portanto, mesmo em seu caráter imperativo, quando nos ordena a ação, a regra moral não pode abrir mão de sua outra face, não pode deixar de ser desejada [...]”. (WEISS, 2011)

A busca em satisfazer o desejável se relaciona com o intuito de corresponder aos aspectos do ideal moral, que é um bem criado pela sociedade, e visto que a sociedade é a origem da força moral, somos atraídos por ela, pois o desejo se concretiza ao aderir ao ideal moral formado pela sociedade. Conforme Weiss (2011, p.151):

[...] a moral é um sistema de regras sancionadas (cuja desobediência implica uma punição pré-estabelecida) e que desperta em nós um respeito incomensurável. Fiel a sua teoria, afirma logo em seguida que, para que possa ser cumprido um dever desse tipo, seria necessário que os atos exigidos não nos pareçam totalmente estranhos, ou seja, a regra deve exigir uma ação que, em alguma medida, possamos desejar cumprir, porque a consideramos correta, ou até mesmo, boa.

Notamos que as regras morais são dotadas de um domínio que estabelece uma autoridade pautada em uma ação coercitiva, constituída efetivamente pela

opinião pública, ou seja, pelas representações coletivas, de onde provém o dever. “[...] é seu caráter coercitivo que nos remete à definição da moral enquanto dever [...] os sentimentos coletivos, o vínculo no seio de um grupo e a ligação de cada indivíduo com esse grupo.” (WEISS, 2011)

A sociedade é uma autoridade moral e o ato moral aparece como um dever que constrange a nossa vontade, então quando nos rebelamos contra a imposição do dever, especificamente, infringimos regras morais que estão segmentadas em um ideal social determinado, e contrário ao ideal moral estabelecido, ficaremos suspensos em uma rede de sanções que ordenará critérios de exclusão das mais diversas ordens. Verifica-se uma explanação bastante sucinta em Weiss (2007, p.65) quando enfatiza a questão da particularidade referente à obediência das regras morais, ou seja, o dever:

Para que a regra seja obedecida tal como convém que seja obedecida, nós devemos nos submeter a ela não para evitar penas ou para lograr recompensas, mas tão-somente porque a regra ordena, e por respeito à própria regra, porque ela se apresenta a nós como respeitável. Em uma palavra, devemos agir tal como dita a consciência pública, devemos cumprir o dever simplesmente porque é dever, por respeito ao dever. [...] Porém, vocês também compreendem que, para que assim seja, essas regras precisam ter um prestígio muito particular, uma autoridade excepcional que nos faça nos prostrarmos a sua vontade e que nos imponha obediência. Sim, essas regras morais possuem tal autoridade.

O imperativo que se manifesta no dever carrega uma característica particular que se revela na obrigatoriedade da regra moral. Aqueles que desobedecem aos ideais morais são excluídos e entregues a toda sorte de sanções aplicadas pela sociedade, e aqueles que agem de acordo com as regras morais são louvados e dignos de respeito pela opinião pública, ou seja, estão em sintonia com os ideais sociais e compartilha dos códigos morais essenciais para a estabilidade da moralidade.

Compreendemos que, ao realizar o ato moral com certa vontade, interesse e desejo estamos aderindo a leis que não foram elaboradas individualmente, que não partiu de uma ação unificada, com interesses específicos, trata-se de uma ação que foi projetada de forma conjunta, de um sistema que se originou através das consciências coletivas, deixando a sensação de que essa aderência às regras impostas pelos grupos sociais, ocasione desconforto e constrangimentos, ao ter a

noção de que essa incorporação nos remeta ao sentimento de estarmos violentando uma parte de nossa natureza.

De acordo com Durkheim (Weiss *apud* 2011, p.149):

A explicação para a obrigatoriedade da moral, para essa ascendência incontestada que exerce sobre o indivíduo, deveria ser buscada na própria noção de “autoridade”, genericamente definida como “o caráter que atribuímos a um ser, não importa se real ou ideal, que concebemos como constituindo uma potência superior àquela que possuímos.” Portanto, isso equivale a dizer que o indivíduo obedece porque tem a percepção, mesmo que inconsciente de que existe algo por trás da regra, algo de que a regra é tão somente a expressão mais exterior. Afinal, que “algo” é esse? É a sociedade, sujeito *sui generis* dotado de uma “consciência própria”, que é a depositária de todos os bens morais e intelectuais produzidos pelo homem ao longo de sua história. Por isso mesmo, o homem percebe-a como potência que o transcende infinitamente e o respeito que nutre pela regra, o cumprimento imediato de suas prescrições, não é mais do que uma extensão do sentimento de temor e respeito que nutre por ela.

Sendo assim, para que o sentido da obrigação tenha eficácia e efetividade na relação estabelecida com a constituição das regras morais, é de extrema relevância que exista uma moral aprimorada, que se imponha, sem possíveis questionamentos ou qualquer refutação. De acordo com as palavras de Augusto (2009, p.223):

Em outros termos, o indivíduo é o que a sociedade faz dele, mediante o processo socializador; o reconhecimento dessa verdade essencial deverá levá-lo a aderir voluntária e racionalmente às regras morais que dão fundamento à vida social e, portanto, à sua própria vida. Trata-se de um conformismo consentido baseado na razão, que é princípio da moralidade. A submissão às regras morais não é, portanto, resignação passiva, mas, antes, adesão esclarecida.

As regras morais revestem-se de uma autoridade moral, dotadas de uma razão, autonomia e disciplina que se apresentam como um conjunto de códigos de deveres, condições essas que desempenham determinada influência e ação coercitiva para a manutenção de uma vida social estruturada e racional. “Querer livremente é querer o racional: é querer atuar conforme à natureza das coisas.” Durkheim (*apud* Augusto, 2009, p. 222)

A vontade para ser plenamente moral precisa transportar em seu caráter as particularidades da imprescindível autonomia, que se apoia em uma vontade racional, daquilo que a razão considera como sendo o bem. “Quando utiliza a razão

em sua atividade, o homem age moralmente e, ao mesmo tempo, atua com autonomia, porque segue a lei de sua natureza.” (AUGUSTO, 2009)

A partir do momento em que os indivíduos passam pelo processo de “adesão ao grupo”, que conseguem captar as regras morais impostas pelas representações coletivas e atentam para a necessidade de se engajar voluntariamente às ações coercitivas, é legítimo que sua constituição de identidade autônoma seja possível, o que supõe adesão consciente pautada na racionalidade. Segundo Augusto (2009, p.223):

Autonomia não consiste, portanto, em afastamento ou negação da sociedade; antes, supõe adesão consciente a ela, na medida em que o indivíduo em questão percebe racionalmente que esse assentimento faz parte de sua natureza e é condição de sua existência. Desse modo, a precedência do social sobre o individual significa a possível vigência da liberdade.

As características da realidade moral apresentam uma diversidade significativa de combinações, em proporções, geralmente, variáveis, onde predomina, em maior ou menor, resultado imprevisível de mensurar ou constatar, a ideia do dever, do bem, da obrigação, da autoridade e da autonomia. Particularidades que fazem parte de um sistema vigoroso em que suas condutas sejam continuamente apoiadas por um conjunto de regras consistentes e fortes.

Durkheim (1970, p.90) realiza uma compreensão da estrutura moral e de sua ação concreta na determinação da vontade e nos remete à definição de moral em suas respectivas prescrições:

É da sociedade que nos vem tudo que é essencial à vida mental. Nossa razão individual é e vale tanto quanto essa razão coletiva e impessoal, que é a ciência, fato social por excelência, tanto pela maneira pela qual é criada, quando pela maneira pela qual se conserva. Nossas faculdades estéticas, a finura de nosso gosto, dependem do que seja a arte, fato social por idêntica razão. É à sociedade que devemos nosso domínio sobre as coisas, o que faz parte de nossa grandeza.

A moral defendida por Durkheim encontra na sociedade o seu fundamento e origem, ou seja, aparece a coletividade de formas variadas e os remete a agir através de uma imposição, já que é exterior e apresenta características legitimamente apoiadas nos fatos sociais, que segue o enigma das regras morais focadas em seu ideal social, criados pelas consciências coletivas e, assim, a atração

por essa força coercitiva se concretiza. Dito isso, constatamos que esses principais elementos que compõem a cadeia do ato moral constituem o núcleo da teoria moral durkheimiana.

3.3 A Relação do Sagrado com a: Moral, Moral Laica e a Educação Moral

A partir de uma análise minuciosa das representações coletivas, poderemos explicar o caráter sagrado atribuído às coisas morais. “Se comparo a noção do sagrado com a do moral, não é apenas para fazer uma associação mais ou menos interessante, mas porque é muito difícil compreender a vida moral sem assemelhá-la à vida religiosa.” (DURKHEIM, 1970). Tratando-se de uma potência investida de autoridade, a moral, é apresentada como algo eminentemente sagrado, revestida de uma determinação autoritária que emana poder do fenômeno religioso, de acordo com a relação desenvolvida com a sociedade como um todo.

A compreensão do fenômeno religioso supõe o entendimento dos aspectos que a caracteriza, bem como sua peculiaridade sagrada e misteriosa, fundada sobre a ideia divina ou de qualquer outro ser espiritual superior. “Durante séculos a vida moral e a vida religiosa estiveram intimamente ligadas e até mesmo perfeitamente confundidas; ainda hoje somos obrigados a constatar que essa união estreita subsiste na maioria das consciências.” (DURKHEIM, 1970)

O caráter sagrado da moral é encontrado nos fatos, visto que os acontecimentos históricos sempre apresentaram características da religiosidade. Seria terminantemente impossível que se retirasse tais peculiaridades, sob pena de perder sua essência e deixar de ser o que é. “A moral não seria mais a moral se nada mais tivesse de religioso. [...] decorre evidentemente que a vida moral não pode e nunca poderá se despojar de todas as características que tinha de comum com a vida religiosa.” (DURKHEIM, 1970)

A perspectiva durkheimiana enfatiza a questão da forte sedimentação da religiosidade na vida moral, onde a divindade, nada mais é do que a sociedade marcada pela profunda transformação em sua natureza, uma verdadeira metamorfose em sua essência, fantasiada simbolicamente para corresponder a uma idealização criada pelos ideais sociais. “A esse ponto da discussão, Durkheim

introduz uma referência à religião, cujos símbolos foram o invólucro sob o qual as ideias morais se apresentaram ao homem ao longo da história.” (WEISS, 2011).

A religião apresenta uma quantidade variada de símbolos que traduzem essa transfiguração da imagem do divino, do elemento sagrado em formas de representações que atuam para suprir, de certa maneira, a carência desenvolvida na sociedade. Dessa forma, esses sistemas de figuração criados foram concebidos com o intuito de determinar como o homem deve comportar-se com as coisas sagradas. “Trata-se de uma potência investida da autoridade necessária para legislar, e a majestade com que é representada é transferida para a própria lei, enquanto prolongamento de seu ser.” (WEISS, 2011).

De forma mais detalhada, atentamos para a observação de que a base da divindade foi erguida pelos símbolos criados pela coletividade, onde as crenças e os ritos, dentre os inúmeros códigos e sistemas sagrados, desempenham o retrato dos “estados de opinião”, ou seja, elementos simbolicamente elaborados para representar à natureza das coisas sagradas. É a sociedade que representa o poder dos deuses. Desse modo, Weiss (2011, p.153) oferece uma resposta consistente:

Assim, a existência de Deus explicaria a regra moral em sua obrigatoriedade e em sua desejabilidade, uma vez que a relação que se tem com a regra não é mais que o reflexo da relação que se tem com a própria divindade. [...] o que realmente importa com relação à ideia de Deus é o caráter sagrado que lhe atribuímos. [...] o caráter sagrado atribuído a Deus ou a qualquer divindade é, na verdade, a expressão da sacralidade imanente à própria sociedade. [...] Desse modo, partindo das ideias de dever e de bem, da magnitude da moral, de sua natureza, de sua origem que transcende os indivíduos, Durkheim realizou uma referência à ligação entre moral e religião, procurando apontar como essa ofereceu um fundamento que explicaria todas aquelas características: Deus. Com essa alusão, preparou o terreno para apresentar as coisas morais como bens que possuem a mesma sacralidade das coisas da religião, embora a origem da moral, sociologicamente considerada, não seja Deus, mas, a sociedade.

Diante de tal explicação, entendemos que a religião, em toda sua amplitude, é fruto de uma unidade moral consistente, fundamentada na base dos ideais sociais que compõem um cenário diversificado de crenças e práticas, carregadas de um simbolismo que apresenta uma caracterização sagrada voltada para reunir numa mesma comunidade moral a todos àqueles que aderem a ela. “[...] fato de que a religião é uma comunidade moral, colocando em evidência seu caráter social. [...]

relação entre deus e sociedade, que é uma das dimensões fundamentais para explicar a origem do sentimento do sagrado.” (WEISS, 2012)

No âmbito religioso, a moral foi apresentada como algo sagrado, revestido de simbologias e autoridade, onde a existência divina explicaria a regra moral em sua obrigatoriedade, que deveria ser reverenciada por apresentar tais características. Por outro lado, Durkheim defendia a instituição de uma moralidade laica, ou seja, a defesa de uma moral que não depende de Deus para existir. “De acordo com sua percepção, isso traria grande vantagem em relação à moral religiosa, porque tornaria possível uma maior autonomia, sem que houvesse prejuízo das outras características inerentes à moralidade.” (WEISS, 2007)

De modo geral, a percepção de Durkheim era construir uma moralidade absolutamente independente de concepções metafísicas e religiosas, uma educação moral de fundamento laico, onde a moralidade não encontra espaço na religião. “Em linhas muito gerais, trata-se de uma moral que não recorre a qualquer tipo de realidade extra-mundana para justificar os seus preceitos, os seus valores. Trata-se, em suma, de uma moral que não depende de Deus para existir.” (WEISS, 2013)

O ensino laico da moral deveria ser ministrado sob o pretexto de que era constituído de parâmetros centrados especificamente sobre a liberdade individual, deixando à deriva qualquer menção ao caráter sagrado destinado a qualquer divindade. “Deveria ser uma moral fundada sobre a liberdade individual, à qual os indivíduos poderiam aderir livremente, porque a reconheceriam como justa, uma moral criada pelos seres humanos e para os seres humanos.” (WEISS, 2013). Essa moral laica teria a sua estrutura sedimentada em bases individualistas, mas que os indivíduos compreendem que sua criação partiu de preceitos puramente sociais, ou seja, por indivíduos através do processo de interação. “Em suma, é importante notar que este “individualismo moral” não se refere ao culto das individualidades, das particularidades, mas àquilo que há de propriamente humano em cada ser, portanto, refere-se àquilo que é compartilhado.” (WEISS, 2013)

Durkheim realçou repetidas vezes que o ensino da moral laica deveria ser amparado inteiramente no desapego aos preceitos religiosos, o caráter sagrado não faria parte da educação moral, que tinha em sua estrutura uma explicação racional que correspondia ao “espírito de autonomia”, elemento constitutivo da moralidade. É

necessário ter bem claro que o alicerce da racionalidade se fundamenta nas normas socialmente produzidas. De acordo com Augusto (2009, p.219):

Aliás, a função da educação moral é exatamente essa: inscrever os elementos da moralidade nas crianças, de forma racional, de tal modo que elas sejam incitadas a aderir às normas socialmente impostas, a partir da compreensão do papel determinante desempenhado pela vida social em sua existência, enquanto condição mesma de sua sobrevivência – moral, psíquica e, até, física.

Portanto, a moral laica corresponde a uma profunda reflexão diante dos acontecimentos, onde toda a profusão de ideias e pensamentos pode ser submetida a uma avaliação crítica. A ponderação torna-se parte constitutiva da moralidade, de modo que apresenta características puramente racionais que apresentam uma concepção inteiramente autônoma.

3.4 Finalidade de toda atividade moral: a sociedade

Entendemos que um dos aspectos mais importantes da teoria moral durkheimiana é que a sociedade se caracteriza como sendo o pilar de toda a constituição que envolve a atividade moral, ou seja, as regras morais são produtos de fatores sociais determinados. “A moral começa, portanto, onde começa a vida em grupo [...] Ocorre apenas que a sociedade é algo mais que uma potência material: é uma grande potência moral” (DURKHEIM, 1970). Se as regras morais são determinadas através das representações coletivas, compreendemos que o ato moral não estará vinculado a uma ação desenvolvida exclusivamente pelos indivíduos, e, sim, pelos grupos sociais. Conforme Durkheim (1970, p. 67):

É preciso ainda que a personalidade coletiva seja algo mais que a totalidade dos indivíduos que a compõem; pois, se ela não fosse senão uma soma, não poderia ter maior valor que os elementos que a formam e que, por si próprios, não têm nenhum. Chegamos pois à seguinte conclusão: se existe uma moral, um sistema de obrigações, é preciso que a sociedade seja uma pessoa moral qualitativamente distinta das pessoas individuais que a compõem e da síntese da qual ela resulta. [...] Nós admitimos como postulado que a sociedade seja especificamente distinta dos indivíduos, porque de outra forma a moral seria sem objeto e o dever não teria em que ser aplicado.

Nessa perspectiva, apreendemos que o indivíduo adere aos postulados desenvolvidos pelos grupos sociais e passam a fazer parte do cenário da coletividade, onde as regras morais formuladas de acordo com o contexto histórico vivenciado atendem aos preceitos estabelecidos pelos ideais sociais. “Mas a sociedade é outra coisa: é, antes de mais nada, um conjunto de ideias, de crenças, de sentimentos, de toda espécie que se realizam por meio dos indivíduos; e na primeira linha dessas ideias, encontra-se o ideal moral que é sua principal razão de ser.” (DURKHEIM, 1970)

Uma socialização apropriada corresponde ao vínculo existente de submissão dos indivíduos, a forte ação coercitiva de suas consciências coletivas que anulam qualquer possibilidade de confronto que combata as particularidades existentes nos ideais sociais, os quais adotam uma posição única de uma moralidade efetivamente coercitiva. De acordo com Durkheim (1970, p.77):

Parece que, se a moral é o produto da coletividade, deve impor-se necessariamente ao indivíduo e este deve limitar-se a aceitá-la passivamente, sem ter nunca o direito de se levantar contra ela, qualquer que ela possa ser. Seríamos assim condenados a seguir sempre a opinião, sem jamais poder, com justa razão, contra ela nos insurgir. [...] de forma alguma poderemos aspirar a uma moral diferente daquela que é exigida por nosso estado social. [...] É da sociedade e não de mim que depende a moral.

Para a sociedade se constituir é preciso que ela penetre na individualidade humana e passe a fazer parte de sua natureza, criando um dualismo que sustenta a existência dos grupos sociais, já que as consciências coletivas necessitam desse ser individual para estender o seu postulado de ideal social, e, assim, a união do indivíduo com o coletivo se originará no ideal real. “De modo bastante genérico, um ideal é um corpo de ideias, mas ideias investidas de uma autoridade e uma força especiais, que fazem dele representações capazes de incitar à ação.” (WEISS, 2013)

O ideal social é o mecanismo de ação criado pela coletividade, compreendido por uma cooperação dos indivíduos que pelo processo de socialização passa a corresponder à dualidade, social e individual, que absorve a natureza humana. A autora Weiss (2013, p.54) explica de forma objetiva:

Mas não é apenas isso que faz com que o ideal seja uma produção coletiva, não é apenas o fato de que todos compartilham a representação, mas especialmente por ela ter sido elaborada coletivamente, como resultado de combinações das consciências individuais, uma combinação produzida pela interação, pela deliberação, pela reflexão conjunta. Por isso é mais que a soma, é um produto da interferência mútua, não a soma das representações ou consciências singulares. O ideal é uma criação coletiva precisamente nesse sentido.

Entendemos que os ideais são tipos importantes de representações que interagem com o intuito de se dedicar à realização de fins comuns. Pressupõe que conheça a natureza humana que precisa ser dualística, pois essa discrepância entre individual e social é o que forma o ideal social, que diferem em termos de suas origens e de suas propriedades e, ao se negarem e se contradizerem formam conceitos que são o verdadeiro extrato social da realidade. Conforme Weiss (2013, p.410):

Assim, as representações individuais são pessoais, dizem respeito ao mundo tal como é percebido pela nossa sensibilidade, e seus imperativos práticos dizem sempre respeito aos nossos interesses pessoais, enquanto as representações coletivas orientam nossa conduta na direção de fins sociais, e intermedeiam nossa relação com o mundo a partir de conceitos partilhados intersubjetivamente. Aliás, é o próprio fato de que compartilhamos esses ideais o que garante a possibilidade da vida em comum, porque é isso que permite a comunicação, não apenas pela linguagem, mas também porque existe uma forma partilhada de pensar e de sentir, que não é idêntica, evidentemente, mas que possui elementos comuns.

Apreendemos que as representações coletivas são constituídas de nossa natureza individual e, que essa prerrogativa é fato substancial para a concretização dos pressupostos formados pelos ideais sociais, os quais se caracterizam por pertencer a um conjunto de consciências que conseguem interagir, na medida em que o processo de socialização se faz presente.

3.5 A Ciência da Moral de Émile Durkheim

O julgamento legítimo da moralidade para Durkheim é a ideia de sociedade. Essa ideia age através dos imperativos impostos pelas consciências coletivas que ordenam, de forma categórica, a forma de agir dos indivíduos, onde esse conjunto de regras morais se manifesta em virtude de uma força coercitiva eminentemente

social. Essa ação social essencialmente moral se volta para um fim que transcende a individualidade, ou seja, manipula o comportamento dos indivíduos em diversas situações. Dito isso, a moral se caracteriza, dentre outros fatores, como um dever pautado na obrigação que ordena as atividades individuais para atitudes onde o comportamento deva ser analisado e manipulado de acordo com os ideais sociais que correspondem, efetivamente, a todo o ideal moral determinado. De acordo com Durkheim (1994, p.80):

Se não podemos estar vinculados pelo dever senão a sujeitos conscientes, depois que tivermos eliminado todo sujeito individual, não resta outra finalidade à atividade moral que o sujeito *sui generis*, formado por uma pluralidade de sujeitos individuais. Chegamos, pois, a conclusão: se existe uma moral, um sistema de deveres e obrigações, é preciso que a sociedade seja uma pessoa qualitativamente diferente das pessoas individuais que compreende e de cuja síntese é o resultado.

Para Durkheim, a moral não seria algo oriundo da vontade divina, ela apresenta características de cunho sagrado porque se traduz em um fenômeno criado pela sociedade. “É na sociedade e pela sociedade que vivem a ciência e a arte em sua plenitude.” (DURKHEIM, 1970). As representações coletivas seriam responsáveis pela criação dos códigos morais e religiosos. “Certamente os fatos morais estão em relação com os demais fatos sociais e não seria o caso de abstraí-los deste último; [...]” (DURKHEIM, 1970).

Diante de tal exposição dos fatos, Durkheim acreditava ser de fundamental importância fundar uma “Ciência da Moral”, que, segundo suas concepções, atenderia aos principais pressupostos da natureza humana, já que partiria de uma epistemologia indutivista que corresponderia em uma análise empírica das regras morais originadas especialmente dos fatos sociais. “A única ciência que pode fornecer os meios de se proceder a tais julgamentos sobre as ciências morais é a ciência especial dos fatos morais. Para apreciar a moral é preciso que partamos de dados extraídos da realidade moral, tanto do presente como do passado.” (DURKHEIM, 1970). Desse modo, Durkheim ignorou as afirmações filosóficas por se tratar de um estudo voltado para o modelo dedutivista, o que, em sua opinião, se tratava de um modelo eminentemente impraticável e incompatível com a sua abordagem metodológica da sociologia empirista que se pautava na defesa do método indutivo.

3.6 A moral no encarceramento LGBT

Compreendemos que a moral e os comportamentos sociais estão sempre relacionados com o contexto histórico vivenciado, continuamente associando-se com a natureza da sociedade a qual está inserida, apresentando suas particularidades e especificações de ações que nos indicam como devemos nos conduzir na diversidade de circunstâncias que nos rodeiam. “A moral é sempre uma construção social, e por isso mesmo não é eterna, absoluta e tampouco está inscrita em qualquer forma superior de razão [...]” (WEISS, 2011)

Entendemos que a moral é um fenômeno que faz parte de um constructo das interações e representações sociais implementadas ao longo da história, ou seja, que apresenta uma remodelagem constante de conceitos; e que a sociedade é parte de seu fundamento e origem. Assim, Durkheim tratou de elaborar uma maneira sociológica de abordar a moral, partindo de uma epistemologia empírica, distante das abordagens filosóficas. Não seguir o curso natural das regras criadas é o mesmo que compor um caminho paralelo e neste percurso desconhecido, certamente, não contará com a disponibilidade ou auxílio da totalidade, estará sozinho, à deriva, o que ocasionará a atração por imposições ou sanções aos grupos que se afastam ou se recusam a seguir determinadas regras. Na ala LGBT, cada apenada é responsável por uma atividade doméstica para manter a ordem e a organização do espaço, e todas devem cumprir as regras determinadas, caso contrário, sofrerá algum tipo de repreensão ou castigo. A apenada Susana relata como é feita a divisão das atividades na ala:

Tem um dia que uma faz o almoço, tem um dia que a outra faz. No sábado, sempre acontece a faxina, que é pra todas, que é a faxina do pavilhão, e, assim, tem a faxina do banheiro também que tem uma que faz, tem uma que joga o lixo, né? Dia de visita abre, aí uma vai e joga o lixo, assim sucessivamente.

Ainda dentro desse mesmo contexto de subdivisão das tarefas domésticas, das regras de sociabilidades existentes entre as apenadas, existe um exemplo interessante de um *outsider* dentro de um grupo *outsider*. O preso Facson, conhecido como Amanda, apelido dado pelas outras apenadas, foi colocado na Ala

LGBT para ter a sua segurança garantida, pois devido à gravidade de seu artigo, certamente, seria assassinado se fosse colocado nos outros pavilhões. Sendo assim, para que a sua estadia fosse mantida com parcimônia, ele teve que se submeter a uma série de imposições perpetradas pelo grupo GBT, neste caso, outsiders em relação aos estabelecidos, tidos como heterossexuais. A apenas Susana relata: *“O artigo dela, o delito que ela fez. Então, assim, nós não pega pesado com ela, nós não maltrata, nós não agride, é uma convivência normal. A diferença é que ela lava os prato todos os dias, devido o delito que ela fez.”* Amanda passa por um processo de diferenciação dentro do grupo LGBT e por isso tem que obedecer aos comandos preestabelecidos, ou seja, o próprio grupo GBT cria as suas regras de condutas, os seus costumes e a sua ação moral é calcada nas construções vivenciadas pelo grupo. Becker (2008, p.15) denomina de outsiders, em suas palavras explicita de maneira completa e sucinta a sua definição:

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider.

Entendemos que os grupos LGBT's não correspondem às expectativas formalizadas pela coletividade, uma vez que apresentam comportamentos, condutas e atos particulares que os diferenciam do restante da sociedade, e, portanto, que infringem as regras sociais, o que ocasiona uma infinidade de fatores que respondem a uma reconfiguração de contexto social e moral do qual participam, sendo considerados à margem, ou desviantes como caracteriza Becker (2008, p.20) *“(...) o desvio como a falha em obedecer às regras do grupo.”* E por isso os grupos estigmatizados e marginalizados por suas escolhas e especificidades em suas condutas acabam sofrendo sanções e imposições da sociedade, que se recusa a aceitar essa “anormalidade” por fugir dos padrões preestabelecidos pelas representações coletivas. Ao perguntar a apenas Susana como era a convivência dela com os agentes, a mesma respondeu:

Herika, em termo de respeito, eles não dão respeito a nós. Eles tratam nós da forma que eles quer e não deve ser da forma que eles quer. Herika, eu acho um absurdo quando um agente penitenciário chama um homossexual de “viadinho”. (...) Assim, se eu for revidar, vai ser pior pra mim, que eu vou apanhar, vou pro isolado, sabe lá quantos dias eu vou ficar de castigo, e, no isolado, você tem que engolir calada mesmo, mas dá vontade de ‘oh, não me trata assim que eu sou um ser humano. Se eu tô num pavilhão LGBT, eu não tenho porque ser tratada assim, entendeu? Você esta faltando com respeito a minha pessoa. Então, assim, em termo dos agentes penitenciários daqui, o tratamento com nós é péssimo, péssimo mesmo. É um preconceito. Um exemplo que eu vou dar, uma audiência que eu fui, Herika. Eu tava assim, toda feminina, de calça de mulher, toda de mulher mesmo. Aí, eles começaram a cochichar, aí eu escutei a hora que um deles, não sei o nome, um deles falou assim, um agente lá na frente, ‘como é que a pessoa nasce uma vez na vida e vai ser um’, com licença da palavra, me desculpa novamente, Herika, que eu acho ridículo isso ‘um botiqueiro’, um ‘viado’, que gosta de ... Então, assim, naquele momento, ele me faltou com o respeito, coisa que não precisava, eu já não tava? Tavam me algemando pra me levar ao fórum, entendeu? Mas, assim, eu engoli no seco mesmo pra não dar resposta, porque, se eu desse a resposta, ia ser muito pior pra mim. Isso é faltar com respeito, coisa que nós não faltamos com respeito a eles. Tem que ser, nós trata eles assim ‘senhor’, porque eles quer que trate assim. Entao, assim, se torna difícil por causa disso.

Partindo desse pressuposto, compreendemos que o grupo LGBT são discriminados por suas condutas serem contrárias a heteronormatividade, assim, a sociedade é uma autoridade moral, e o ato moral aparece como um dever que constrange a nossa vontade. Então, quando nos rebelamos contra a imposição deste dever, especificamente, infringimos regras morais que estão segmentadas em um ideal social determinado e contrário ao ideal moral estabelecido, ficaremos suspensos em uma rede de sanções que ordenará critérios de exclusão das mais diversas ordens. Verificamos uma explanação bastante sucinta em Weiss (2007, p.65) quando enfatiza a questão da particularidade referente à obediência das regras morais, ou seja, o dever:

Para que a regra seja obedecida tal como convém que seja obedecida, nós devemos nos submeter a ela não para evitar penas ou para lograr recompensas, mas tão-somente porque a regra ordena, e por respeito à própria regra, porque ela se apresenta a nós como respeitável. Em uma palavra, devemos agir tal como dita a consciência pública, devemos cumprir o dever simplesmente porque é dever, por respeito ao dever. [...] Porém, vocês também compreendem que, para que assim seja, essas regras precisam ter um prestígio muito particular, uma autoridade excepcional que nos faça nos prostrarmos a sua vontade e que nos imponha obediência. Sim, essas regras morais possuem tal autoridade.

O imperativo que se manifesta no dever carrega uma característica particular que se revela na obrigatoriedade da regra moral. Aqueles que desobedecem aos ideais morais são excluídos e entregues a toda sorte de sanções aplicadas pela sociedade, e aqueles que agem de acordo com as regras morais são louvados e dignos de respeito pela opinião pública, ou seja, estão em sintonia com os ideais sociais e compartilha dos códigos morais essenciais para a estabilidade da moralidade. A discriminação por parte dos agentes penitenciários é uma realidade que destaca a ineficiência do sistema prisional, pois não basta criar um espaço “LGBT” para ressocializá-los, é importante desenvolver políticas públicas que objetive um treinamento eficaz aos profissionais, uma capacitação no sentido de resguardar a dignidade da pessoa humana, tratando os grupos estigmatizados, os *outsiders*, no caso o grupo LGBT, com respeito e resguardando a sua segurança.

Constatamos que o Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil apresenta uma diversidade de dados importantes para uma análise panorâmica dos principais pontos que norteiam o contexto homofóbico do país. A pesquisa faz referência ao ano de 2012, o que evidencia a atualidade das informações e podem ser usadas para interpretar, de forma objetiva, a eminente situação. Deparamos com uma exposição efetivamente minuciosa de dados estatísticos formulados a partir de denúncias ao Poder Público pelo dispositivo proveniente do Disque Direitos Humanos (Disque 100) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR). “Ao longo deste relatório, serão analisadas estatísticas produzidas a partir de denúncias ao Poder Público referente a violações de direitos humanos cometidas contra a população LGBT em todo o território brasileiro, durante o ano de 2012.” (BRASIL, 2012)

De acordo com o levantamento divulgado no ano de 2012 pela SDH-PR foram registradas 3.084 denúncias de violações relacionadas à população LGBT. Essas violações apresentam ramificações em determinadas variáveis que foram analisadas, e para elucidação do presente trabalho, entendemos ser importante mencionar os tipos das violações, os grupos mais afetados, a violência sexual por subtipo e as identidades das vítimas. Em relação ao tipo de violação, verificamos que as violências psicológicas foram as mais aludidas, com 83,2% do total, em sequência veio à discriminação, com 74,01%; e violências físicas, com 32,68%.

Dentre as violações de caráter homofóbicas estudadas pela citada pesquisa, constata-se que 65,91% foram vítimas de abuso sexual, 25,76% sofreram agressões de estupro e que 8,34% correspondem a outros tipos de hostilidades. Outro dado bastante importante de se ressaltar para engradecer a disseminação de informações é que o eminente relatório traça um comparativo de extrema relevância para perceber a existência da violência homofóbica de acordo com a orientação sexual dos que pertencem ao grupo LGBT: 60,44% das vítimas são gays, 37,59% são lésbicas, travestis corresponde a 1,47% e os transexuais a 0,49%. Esses números retratam a verdadeira situação da violência homofóbica e dos homicídios da sociedade brasileira. O Estado da Paraíba ocupa o 3º lugar no *ranking* nacional, sendo precedida pelo Distrito Federal que ocupa o 1º lugar e Mato Grosso despontando com o 2º lugar, de denúncias efetivadas através do disque 100, ou seja, há uma incidência significativa referente ao número de violações cometidas contra a população LGBT.

Diante do quadro traçado sobre as agressões homofóbicas no Brasil, entendemos que a sociedade opera de forma a desumanizar as peculiaridades que cercam o universo da sexualidade divergente da heterossexualidade, atingindo e desmistificando os valores morais, psicológicos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, pois fogem do padrão estabelecido pelas representações sociais. De acordo com Becker (2008, p.27):

Regras sociais são criações de grupos sociais específicos. As sociedades modernas não constituem organizações simples em que todos concordam quanto ao que são as regras e como elas devem ser aplicadas em situações específicas. São, ao contrário, altamente diferenciadas ao longo de linhas de classe social, linhas étnicas, linhas ocupacionais e linhas culturais. Esses grupos não precisam partilhar as mesmas regras e, de fato, frequentemente não o fazem. Os problemas que eles enfrentam ao lidar com seu ambiente, a história e as tradições que carregam consigo, todos conduzem à evolução de diferentes conjuntos de regras. À medida que as regras de vários grupos se entrecrocaram e contradizem, haverá desacordo quanto ao tipo de comportamento apropriado em qualquer situação dada.

As regras sociais revestem-se de uma autoridade moral, dotadas de razão, autonomia e disciplina que se apresentam como um conjunto de códigos de deveres, condições essas que desempenham determinada influência e ação coercitiva para a manutenção de uma vida social estruturada e racional. Ao

descumprir tais determinações sociais e morais, a população LGBT enfrenta um verdadeiro manancial de atrocidades cometidas sob as mais variadas formas de violências homofóbicas que ocasionam uma segmentação de valores concernentes a cada grupo pertencente, e tal direcionamento de princípios configura uma imposição de regras e uma guerra travada por ideologias opostas.

3.6.1 Abordagem Sociológica da Moralidade

Compreender o contexto social da moralidade referente à atuação das violências homofóbicas corresponde fazer uma análise minuciosa das particularidades que envolvem os conflitos, os preconceitos e as agressões de acordo com as conceituações que exploram os processos que enfatizam as problemáticas da moralidade em grupos. Bauman (1998, p.44) especifica uma questão importante relacionada à produção social da invisibilidade moral: “A luta em torno de questões morais nunca tem lugar, pois os aspectos morais das ações não são imediatamente óbvios ou sua descoberta e discussão são deliberadamente evitadas. Em outras palavras, o caráter moral da ação é invisível ou propositalmente encoberto.”

Apreendemos que as ações sociais que respondem a uma capacidade violenta praticada aos grupos homossexuais carregam em sua essência um dispositivo que pode eliminar qualquer possibilidade de culpa moral, há uma supressão em sua consciência relativa a valores. Partindo desse posicionamento, Bauman (1998, p.45) explica de forma objetiva essa questão:

O aumento da distância física e/ou psíquica entre o ato e suas consequências produz mais do que a suspensão da inibição moral; anula o significado moral do ato e todo conflito entre o padrão pessoal de decência moral e a imoralidade das consequências sociais do ato. Com a maioria das ações socialmente significativas mediadas por uma extensa cadeia de dependências causais e funcionais complexas, os dilemas morais saem de vista e se tornam cada vez mais raras as oportunidades para um exame mais cuidadoso e uma opção moral consciente. Efeito similar (em escala ainda mais impressionante) é obtido tornando as próprias vítimas psicologicamente invisíveis.

As ações humanas são dotadas de um relativismo moral; assim, quando são munidas de atitudes violentas, podem apresentar características que são despidas

de consciências morais, entendemos que o significado do certo e o errado e\ou do bem e do mal incorrem num paralelismo que se evidencia num relativismo de toda a análise circunstancial vivenciada. Dessa forma seria muito improvável discernir ou se chegar a um real entendimento. Assim, quando o grupo LGBT sofre agressões das mais variadas ordens por não se enquadrar na “normalidade” desprendida pelas representações coletivas, compreendemos que essas atitudes homofóbicas se apropriam de uma invisibilidade moral que ocasiona a desumanização desse agrupamento, culminando na justificação da violência perpetrada a essa esfera social estigmatizada. “A desumanização dos objetos e a auto-avaliação moral positiva reforçam-se mutuamente. Os funcionários podem servir com lealdade a qualquer meta e manter sua consciência moral intacta.” (BAUMAN, 1998, p. 128)

Os sistemas morais se desenvolvem de acordo com o tipo de sociedade em que se encontram ou atuam, com isso, entendemos que cada sociedade apresenta em sua essência uma particularidade substancial de ideal moral que se sustenta em princípios que regem aos anseios comunitários em questão. Conforme Bauman (1998, p. 206):

Os sistemas morais socialmente impostos são de base e promoção comunitária – e, portanto, num mundo pluralista, heterogêneo, inevitavelmente relativos. *Este relativismo, porém, não se aplica à “capacidade humana de distinguir certo de errado”*. Tal capacidade deve se basear em algo além da *consciência coletiva* da sociedade. Toda sociedade encontra tal capacidade já formada, assim como encontra já dados a constituição biológica, as necessidades fisiológicas e os impulsos psicológicos humanos. [...] O processo de socialização consiste na manipulação da capacidade moral – não na sua produção. [...] O comportamento moral é concebido apenas no contexto da coexistência, do “estar com os outros”, isto é, no contexto social; mas não deve seu aparecimento à presença de agências supra-individuais de treinamento e imposição, ou seja, ao contexto societário.

Deste modo, apreendemos que a moralidade é um instrumento que passa por profundas e constantes transformações provenientes das representações coletivas e que por isso adquire perspectivas absolutamente fundamentadas nas categorias do relativismo. “A moralidade não é um produto da sociedade. A moralidade é algo que a sociedade manipula – explora, redireciona, espreme.” (BAUMAN, 1998, p. 212)

Muitas vezes, os indivíduos que pertencem ao eixo LGBT cometem atitudes que ocasionam consequências variáveis e graves para a sua própria vida, uma vez que, ao compreender, sentir e vivenciar o afastamento do mundo em que vivem do mundo ideal, ou seja, aquele mundo protagonizado pelas representações sociais, eles são influenciados a ceder à coação externa do código social e acabam transformando todo o cenário em que vivem, entrando num verdadeiro conflito entre estrutura social e estrutura de personalidade. Elias (1997, p.96) explica esse desenvolvimento da seguinte maneira: “Na realidade, a menos que esteja doente, nenhum ser humano em suas decisões – em sua orientação pessoal – jamais empreende um plano de ação sem levar em consideração o que ele poderá significar para os outros, assim como para si mesmo.”

Com isso, Elias assume uma perspectiva particular de sua interpretação baseado na interação, onde o indivíduo apresenta uma preocupação se seu comportamento não ocasionará uma reprovação por parte dos outros:

O próprio conceito de “honra” aponta para essa estrutura. Pois por muito que a consciência da própria honra guie a conduta de um indivíduo, o medo de perder a honra aos olhos do seu “nós-grupo” sempre desempenhou um papel central para reforçar a autocoção que se faz necessária para que o indivíduo se comporte como o código de honra exigiu.

Diante do exposto, entendemos que as represálias que os círculos LGBT's sofrem por alguns membros da sociedade ocasiona uma quebra dos códigos estabelecidos pela coletividade, por se comportarem de maneira diferente da maioria e, muitas vezes, ao tentar se adaptar a determinados códigos, acabam infringindo as particularidades de seu grupo, com isso há uma interação entre os grupos que tentam, através do caráter coercitivo de seus atos morais, imputar determinadas regras sociais. E aqueles que combatem e tentam se adaptar a essas políticas de imposição social. Logo, há uma guerra de valores, aqueles que pertencem a um grupo e outros que pertencem a outro grupo, acabam interagindo entre si e formulando novas representações sociais que se manifestam numa figuração variada de suas ações. Apresentando aspectos fundamentalmente figuracionais, onde não predomina as questões individuais e nem ações coletivas, de uma ordem coletiva. Encontra-se a percepção dos processos figuracionais, que é a ideia da interação.

Constatamos que na figuração vão acontecer as inúmeras formas de interação. A ideia de figuração é uma tentativa de mostrar e direcionar que para compreender a vida social é preciso, evidentemente, apreender a ordem de interação, perceber que não existem indivíduos à deriva. É de fundamental importância entender que é a forma de interação que vai formar as instituições. Segundo Elias (1997, p.122): “É sempre motivo de espanto ver a persistência com que padrões específicos de pensamento, ação e sentimentos se repetem, com adaptações características a novos desenvolvimentos, numa mesma sociedade e ao longo de muitas gerações.” Ou seja, compreendemos que os processos de interação se propalam onde há disputa de poder. A ideia de figuração é que a repetição dos eventos apresentam sua história de desenvolvimento.

As violências homofóbicas acompanham uma longa trajetória histórica, que com o passar do tempo sofreram modificações em suas formas e densidades. Observamos que as formas específicas de violência que incorrem nas sociedades contemporâneas foram possibilitadas por um tipo particular de processo civilizador que ocorreu. Assim, inúmeros motivos contribuem para a construção desse quadro de violência homofóbica, entendendo que a moralidade funciona como elemento de coação que estrutura suas densidades no âmbito das figurações. “A figuração era formada por sociedades em diferentes etapas de desenvolvimento, as menos desenvolvidas, menos civilizadas e menos humanizadas atraindo as mais desenvolvidas para o seu próprio nível, e vice-versa.” (ELIAS, 1997, p.156) Logo, entendemos que o processo civilizador significa uma mudança de paradigmas, um novo rumo a uma plataforma em que não se encontra um substrato que especifique a moralidade como única.

Compreendemos que a violência homofóbica sempre ocorreu e que as formas de atuação dependem do contexto histórico em que estão situadas, percebemos que há certa continuidade da ação e que há um sentimento de cumplicidade com essas ações. Hughes (2013, p.98) parte de uma perspectiva sociológica para melhor explicar essa questão:

É senso comum afirmar que as pessoas podem silenciar, e de fato silenciam, sobre coisas cuja discussão aberta ameaçaria a imagem que o grupo tem de si mesmo e, portanto, sua solidariedade. Esse tipo de mecanismo opera em todas as famílias e em todos os grupos dotados de

um sentido de reputação coletiva. Quebrar esse silêncio é considerado um ataque ao grupo; e é uma forma de traição, se é um membro do grupo quem quebra o silêncio. [...] E creio ser possível demonstrar que esse tipo de mecanismo opera em particular contra qualquer expressão de culpa coletiva.

Dessa forma, destacamos que essa é a principal razão para interpretar as ações, e, aí, o interacionismo simbólico é que é à base da compreensão da sociedade que está voltada para os processos de reciprocidade. Esse silêncio dá seguimento a uma trajetória, na ideia de continuidade da ação, esse prolongamento gera sentimentos de cumplicidade, garantindo, assim, uma maior interação entre os grupos. Hughes (2013, p.103) afirma que “Todas as sociedades de grande porte têm grupos internos e externos; de fato, uma das melhores formas de escrever uma sociedade é considerá-la uma rede de grupos internos e externos maiores e menores.”

Supomos que um conjunto de relações entre os indivíduos são processos de interação, ou seja, tudo que está relacionado a essa perspectiva, tudo o que existe na sociedade é resultado de interação, inclusive a moralidade. Esses conjuntos de interações simbólicas formadas pelos indivíduos transformam e criam certas regras, visto que o interacionismo simbólico está acoplado com a capacidade dessa atualização constante desses códigos que fundamentam a interação. Então, a violência homofóbica apresenta suas particularidades decorrentes dessas interações entre os grupos. “Quanto maior sua distância social de nós, tanto mais deixamos nas mãos de outros uma espécie de mandato automático para lidar com eles em nosso nome.” (HUGHES, 2013, p.104)

Muitos ataques homofóbicos são justificados sob o pretexto de que determinados grupos homossexuais não obedecem às ordens e padrões estabelecidos pela sociedade, daí determinadas ações são concretizadas em palcos de crueldade, simplesmente, pelo fato de que fazem parte de um grupo que aponta com características e comportamentos diferentes. Essas ações homofóbicas se realizam há bastante tempo e com isso compõem o cenário da vida social contemporânea. Há, de certa maneira, uma ideia de interação, pois tudo o que existe na realidade da vida social está baseado nesses processos de interação, e, aí, o relativismo moral se desdobra como algo que foi construído com o

desenvolvimento. Hughes (2013, p.107) destaca uma questão que objetiva esse questionamento:

Os processos por meio dos quais o fazem são o desenvolvimento do poder e da disciplina interna de seu grupo, uma dissociação gradual de si mesmos em relação às regras da decência humana predominantes em sua cultura e um desprezo crescente pelo bem-estar das massas. [...] estamos lidando com um fenômeno comum em todas as sociedades. Quase todos os grupos que têm uma função social especializada a desempenhar são, em alguma medida, uma sociedade secreta, na qual existe um conjunto de regras impostas por seus membros e a qual detém algum poder para protegê-los de punições externas. E aqui está um dos paradoxos da ordem social. Uma sociedade na qual não houvesse poderes menores, capazes de elaborar regras e de impor uma disciplina, simplesmente não teria uma sociedade.

Compreendemos que Hughes deixa clara a questão de que se pode utilizar o modelo para diversos acontecimentos históricos. Então, diante do relativismo moral que carrega, justifica-se a violência homofóbica. Exemplificando uma questão simples, mencionamos um exemplo prático para explicar melhor o questionamento, onde uma pessoa é assassinada pelo fato de estar namorando outra do mesmo sexo. O grupo contrário a essa ação entende-se no direito moral de exercer os seus valores e impor o seu poder, totalmente justificado na moralidade o qual está inserido no contexto da sociedade. Hughes (2013, p.103) menciona um posicionamento relevante:

Mas acreditar que podemos abolir a distinção entre *dentro* e *fora*, *nós* e *eles* na vida social seria um absurdo completo. Do lado positivo, sentimos em geral uma obrigação maior para com os grupos internos e, portanto, uma obrigação menor para com os externos; e, no caso, de grupos como os condenados, o grupo externo é definitivamente entregue nas mãos dos agentes para ser punido. Esse é o caso mais extremo. Mas há outros grupos externos em relação aos quais podemos ter sentimentos agressivos e de quem podemos não gostar, embora não outorguemos qualquer mandato formal a alguém para lidar com eles em nosso nome, e embora professemos também acreditar que não devem ser submetidos a quaisquer restrições ou desvantagens.

De acordo com a perspectiva sociológica da moralidade acima mencionada por Hughes, entendemos que todo o contexto homofóbico está organizado numa lógica, onde a violência está atrelada ao nexos entre o “Nós” e os “Outros”. Essa correlação “Nós” e “Outros” é o substrato para a organização política, e é a fundamentação para a configuração da prática moral. Há uma correspondência

entre o bem e o mal. Partindo para uma analogia referente à problemática em questão – os ataques homofóbicos – o “bem” seria o grupo que marginaliza o público LGBT, numa perspectiva do valor centrado no “Eu” do grupo, e o “mal” seria aqueles que englobam os objetos da eliminação, ou seja, o “mal” seria tudo aquilo que frustra a expansão do “Eu” do grupo. Logo, essas violências homofóbicas são realizadas com a justificativa moral do “bem”, pois há esse eminente confronto do “Eu” e do “Outro”. Assim, a principal finalidade do grupo que estigmatiza e marginaliza é ser justificado moralmente.

Diante do exposto, observamos que há uma relação de poder existente entre as lutas sociais, e que na concepção abordada por Honneth, o surgimento desses conflitos que abarcam a representatividade coletiva se fundamenta em três dispositivos que visam a luta pelo reconhecimento: o amor, o direito e a solidariedade. Interpretando Honneth, Salvadori (2011, p.191) explica melhor esse questionamento quando diz:

Segundo Honneth, para cada forma de reconhecimento (amor, direito e solidariedade) há uma autorrelação prática do sujeito (autoconfiança nas relações amorosas e de amizade, autorrespeito nas relações jurídicas e autoestima na comunidade social de valores). A ruptura dessas autorrelações pelo desrespeito gera as lutas sociais. Portanto, quando não há um reconhecimento ou quando esse é falso, ocorre uma luta em que os indivíduos não reconhecidos almejam as relações intersubjetivas do reconhecimento. Toda luta por reconhecimento inicia por meio da experiência do desrespeito.

Compreendemos que as transgressões direcionadas ao público LGBT se comprovam, na perspectiva honnethiana, no descumprimento dos três pilares que regem a luta por reconhecimento (amor, direito e a solidariedade). Todas as violações, sejam psicológicas e/ou físicas agredem a integridade do indivíduo em seu universo social, abre espaço para um confronto, onde o grupo afetado lutará pelo reconhecimento de seus valores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco do trabalho dissertativo concentrou-se em fazer uma abordagem teórica do sistema prisional partindo de teorias consagradas no campo sociológico, como Goffman, Foucault e Elias. Levantando as peculiaridades que cercam as prisões, suas singularidades e amplitudes, enfatizando características preponderantes sobre a situação desses internados, concebidos como *outsiders* no âmbito prisional, e como suas relações se desenrolam com outros apenados e a equipe dirigente. Para tanto, atentamos para a ferramenta teórica proposta por Goffman para entender a situação dos apenados LGBT's, tendo em vista que a estigmatização e violência sofrida por este grupo tem sido contundente nas prisões, devido à orientação sexual, "trejeitos" e linguagem utilizada pelo grupo.

Nesse sentido, foram destacados os diferenciais de poder utilizados para o processo de construção da ala LGBT e da sociabilidade vivenciada, assim como toda a cadeia estigmatizante vivenciada pelo grupo LGBT. Atentamos para as nuances que explicitam as barreiras emocionais de evitação no âmbito institucional e as problemáticas implicadas, bem como para o processo de assimilação da inferiorização posta em prática pelo grupo LGBT. Utilizamos da ferramenta teórica exposta por Goffman (1961), pois o autor se debruça sobre os aspectos mortificadores do "eu", sofridos pelos apenados, concentrando-se, também, na "agência" dos atores sociais, nas representações de "si" e do "outro", seja a partir da equipe dirigente ou de outros grupos sociais envolvidos na interação intra-institucional.

Como foi visto, as ferramentas teórico-conceituais construídas por Foucault e Erving Goffman auxiliam no pensar das relações que são configuradas na figuração específica da prisão. Buscamos refletir sobre o diferencial de poder implicado no processo de estigmatização e inferiorização do grupo (LGBT's), fenômeno responsável por efetivar a chamada "sociodinâmica da estigmatização"; Erving Goffman nos ajudou a pensar sobre o mundo da prisão, as relações entre internados e equipe dirigente, os mecanismos de profanação do eu e o modo de vida dos internados, em tal contexto. Ainda, revela os mecanismos de negociação e o sistema de privilégios que se desenrola nesse microcosmo social.

Ao longo deste trabalho, que durou cerca de onze meses de dedicação, através de explicações e observação dos contextos em que os apenados da ala LGBT se inserem, foi possível compreender os efeitos sociais da criação da ala LGBT, identificando as circunstâncias e contextos de aplicação da política; descobrindo todo o emaranhado que envolveu a sua construção e em que situação a ala LGBT se encontra atualmente; quais os documentos que oficializaram a sua idealização, assim como a descrição do perfil dos apenados que foram entrevistados e de todos aqueles que fizeram parte da construção ou contribuíram de alguma forma com informações importantes. Também traçamos um panorama descritivo sobre a situação anterior e posterior à criação da ala LGBT.

A inserção das apenadas nas entrevistas só foi possível depois de conviver um tempo com elas, deixava-as falarem sobre suas vidas, passei muitos dias travando conversas aleatórias, deixando o discurso livre, para que pudessemos construir um laço, uma melhor afinidade e, assim, estabelecer um grau de confiança. A partir de então, foram surgindo declarações surpreendentes sobre a dinâmica carcerária da ala, uma vez que sua criação se deu para garantir a segurança e eliminar a violência física e psicológica entre as apenadas. Entretanto, verificou-se, nos discursos e nas entrelinhas registradas nas entrevistas, que algumas estavam satisfeitas com a criação, ao passo que outras se mostravam indignadas por não poderem sociabilizar com os apenados das demais alas. Afirmavam estar mais isoladas e segregadas, ocasionando, assim, uma mortificação do seu eu, perdendo a capacidade de interagir, de criar laços de sociabilidade com os outros apenados, gerando mais discriminação e preconceito por parte dos demais. Foi bastante mencionado no discurso proferido pelas apenadas LGBT que o isolamento era algo muito sério e que precisava ser revisto pela administração penitenciária, pois se tornou humanamente impossível conviver em um espaço com o peso da separação, tornando-os ainda mais estigmatizados e menores perante os outros, passando a ideia de que não poderiam estar entre eles, assumindo toda uma magnitude pejorativa diante da vulnerabilidade a que estão expostas em situação de cárcere. Antes da criação da ala LGBT, o presídio se deparava com graves problemas, dentre os principais, destacavam-se a violência física e psicológica contra apenados LGBT. Depois da criação da ala, a violência física cessou, de acordo com as

entrevistas coletadas, mas a violência psicológica continuou de forma mais severa. A segurança é uma questão de cidadania, faz parte dos direitos sociais, e essa ala foi criada, para conter a violência, mas esse espaço mostra a fragilidade do sistema em tratá-las de forma diferente. O discurso, no geral, girava em torno de que estavam se sentindo muito mais presos do que antes e do que os outros apenas das demais alas. Diante de tais considerações, alguns optam por achar que a ala LGBT deve permanecer, e outros ignoram e almejam a não permanência da ala, preferindo abrir mão da segurança a ter a sua liberdade suprimida.

Com essas explicações, procuramos fazer toda uma análise sociológica da moralidade, partindo de uma conceituação segmentada numa explicação que evidencia as particularidades relacionadas às regras sociais, no cenário da moralidade. Buscamos elencar, de uma maneira detalhada, toda a relação dos ataques homofóbicos, que são a principal justificativa utilizada para implantação das políticas de alas exclusivas para apenas do grupo LGBT, em algumas unidades prisionais do Brasil, fazendo-se uma associação trincada numa explicação sociológica da moralidade.

Destacamos os principais aspectos que redimensionam a teoria moral durkheimiana. Procuramos apreender as características que configuram o conceito moral em sua magnitude, atentando-se para descrever com clareza e objetividade as principais peculiaridades que rodeiam o centro de sua definição moral. Bem como, desmistificar as características essenciais do ato moral e suas propostas normativas da ação moral, no âmbito de um projeto científico arquitetado sobre os preceitos do indutivismo. Enfatizamos, de maneira concisa e cuidadosa, a relação existente entre o sagrado e a importância da moral em seu contexto social, demonstrando a importância, para Durkheim, da implantação de um sistema de ensino laico que fosse fundamentado numa educação laica. Partindo do pensamento elaborado por Durkheim, o ensino laico, seria um dos maiores desafios a ser superado pela natureza humana, não apenas para o campo sociológico como para toda a sociedade. Pois, retirar dos grupos sociais que têm, em suas regras morais, a reverência ao divino e respeitabilidade que visa a uma adesão significativa aos elementos sagrados que carregam todas as simbologias criadas socialmente, seria algo extremamente difícil. Para retirar a simbologia sagrada dos códigos morais, faz-

se necessária uma substituição por um elemento que tivesse, em sua composição, determinados valores capazes de absorver as excentricidades da vida social. Ou seja, para a existência da sociedade, a religião, na visão durkheimiana, não seria um fator fundamental, e, sim, um fator definitivamente impraticável e incompatível para a afirmação de que só existe a sociedade em detrimento da participação religiosa em sua vida social. Da mesma forma, procuramos mencionar, de forma sucinta, as determinações durkheimianas em seu intuito edificante de fundar uma “ciência da moral”, visto que suas abordagens metodológicas aderiram a um método basicamente empirista e indutivista. Assim, entendemos que a moral é sempre uma construção social, e, por isso, passa por constantes transformações.

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudos da sociologia do desvio**. Tradução, Maria Luiza X. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed. 2008.

BRASIL. 2012. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2011**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 11 Out. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO (Brasil). Resolução nº 1, de 17 de abril de 2014. **Diário da República Federativa do Brasil, Brasília**, 17 abr. 2014.

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. O Ensino da Moral na Escola Primária. *Novos Estudos Cebrap*, n.78, jul. 2007.

_____. *A Educação Moral*. Petrópolis: Vozes. 2008.

_____. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1970.

ELIAS, Norbert. 1997. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do hábitus no século XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução, Lígia M. PondéVassallo. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

_____. *Vigiar e punir*. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. *Vigiar e punir*. 36. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1961.

GOFFMAN, E. (1988). **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.

LUCCA, W. de. **Presídios da Paraíba têm alas exclusivas para homossexuais**. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://folha.com/no1341341>>. Acesso em: 21/08/2014

RELATÓRIO DE VISITA REALIZADA NA PENITENCIÁRIA MODELO DESEMBARGADOR FLÓSCOLO DA NÓBREGA - PRESÍDIO DO RÓGER. Disponível em: <<http://www.prpb.mpf.mp.br/menu-esquerdo/atuacao/direitos-do-cidadao/relatorios/relatorio-de-visita-ao-presidio-do-roger-15-de-novembro-de-2014>> Acesso em: 11 nov. 2015.

SANTOS, I. P.; SANTOS, J. H. P. **.Prisões: um aporte sobre a origem do encarceramento feminino no Brasil**. 1ªed. Florianópolis: Conpedi, 2014. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=c76fe1d8e0846243>> Acesso em: 11 Out. 2015.

SALVADORI, Mateus. **Honneth, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Conjectura, Caxias do Sul, v.16, n.1, jan./abr.2011.

SESTOKAS, Lúcia. **Cárcere e grupos lgbt: normativas nacionais e internacionais de garantias de direitos**. Disponível em: <<http://ittc.org.br/carcere-e-grupos-lgbt-normativas-nacionais-e-internacionais-de-garantias-de-direitos/>> Acesso em: 11 Out. 2015

SINÉSIO, Valéria. Presídios da Paraíba reservam alas para detentos homossexuais.

SINÉSIO, Valéria. **Presídios da Paraíba reservam alas para detentos homossexuais**. GECAP – USP. Disponível em: <<http://www.gecap.direitorp.usp.br/index.php/noticias/235-presidios-da-paraiba-reservam-alas-para-detentos-homossexuais>>. Acesso em: 21/08/2014

WEISS, Raquel. Apresentação: O ensino da moral na escola primária. In.: **Novos Estudos Cebrap**, v.78, 2007.

WEISS, R.Émile Durkheim e a fundamentação social da moralidade. Tese (Doutorado em Filosofia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

WEISS, R. O sagrado, a dualidade humana e a natureza social da religião: apresentação às traduções. Debates do NER, v. 1, n. 22, p. 17-26, 21 dez. 2012b.

WEISS, R. A relação entre o Sagrado e a Moralidade Laica na Teoria Durkheimiana. R. Pós Ci. Soc. V.10, n.19, jan\jun. 2013.

WEISS, R. A Teoria Moral de Émile Durkheim. GT28: Teoria Sociológica. 2007

WEISS, Raquel. A Concepção de Educação de Émile Durkheim como Chave para a Passagem e Entre Positivo e Normativo. In: WEISS, Raquel; PINHEIRO FILHO, Fernando; OLIVA, Maria Helena; MASSELLA, Alexandre Braga. Durkheim: 150 anos. São Paulo: Argvumentvn, 2009.

WEISS, Raquel. David Émile Durkheim: A Atualidade de um Clássico. IVEIRA, Márcio. Prefácio de Gabriel Cohn. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

WEISS, Raquel. Do Mundano ao Sagrado: O Papel da Efervescência na Teoria Moral Durkheimiana. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano19, n.40, p.395-421, jul.\dez.2013.

WEISS, Raquel. Durkheim e as Formas Elementares da Vida Religiosa. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano I3, N. 22, p.95-119, jul\dez. 2012.

ANEXOS